

**MUNICÍPIO DE POMBAL****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Nº 0008/AM/13, de 30/12/2013**

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas dezassete horas e trinta minutos, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Narciso Ferreira Mota, José Alves Grilo Gonçalves, Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Paula Cristina Pereira Cardoso, Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão dos Santos, Abel António Dias Braz, Paula Cristina Lopes Dias da Silva, Michäel da Mota António, Pedro Francisco Pires Brilhante, Maria Teresa do Nascimento Pereira da Silva, Pedro Daniel Jordão Ferraz, Jorge António Gaspar Cordeiro, José dos Santos Neves, Jorge Manuel Gonçalves da Silva, Odete Marise dos Santos Alves, Patrícia Inês dos Santos Carvalho, Victor da Conceição Gomes, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, João Gante Gonçalves, Bruno Miguel Caiano Loureiro, Maria Emília da Conceição Brito, Henrique Jorge Magalhães de Menezes Falcão, Sónia Margarida Ferreira Alves, Jorge Rodrigues das Neves, Fernando Rodrigues Matias, Sílvio da Mota Santos, Pedro Manuel Neves da Silva, José Manuel Pedrosa Marques, Avelino das Neves António, Nelson da Silva Pereira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Ribeiro Rosa Clemente, Manuel José Carreira Serra, Manuel Henrique Nogueira de Matos, Ilídio Manuel da Mota, Sandra Cristina Costa Barros, Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação das atas das sessões extraordinárias de 21/10/2013 e 29/11/2013;

Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3. Apresentação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal;

Ponto 1.4. Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Orçamento para o ano económico de 2014;

Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2014/2017;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de Autorização prévia à Assembleia Municipal para a Assunção de Compromissos Plurianuais, nos termos do Art. 12º do DL 127/2012 de 21/06

Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal para o ano económico de 2014;

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta de Seguro dos eleitos locais – Lei n.º 29/87 de 30/06 alterada pela Lei n.º 52 – A/2005 de 10/10;

Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara referente ao Projeto de Regulamento dos Museus Municipais de Pombal;

Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o fornecimento de energia elétrica para instalações alimentadas em média tensão e baixa tensão especial do Município de Pombal ao abrigo do acordo quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental da ANCP – autorização de despesa nos termos do n.º 1 e 6 do Artº 22º do DL 197/99 de 08/06 e autorização de assunção de compromisso para os exercícios seguintes, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artº 6º da Lei 08/2012 de 21/02 (LCPA);

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a contratação de um serviço para o abastecimento contínuo de gás natural a duas instalações do Município de Pombal – autorização de despesa nos termos do nº 1 e 6 do Artº 22 do DL 197/99 de 08/06 e autorização de assunção de compromisso para os exercícios seguintes, nos termos da alínea c) do nº 1 do Artº 6º da Lei 08/2012 de 21/02 (LCPA);

Ponto 2.10 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo – Portaria n.º 221-A/2013 de 8 de julho

Ponto 2.11 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a ratificação dos apoios atribuídos às freguesias – Lei 75/2013 de 12 de Setembro

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr.^a Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. António Pires, Dr.^a Catarina Silva, Dr. Pedro Murtinho, Dr. Adelino Mendes, Dr. Jorge Claro e Dr.^a Marlene Matias.

Presidiu à sessão Narciso Ferreira Mota como Presidente e foram secretários Carlos Alberto Ferreira da Silva como 1.º secretário e Paula Cristina Lopes Dias da Silva como 2.ª Secretária.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências.

Eleitos pela lista do PSD – João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, que apresentou pedido de justificação para a sua falta, a qual foi, de imediato, justificada pela Mesa.

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia informou ter recebido o seguinte pedido de substituição, de um membro da Bancada do Partido Social-Democrata:

De Andreia Sofia Pinheiro Marques tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Manuel Simões Rodrigues Marques, o qual, estando presente na sala, foi chamado a ocupar o seu lugar.

O **Senhor Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:

“Nos últimos dias o nosso Concelho ficou mais pobre porque perdeu três dos seus filhos.

O Senhor Carlos Pedro, que foi Presidente de Junta e empresário na Vila e Freguesia do Lourical, que dedicou muito do seu tempo à causa pública e que, sem ter tido filhos, com o seu espírito de empreendedor e de solidariedade, ajudou muitas pessoas.

O Presidente do Grupo Desportivo de Pelariga, Senhor António Sousa Leitão que partiu inesperadamente, ainda muito jovem. Era um homem de uma dedicação ímpar em termos de contribuição para o desenvolvimento desportivo do Concelho e, de uma maneira muito particular, para a freguesia da Pelariga.

O Senhor Carlos Ramos, barbeiro desde há muito anos, também faleceu hoje. Foi meu barbeiro desde que eu andava na escola Industrial e Comercial. Era um homem que se preocupava muito com desenvolvimento do nosso Concelho e, de uma maneira muito especial, da nossa Cidade.

Quero também deixar aqui uma nota de louvor, de apreço e de reconhecimento, pela homenagem que ontem foi prestada, no nosso Teatro Cine, ao Tó Silva, por iniciativa dos seus filhos e da sua esposa.

O Tó Silva, como todos sabem foi homenageado aqui, no dia do Município, em 2012, tendo falecido inesperadamente, pouco tempo depois. Era um homem que tinha muitos projetos culturais para o Concelho e que deixou os filhos bem preparados.

Foram dados dois concertos que reverteram a favor dos nossos Bombeiros Voluntários. Foram concertos que deixaram, quem assistiu, sensibilizado.

São estas pessoas que nós devemos relembrar e perpetuar no tempo, porque passaram por aqui e deixaram obra. Eu ontem disse que dos fracos não reza a história, mas dos fortes, que são todos quantos defendem a causa pública trabalhando em prol do desenvolvimento das nossas terras e, em particular, do nosso Concelho.”

Em memória destes cidadãos peço-vos um minuto de silêncio.

Nesta altura cumpriu-se o minuto de silêncio proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação das atas das sessões extraordinárias anteriores.

O **Senhor Presidente da Assembleia** pediu dispensa da leitura das atas das últimas sessões da Assembleia, uma vez que todos os membros as receberam atempadamente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocada a ata da sessão extraordinária de 21 de outubro, último, a discussão, não se verificou qualquer inscrição, pelo que se passou à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com uma abstenção, devido a ausência na sessão a que a referida ata alude.

Colocada a ata da sessão extraordinária de 29 de novembro, do corrente ano, a discussão, ninguém se inscreveu para usar da palavra, tendo a mesma sido colocada a votação e aprovada por maioria, com uma abstenção, tendo o membro que se absteve declarado tê-lo feito por ter estado ausente na sessão a que a mesma se refere.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

O Senhor Presidente da Assembleia leu uma carta que lhe foi dirigida pelo Grupo Protecção Sικό em que é feita a apresentação da Associação, a qual se dá por integralmente reproduzida e fica arquivada nos Serviços de Apoio, para consulta dos membros da Assembleia.

Referiu ainda ter recebido diversos postais de boas festas, os quais ficam também arquivados junto da restante correspondência da Assembleia.

Ponto 1.3. Apresentação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia prestou o seguinte esclarecimento:

“Como sabem a Assembleia tem um Regimento que foi alterado no mandato anterior estando envolvidos nesse trabalhos os seguintes membros de ambas as bancadas, Dr. João Coucelo, Jorge Cordeiro, Dra. Odete Alves, Dr. José Grilo e Dr. Armindo Carolino.

Tendo em conta a necessidade de se proceder à alteração do anexo ao Regimento, uma vez que há mais Partidos representados nesta Assembleia, fizemos uma reunião, para a qual convidámos os membros de todos os Partidos, apesar de nem todos terem comparecido, de forma a que o referido anexo possa ser aprovado antes de entrarmos nas intervenções na generalidade.

Convidámos os membros de todos os partidos políticos para estarem presentes na reunião, uns estiveram outros não, mas não deixámos de proceder a esta alteração tendo em conta que ela se torna necessária antes de entrarmos no período antes da ordem do dia.”

O documento, com as alterações propostas, foi distribuído por todos os membros da Assembleia. Assim, para o Art.º 30.º, relativamente ao tempo concedido ao Senhor Presidente da Câmara para resposta às diversas interpelações, considerámos um aumento de 5 minutos, passando de 20 minutos para 25 minutos, no ponto relativo às intervenções na generalidade.

Quanto às alterações ao Anexo A, cada Partido Político, aqui representado, tem um tempo fixo de 4 minutos, para usar da palavra.

O tempo excedente é dividido pelas Bancadas da seguinte forma:

O PSD, com 27 membros = 32 minutos;

O PS, com 8 membros = 12 minutos;

O CDS, com 3 membros = 7 minutos;

A CDU, com um membro = 4 minutos; e

Independente, com um membro = 4 minutos.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição pelo que se passou à votação tendo a alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Pombal, sido aprovada por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 1.4 - Intervenções na generalidade.

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para uso da palavra no âmbito das intervenções na generalidade, tendo-se inscrito:

Maria Ofélia Moleiro, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Permitam-me uma intervenção muito rápida, para desejar a todos boas festas e formular votos de um feliz Ano Novo.

Dirijo-me agora, em particular, ao Senhor Presidente, Dr. Diogo Mateus, para o felicitar pelo conjunto de iniciativas promovidas, ou apoiadas, pela Câmara Municipal, durante a quadra Natalícia.

A cidade foi iluminada e aquecida, literalmente, com o espírito de Natal. Pequenos pormenores como as flores de Natal, as poinsettias, as passadeiras vermelhas, ou as lareiras, fizeram a diferença. O mercado de natal foi um êxito que agradou a todos, a quem vendeu, a quem comprou, ou simplesmente a quem visitou.

As diversas parcerias realizadas com a Paróquia, com a Filarmónica de Pombal, com a Associação Comercial, com os Grupos Corais e Musicais, envolveram as várias vertentes da atividade humana, a espiritual com a económica; a alegria com a festa.

O Natal viveu, em Pombal, a sua quadra.

Para todo o executivo os meus parabéns. Usem e abusem de eventos bem planeados, para que possamos viver a nossa cidade com entusiasmo, prazer e orgulho.

A festa faz parte da vida, entraremos no novo ano com esperança, dinamismo e empreendedorismo.

Muito obrigada Senhor Presidente.”

Henrique Falcão, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Queria, em primeiro lugar, chamar a atenção para a necessidade de nos ser facultada a documentação com mais tempo, tendo em conta a complexidade das muitas matérias que aqui são tratadas, de forma a podermos analisá-la convenientemente.

Não estou a dizer que foi entregue sem cumprir os prazos fixados por Lei, não é isso, mas se de todo for possível, agradecia, principalmente em matérias como as desta.

Queria também agradecer a amabilidade que o Executivo da Câmara teve para com os elementos da Assembleia. Já tive oportunidade de o fazer pessoalmente, mas queria também manifestá-lo aqui.

Esta é uma questão que vou colocar por mim, mas também porque tenho alguma dificuldade em explicar às pessoas que me têm questionado.

Senhor Presidente, gostaria que partilhasse connosco o que o levou a tomar a decisão de, com as dificuldades que têm havido, com a necessidade de fazer economias, ter todos os Vereadores em regime de tempo inteiro.

Eu sei que o Senhor Presidente acha que é isso que é importante, mas gostava de conhecer, mais a fundo, as suas razões.”

Jorge Cordeiro, cuja intervenção se transcreve:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, nas vossas pessoas, cumprimento todos os presentes, com os desejos naturais que a felicidade do Natal se estenda a cada instante do novo ano 2014.

Vou falar de desporto porque é justo salientar as prestações recentes de atletas do nosso Concelho, em diversas provas e em diversas modalidades.

Por exemplo, Miguel Diz, do Núcleo de Desporto Amador de Pombal, foi campeão Nacional de karaté de Juniores, no passado dia 14 de dezembro e também já foi chamado à seleção nacional, de frisar também aqui a participação de outros atletas como: Samuel Silva, João Jerónimo ou Dilan Lopes. Os treinadores Isidro Gameiro e Rui Diz, naturalmente, têm um papel importante neste trabalho.

Ao nível do xadrez, um grande destaque para Lucas Gonçalves, vice-campeão Nacional de Xadrez Sub-08, em igualdade pontual com o primeiro classificado que é do Ginásio do Louriçal e também já participou em vários campeonatos. Destaque ainda para outros atletas como Rafael Borroux ou Filipe Carraco, por exemplo.

De destacar também os atletas do Núcleo Desporto Amador de Pombal, no que concerne à Natação.

Estes jovens são campeões, isso não acontece por acaso, um campeão trabalha, um campeão tem força de vontade, supera-se e tem espírito de equipa. São exemplos para a sociedade, para a economia, para a política, para todos.

Enquanto uns são profissionais do protesto, os campeões trabalham; enquanto uns se queixam, permanentemente, outros são resilientes; enquanto uns recusam, até, ser avaliados ou entrar em processo de avaliação de competências, os campeões submetem-se constantemente a avaliação; enquanto uns passam a vida a proclamar direitos adquiridos, outros trabalham com a equipa; enquanto uns se acomodam, outros treinam. Este é um grande exemplo, às vezes de crianças com menos de 8 anos de idade. Os meus parabéns a todos.”

Bruno Loureiro, cuja intervenção se transcreve:

“Uma pequena chega só para agradecer a abertura da Câmara Municipal, relativamente à proposta que a Juventude Socialista apresentou, para o alargamento do funcionamento da Biblioteca Municipal - horário em períodos de estudo intensivo.

Para quem não está ao corrente da situação, a Juventude Socialista apresentou uma proposta no sentido de que fosse alargado o horário da Biblioteca em períodos de estudo intensivo, para que os jovens pombalenses pudessem regressar à sua Cidade, em tempo de estudo, estudar e estar próximos da família.

Esta questão foi já debatida em Conselho Municipal da Juventude e ficou, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, o compromisso de que, na próxima época de maio, junho, julho, haverá um espaço com essa finalidade, quer seja na Biblioteca, quer seja num outro de funcionalidade equivalente. O meu obrigado.”

Pedro Brillhante, cuja intervenção se transcreve:

“Nesta que é a última Assembleia do ano, com toda a carga simbólica que isso implica, importa centrar e focar a discussão naquilo que pretendemos para o novo ano, mas sobretudo naquilo que consideramos importante para o futuro da política do nosso Concelho.

É o que fazemos hoje na discussão do orçamento e das grandes opções do plano, mas não tem de ser isso e apenas isso, o foco da nossa ação de futuro.

Assim, a JSD de Pombal vem, mais uma vez a esta casa, e seguindo aquela que tem sido a nossa conduta, dar conta da apresentação, há cerca de duas semanas, de mais uma proposta dirigida ao executivo, proposta que acreditamos ser um importante passo e um ponto de viragem na



MUNICÍPIO DE POMBAL

participação ativa dos pombalenses, na vida do seu Concelho e nas opções que este venha a tomar para futuro. Um avanço decisivo na participação cívica de todo o Concelho e de toda a população, não apenas da juventude.

Falamos, obviamente, do Orçamento Participativo no Concelho de Pombal. Não da sua criação, que essa vem já explanada no programa eleitoral com que a atual equipa do PSD, em exercício de funções, se apresentou a votos, mas do regulamento e da forma de funcionamento de um Orçamento Participativo no nosso Concelho. Aquela que consideramos que maior impacto e benefícios traria para a nossa população, aquela que tem em conta as desigualdades territoriais existentes e que as nivela, aquela que tem como preocupação um forte envolvimento das freguesias em todo o processo e aquela que permita não apenas um voto eletrónico (ao alcance apenas de alguns) mas que inclua também o voto em urna e presencial, alargando assim o potencial de participação a toda a população do nosso Concelho. Um regulamento justo e equitativo, que potencie a participação e a discussão de novas ideias e o acesso de todos, a todas as suas etapas. Aquela que mais se adequa à nossa dimensão e à nossa necessidade enquanto Concelho.

A JSD de Pombal apresenta assim um vasto documento, em que estuda e analisa os vários Orçamentos Participativos já existentes no nosso país e além-fronteiras e em que propõe o modelo de orçamento que acreditamos que, verdadeiramente, se apresenta como um importante aliado na aproximação, que se quer cada vez maior, entre a política e os seus cidadãos, neste caso os cidadãos pombalenses.

Pombal sairá, com toda a certeza, a ganhar com esta proposta.”

Odete Alves, cuja intervenção se segue:

“Estamos a chegar ao fim de um ano que foi um ano de grandes sacrifícios para todos os portugueses, como sabemos, e portanto, deixo votos para que o próximo ano seja um bom ano para todos nós, que consigamos ultrapassar estas dificuldades e sobreviver com o mínimo de ferimentos possível.

Em relação às questões que aqui trago, começo por uma publicação no portal dos contratos públicos em que foi publicado, no dia 14 de outubro de 2013, um contrato por ajuste direto relativo ao fornecimento de materiais para a produção de meios promocionais de exterior, designadamente estruturas e partes de estruturas, no valor de 39.000,00€. Gostaríamos de saber a que respeitam estas estruturas e para que efeitos é que foram utilizadas.

Aproveitar ainda para solicitar alguns esclarecimentos acerca do preço das refeições a cobrar no ensino pré-escolar, porque, como sabemos, a Câmara Municipal tem estado a cobrar a 2,00€, sendo certo que existem despachos, inclusivamente um despacho recentemente publicado, em 12 de setembro, que veio também atualizar esses valores da ação social para 1,46€, é portanto, este, o preço a pagar pelos alunos que não tenham o direito aos escalões, penso que A e B. Gostaríamos de saber se a Câmara já está atenta a esta situação, se já retificaram estes valores e qual o valor que estão a cobrar atualmente por estas refeições.

Constatou-se também, penso que é público, que existe um estudo publicado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, publicado no site da Pordata, que indica que o valor médio do índice de compra no Concelho de Pombal é de apenas 82%, sendo certo que a média regional é de 87,5% e a média nacional de 100%. Por isso, pergunta-se também ao Senhor Presidente se tem conhecimento destes dados, que comentários é que lhe suscitam e que medidas é que tem em vista para inverter esta situação, permitindo-nos antes acrescentar que, Senhor Presidente, a Câmara perdeu recentemente uma grande oportunidade de alterar estes dados, designadamente



MUNICÍPIO DE POMBAL

quando pôde fixar a taxa, a percentagem na participação variável do IRS dos contribuintes, optando, mais uma vez, por manter esta participação no seu limite máximo, ou seja, nos 5%.

De referir ainda que assistimos, durante o mês de julho deste ano, a várias inaugurações, muitas delas feitas à pressa, de várias obras na cidade, muitas delas não estavam sequer concluídas. Este facto até poderia parecer estranho se não estivéssemos num ano de eleições e também num ano da despedida do anterior Presidente da Câmara.

Não deixa de ser estranho que, desde as Festas do Bodo, haja muitas dessas obras que não viram qualquer trabalho, mantendo-se exactamente no mesmo estado que estavam aquando das ditas inaugurações. Refiro-me, por exemplo, ao Parque no Largo S. Sebastião e ao Centro de Negócios, para além disso, merecem-nos ainda reparo as obras de Regeneração do Centro Histórico que vêm sendo sucessivamente prorrogadas e que parecem nunca mais ter fim.

Os comerciantes queixam-se sucessivamente destas prorrogações, que lhes causam prejuízos, como é evidente, e por isso importa desde já perguntar o que se passa com estas obras, porque é que não estão ainda concluídas e porque é que têm vindo a ser sucessivamente proteladas.

importa ainda saber, no que respeita ao Parque de Estacionamento de S. Sebastião e ao Centro de Negócios, quando é que entrarão em funcionamento e como é que vai ser feita a gestão destes espaços.

Aproveitamos também para perguntar o que é que está planeado para a Casa dos Varelas, para o Centro de Estudos Mota Pinto e para quando a conclusão destas obras.”

Presidente da Câmara, que usou da palavra para responder, da seguinte forma, às interpelações que lhe foram dirigidas:

“Muito obrigado Senhor Presidente. Peço autorização para falar sentado se me permitem, uma vez que temos aqui um conjunto de intervenções.

Eu quero começar por agradecer as palavras simpáticas que dirigiram ao Executivo, relativamente às actividades que programámos para esta quadra natalícia, recordando que ainda não acabaram. Portanto, terão todos ocasião, se quiserem, de se associar à atribuição de toponímia, já aprovada pelo Município, da Rua Aristides de Sousa Mendes à antiga Rua da Piscina, que terá efeito a partir das 15:30h do próximo dia 1 de janeiro, com a leitura de uma nota da Senhora Embaixadora de Israel, no nosso País, e com a representação da Fundação Aristides de Sousa Mendes e da Comunidade Judaica em Portugal.

Sobre a questão suscitada pelo Senhor Deputado Henrique Falcão, relativamente à necessidade de os Senhores Vereadores do Executivo, cinco para além do Presidente da Câmara, estarem a tempo inteiro, eu apresento-lhe aquilo que, no meu entendimento, constitui razões que justificam esta opção.

A primeira tem a ver com a especialização que hoje o conjunto das matérias Municipais reclama, sob o seu ponto de vista político. Nós sabemos que nem sempre aquilo que é a missão principal dos eleitos locais, que é fazerem política, consegue ser atingida da melhor forma possível, porque lhes são requeridas, normalmente, ações de carácter mais técnico para poderem coadjuvar os serviços.

Nós sabemos também que ao longo deste mandato, em concreto no próximo mês de junho, a Assembleia terá que debater novamente o Organigrama e o Mapa de Pessoal da Câmara, uma vez que vamos ter que operar uma modificação ao número de dirigentes desta casa, em função do memorando que foi assinado com a Troika e que obriga a que, também nas Autarquias, haja uma redução destes dirigentes. Esta será uma alteração significativa porque nós teremos um corte muito acentuado dos dirigentes. Se é importante haver uma boa articulação entre aqueles que são os responsáveis pela coordenação global dos serviços, sejam Chefes de Divisão, sejam



MUNICÍPIO DE POMBAL

Diretores de Departamento, não é menos importante que exista um conjunto de chefias intermédias que possam corresponder. Nós, muitas vezes, somos obrigados a ter mecanismos alternativos, onde a parte política tem que operar, num conjunto de intervenções que numa situação diferente, com outra estrutura orgânica, nos obviaria a esta circunstância.

Mas é também por isso, que o Município apresenta um rácio de trabalhadores, por mil habitantes, muito abaixo daquele que é o rácio que se verifica no nosso País. Estou certo que isso também será consequência da forma como temos organizados os nossos serviços.

Para além disso, muitas vezes me questiono se os encargos equivalentes a uma empresa com um orçamento que ronda, como o nosso para o próximo Executivo, os cinquenta milhões de euros, ter uma dotação que não chega aos duzentos mil euros, não por cada um, por toda a Câmara Municipal, se se trata de um valor exagerado para um conjunto de responsabilidades de orçamento, de contratos e de trabalhos que têm sido desenvolvidos. Eu considero que, de facto, se olharmos para aquilo que é a responsabilidade que está inerente às funções e ao trabalho que queremos desenvolver, haverá poucas casas com um orçamento deste tamanho, que tenham, ao nível da administração, um peso tão pequeno relativamente ao orçamento que administram.

Para além disso, nós apresentámos um conjunto de compromissos políticos que queremos executar e, se os queremos executar, temos que os acompanhar, temos que os lançar, muitas vezes temos que os criar, temos que os produzir.

A Dra. Odete, há pouco, colocou uma questão que me vai dar oportunidade de, precisamente, lançar essa reflexão, até aproveitando a Assembleia Municipal, isso precisa, de facto, de um conjunto de pessoas que se possam dedicar, também tecnicamente, aos assuntos e que possam fazer esse trabalho.

Como sabem, o Município tem uma estrutura de técnicos superiores que não é especialmente abundante, nesta altura, não teremos mais de 35 funcionários, num universo de 400, que levam para casa mais de mil euros por mês.

Eu pergunto que estrutura, com uma dimensão como a nossa, que se vê hoje com um conjunto de imposições, consegue executar, cumprir, acompanhar uma centena de empreitadas, fazer milhares de atendimentos, gerir milhões de serviços e, quando eu digo milhões de serviços, falo dos serviços que são prestados nas águas, no saneamento, nos resíduos, nos atendimentos, na ação social, no atendimento administrativo e tem uma estrutura que é, em termos nacionais, tratada desta maneira.

Por outro lado e para terminar, entendo também que o aproveitamento dos fundos comunitários passa muito por uma atenção dedicada que cada uma das pessoas que acompanha, em concreto, as áreas que estão sob a sua alçada, potenciam sob o ponto de vista desses mesmos fundos, e Pombal tem sido muito bem sucedido, quando olhamos para o conjunto dos outros Municípios, na Região Centro do País, e percebemos a forma com que o temos feito. Eu estou certo que a forma bem sucedida como o temos concretizado resulta, e muito, da atenção dedicada que, ao longo dos anos, os Senhores Vereadores têm tido, porque eu também o fui relativamente a estas matérias.

Além disso, é sabido que o peso da representação institucional é cada vez maior, uma vez que nós temos produzido um conjunto de relações com todas as entidades do nosso Concelho que, de facto, justificam que todos os dias tenhamos encontros com muitas entidades, que são naturalmente partilhadas por todos os membros que compõem o Executivo Municipal.

Por esta razão, por este conjunto de razões, entendo encontrar-se razoavelmente fundamentada a decisão, é evidente que nós podemos ter o Presidente da Câmara sozinho a trabalhar, poder podíamos, mas estou convicto que nós estaríamos muito longe de aproveitar aquilo que são as



MUNICÍPIO DE POMBAL

oportunidades que, apesar de tudo, o País, a Região e os cidadãos nos proporcionam, se o fizéssemos dessa forma tão coxa.

Portanto, acho que temos aqui uma situação equilibrada, que tem sido bem sucedida, que não me parece excessiva sob o ponto de vista do peso que tem, bem antes pelo contrário, acho que tem sido precisamente uma situação inversa. Esta aposta tem sido francamente positiva para aquilo que é o resultado prático em nível de realizações, em cumprimento dos compromissos, mas também, na captação dos financiamentos que têm viabilizado todas estas obras.

Sobre as restantes matérias, nomeadamente as suscitadas pela Dra. Odete Alves, relativamente ao valor publicado no site da contratação pública, estamos a falar de valores que dizem respeito às Festas do Bodo, catorze mil euros; à Feira de Artesanato, cinco mil euros; e, a outros equipamentos diversos, nomeadamente, outdoors institucionais, Pombus e convites, estamos a falar de placas em inox, de placards em acrílico, em estruturas de pvc alveolar.

Eu tenho todo o prazer em disponibilizar-lhe esta informação relativamente à questão dos meios promocionais de exterior, para que possa, não só conhecer o rigor formal com que foram adquiridos mas, principalmente, poder avaliar também, sob o ponto de vista do mérito, a qualidade destas mesmas execuções.

Sobre a questão que apresentou dos preços das refeições do pré-escolar, de facto a sua intervenção acaba ela própria por esclarecer aquilo que é uma dúvida que, para nós, não existe. Não há um regime da ação social escolar no pré-escolar, não há e, de facto, quem fizer uma leitura mais ligeira dos despachos pode ser induzido em erro.

Quando a Associação Nacional de Municípios, os Municípios Portugueses e o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, em 1998, celebraram o protocolo que regula os termos em que funcionam as pré-escolas, ficou estabelecido um regime de escalões entre um e o sexto escalão, que regula os termos em que os pais participam nesses encargos, nem fazia muito sentido que, quando nós em Portugal temos um sistema público puro, seja produzido diretamente pelos Municípios e o sistema misto, que é aquele que é financiado pelo Estado mas que é desenvolvido pelas IPSS's, tivéssemos aqui, perante o mesmo serviço pago pela mesma entidade, um tratamento desigual.

O Município de Pombal tem tido esta conduta, pese embora, ao perceber que existem dúvidas, fossem apresentadas em Câmara, discutidas e feitos vários pedidos de esclarecimentos. Eu tive ocasião de falar pessoalmente com o Senhor Secretário de Estado da Segurança Social sobre esta matéria e, de facto, não há dúvida, se o contrato que existe entre o Município de Pombal e o Ministério, que é quem financia as dotações, é perentório nesta matéria, eu admito que os Senhores Secretários de Estado da Educação e da Segurança Social tenham que esclarecer, tenham que se entender e tenham que produzir alguma matéria que possa normalizar esta interpretação.

Até lá, o Município de Pombal tem um contrato firmado que é anualmente renovado através de comunicações que são remetidas às entidades competentes, nomeadamente ao próprio Ministério da Educação, porque é a DGESTE que é destinatária destas comunicações e que cumpre, quer sob ponto de vista das obrigações que tem por força desse contrato, quer sob o ponto de vista dos direitos que percebe, relativamente às responsabilidades que a própria Segurança Social assume perante o Município. Enquanto esses termos não são termos especiais de Pombal, são termos que são nacionais subsistirem, é isso que vai acontecer. O facto de existirem Municípios que têm uma política diferente, permite-nos fazer o seguinte exercício: se estamos de facto preocupados - e nas suas palavras verifica-se essa genuína preocupação-, em acautelarmos melhor aqueles que são mais desfavorecidos, dando-lhes esta ação social, eu pergunto se no conjunto dos cidadãos de



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pombal que são beneficiários dos primeiros seis escalões da Segurança Social, onde o primeiro e o segundo escalão pagam um valor inferior a um € 1,46, se será intenção desse despacho, que todos os valores, de todas as crianças, sejam este valor. Essa seria uma estratégia que levaria a que aqueles que hoje pagam mais, porque têm rendimentos que o permitem fazer, pagassem menos, e aqueles que hoje pagam menos, porque pagam pelo primeiro escalão, pagassem mais. Não me parece que fosse essa a intenção do legislador. Se essa for a opção do governo, de que eu discordo, nós seremos obrigados a cumpri-la. Até lá, vamos cumprir da forma como o entendemos e como o temos feito ao longo de todos estes anos, pese embora estejamos naturalmente abertos a ouvir outras sugestões, relativamente à forma com que a norma pode ser interpretada.

Sobre o comentário que me pediu aos estudos do PORDATA, relativamente àquilo que é o rendimento “per capita” dos cidadãos, não é uma novidade, porque não é apenas por Decreto que conseguimos melhorar esta prestação, pese embora perceba a facilidade com que interpreta a redução ou a dispensa municipal dos 5% do IRS, naquilo que traria para o rendimento “per capita”. Contudo, o apuramento da fórmula é antes de impostos, não é depois e, portanto, o valor continuava na mesma se fosse por essa razão.

Por fim, queria também esclarecer que, se quiser com rigor ir ver as placas que foram descerradas por ocasião daquilo que considerou inaugurações nas Festas do Bodo, iria reparar que aquelas obras foram visitadas pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Senhor Primeiro Ministro precisamente porque não estavam em condições de serem inauguradas, portanto, não conclua com precipitação que o facto de terem sido visitadas tenha constituído uma inauguração. Se procurar a comunicação social e aquilo que são os registos que ficaram nos edifícios, verá que foram visitas que se fizeram àquelas instalações.

Sobre os prazos, não tem mais preocupação do que eu relativamente ao seu cumprimento e posso dizer-lhe que, nos primeiros dias em que exerci funções, julgo que logo na primeira sexta-feira, , tive ocasião de reunir com o Senhor Vereador que acompanha as obras Municipais, o Engenheiro Pedro Murinho, e com a Arquijardim e dizer-lhe precisamente isso, nos seguintes termos, “Os senhores têm uma obrigação para connosco, que se traduz no cumprimento da obra em tempo, e eu tenho obrigação, em nome do Município, de fazer os pagamentos que resultam desses trabalhos. Nós temos contratos de financiamento que viabilizam o cumprimento dessas obrigações, como a Candidatura ao MaisCentro. Mas nós também temos obrigações com o MaisCentro relativamente ao cumprimento das obras e, a partir do momento em que o vosso trabalho condicione a execução financeira da obra, e isso comprometa a capacidade do Município apresentar autos e poder financiar-se para fazer o respectivo pagamento, significa que os Senhores passam a estar em apuros. Portanto, é bom que façam e façam bem, porque nós já não vamos prorrogar mais o prazo de execução, porque temos que cumprir os prazos que apresentámos ao MaisCentro.” Foi nessa reunião que se estabeleceu que a Rua António José Teixeira, antiga Rua Direita, ficasse concluída no dia 20 de dezembro, e ficou; que o troço da Rua Almirante Reis, entre a Rua António José Teixeira e a Rua Capitão Tavares Dias, ficasse concluída até ao dia 20 de dezembro, e também ficou; que, a partir do dia 6 de janeiro - porque se entendeu que, antes dessa data, a atividade comercial podia ser mais prejudicada - , entrasse em obra o troço restante da Rua Almirante Reis, desde o cruzamento da Tavares Dias até ao Largo 5 de outubro, e se iniciassem os trabalhos na Rua João de Barros e na Rua de Albergaria dos Doze. A isto temos que acrescentar que foi determinado o dia 30 de Abril como data limite para a conclusão dos trabalhos de Regeneração Urbana.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sobre o Parque de Estacionamento, quero acrescentar que, infelizmente, a empresa CONSTROPE está num plano especial de recuperação, o que significa que estamos naquela fase difícil em que há uns pequenos ajustes que não vão impedir a sua utilização, mas que a têm, de certa forma, condicionado. Estamos a aguardar que seja feita a vistoria, por parte da CERTIEL, à EDP, para podermos abrir. Quero acrescentar também, que tal como estava previsto nos termos da própria candidatura, o Parque entrará em funcionamento sem haver pagamento de qualquer valor, porque isso obrigava-nos à execução de um estudo de viabilidade económico-financeira e, conseqüentemente, a uma redução dos apoios comunitários para esta empreitada. Portanto, os moldes serão muito parecidos aos do Parque de Estacionamento da Praça Marquês de Pombal.

No que concerne ao Centro de Negócios, visitei-o, com o empreiteiro e com o Eng.º Abel, na semana passada. Falta a pintura do piso térreo; a colocação de duas bombas para a elevação das águas ao nível da cave; e falta fazer o fecho financeiro da operação para estar concluído. Está assumido com o empreiteiro, a Construtora Manuel e Lino. que até ao dia 15 de janeiro será feita a entrega da obra.

Sobre as duas outras situações que apresentou, a Casa Varela e a Casa Mota Pinto, tivemos um Conselho Municipal de Juventude, na passada sexta-feira, que correu muito bem e onde esta matéria foi discutida. Aquilo que nos parece importante agora é concluir os trabalhos de preservação das fachadas e da cobertura; fechar os vãos através de novas formas; e, durante este período, permitir que haja uma discussão que nos garanta que, quando fizermos as obras, seja já com a preocupação do uso que o edifício vai ter, podendo adaptar aquilo que sejam as opções construtivas àquilo que sejam as valências que o espaço vais ter.

Relativamente à Casa Varela abrem-se várias discussões, sendo que me parece que daríamos um grande sinal se aquele espaço fosse usado para as atividades mais jovens e para colmatar um conjunto de áreas que me parece importante.

Sobre a Casa Mota Pinto e o trabalho todo que já está feito, parece-me que vamos precisar de amadurecer aquilo que é o conceito gestor daquele espaço. Eu julgo que o alcance que o espólio e o projeto têm precisa de ganhar um conjunto de parceiros, de metodologias funcionais, de apresentação do espólio, de programas de atividades e de financiamento, que justifique fazermos esse investimento. Portanto, parece-nos que, quer seja com a Universidade de Coimbra, seja com outras unidades académicas, seja através de um programa de atividades previamente ponderado, aquilo que é o desenvolvimento, em concreto, do projeto deve ser acompanhado de uma maturada reflexão sobre a forma como o espaço deve funcionar, para não ser apenas um espólio depositado e que fica bastante condicionado sob o ponto de vista dos usos futuros.”

Pedro Pimpão, cuja intervenção se segue:

“Esta é a última Assembleia Municipal do ano 2013, um ano que fica marcado pelas eleições autárquicas, uma vez que só se realizam de quatro em quatro anos. Este ano teve o condão especial destas autárquicas cumprirem com a entrada em vigor da Lei de limitação de mandatos, o que fez com que muitos dos nossos Presidentes de Junta deixassem de o ser e passassem a ex-Presidentes de Junta, e creio que esta Casa deve fazer um tributo e um reconhecimento público ao trabalho que estes ex-Presidentes de Junta desempenharam em prol das suas freguesias que, por sua vez, deu azo à entrada de muitos novos Presidentes de Junta e portanto, Senhores Presidentes de Junta, também fazer votos que tenham sucesso nos vossos mandatos, porque não tenho a menor dúvida que o trabalho que o Executivo pode e deve fazer nos próximos quatro anos só o fará se tiver este esforço integrado e apoiado nos Presidentes de Junta de Freguesia. Este ano também ficou marcado pelo fim de duas décadas de serviço à causa pública autárquica



MUNICÍPIO DE POMBAL

do Eng. Narciso Mota, enquanto Presidente da Câmara. O Município e o Executivo, por unanimidade, e bem, prestaram-lhe a devida homenagem em tempo, mas creio que nós, aqui, na Assembleia Municipal, também o devemos reconhecer, porque o lugar do Presidente Narciso Mota vai ficar marcado na História do nosso Concelho.

Não são palavras, há obra que testemunha estes vinte anos de desenvolvimento no nosso Concelho, e acho que os pombalenses também reconheceram essa confiança no seu trabalho elegendo-o como Presidente da Assembleia Municipal, com o nosso apoio enquanto membros da Assembleia Municipal e portanto, acho que é um justo reconhecimento do seu trabalho.

Desejo-lhe, assim, como ao novo Presidente de Câmara, ao novo Executivo, a todos os Senhores Vereadores, que o sucesso alcançado seja o sucesso dos próximos quatro anos em prol do desenvolvimento do nosso Concelho.

Creio que estão reunidas as condições para que, todos, em conjunto, possamos fazer o melhor pelo nosso Concelho.

Mas este ano de 2013 ainda nos enche mais de orgulho e satisfação, quando vemos que o nosso Município é distinguido por boas práticas em determinadas áreas, nomeadamente, ainda na semana passada recebemos uma menção honrosa por parte da Associação Portuguesa de Museologia.

No índice de transparência da Administração Local, recebemos o 9.º lugar em 308 Municípios, tão importante que é para que os nossos cidadãos possam acompanhar o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal.

Até na qualidade da água para consumo humano, que tantas polémicas causou no passado, estamos acima da média Nacional.

Vejamos ainda que, no concurso de atividades de educação ambiental da Praia do Osso da Baleia, temos desempenhado um trabalho valiosíssimo, ao longo dos últimos anos, com distinções que nos enchem de satisfação.

Por último, continuamos a ter um dos melhores rácios ao nível dos trabalhadores por cada mil habitantes.

Por tudo isto, com estes indicadores, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, caros colegas, creio que estão reunidas as condições para termos motivação para fazermos mais e melhor pelo nosso Concelho.”

Jorge Neves, cuja intervenção se transcreve:

“Aproveito esta oportunidade para desejar um resto de um bom ano e que ano que vem, de facto, seja um ano melhor que o transato, se bem que não me parece que isso vá acontecer pelo que se advém, não me parece que seja melhor, mas a esperança é a última a morrer.

Depois disto, esperava só fazer uma pergunta ao Senhor Presidente e que é: No mês passado houve acontecimentos na ETAP que levaram a demissão da Dra. Ana Pedro. Queria saber que acontecimentos foram esses e uma vez que a Câmara tem uma participação de 49% no capital da ETAP, que tipo de gestão pretende para a ETAP e para o seu futuro?”

José Neves, cuja intervenção se transcreve:

“Faleceu, no passado dia 14 de dezembro, o Senhor Carlos António Pedro dos Santos, cidadão de grande prestígio e admiração em todo o Concelho.

Nascido no Lourçal a 20 de novembro de 1925, no seio de uma família de comerciantes, cedo assumiu uma clara vontade em participar na vida coletiva da sua comunidade.

A situação privilegiada no contacto com a comunidade e a facilidade de comunicação, rapidamente granjeou a simpatia de todos quantos com ele conviviam tornando-se um cidadão de grande prestígio e admiração em todo o Concelho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ainda muito novo, com a morte de seu pai, assumiu toda a responsabilidade nos cargos que este possuía e deu continuidade à atividade de comerciante desempenhada pela família.

Em 1957, com mais três amigos fundou a Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Louriçal, cuja sede social passa a funcionar graciosamente em edifício do próprio Carlos António Pedro dos Santos. A sua vontade associativa e participativa nas atividades da terra, levam-no juntamente com alguns amigos e com o apoio da Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Louriçal, a criar as festas anuais do Louriçal.

A criação de melhores condições de vida e o desenvolvimento da sua comunidade impulsionam-no a participar e a integrar alguns dos Executivos da Junta de Freguesia, não satisfeito com isso torna-se membro desta Assembleia Municipal por força do cargo que desempenhou nas funções de Presidente de Junta do Louriçal nos três mandatos consecutivos, de 1979 a 1982, 1982 a 1985 e 1985 a 1989, e mais tarde, de 1993 a 1997.

Durante os seus mandatos conseguiu resultados surpreendentes, desde logo com a abertura de estradas e caminhos florestais, tendo mobilizado a Engenharia Militar para o desempenho de tarefas tais como a asfaltagem de estradas, a construção de passeios no Centro da Vila, a construção da sede da Junta de Freguesia e o início da construção do saneamento básico na sede da Freguesia, são alguns exemplo desses progressos conseguidos.

Reconhecido e agraciado frequentemente por algumas manifestações de caris popular, o Senhor Carlos António Pedro dos Santos, foi um bom exemplo de cidadão ativo nas causas sociais e em vários movimentos de cidadania que marcam uma época e são exemplo de competência, credibilidade e rigor.

Foi um homem de convicções, agregador e consensual, a sua vida foi marcada pela retidão e honestidade, é alguém a quem os Louriçalenses muito devem.

Sócrates dizia “nós só morremos quando somos simplesmente esquecidos”.

A Assembleia Municipal de Pombal manifesta publicamente um profundo voto de pesar pelo falecimento do Senhor Carlos António Pedro dos Santos, à família manifestamos a nossa mais profunda consternação por tão infeliz acontecimento.”

Jorge Silva, cuja intervenção se segue:

“Venho desejar um bom ano de 2014, um bom ano na sua ação e desenvolvimento para o bem de todos os cidadãos de Pombal, já que são para estes e é nestes que se vai refletir o que fizermos de bem ou de menos bem com as nossas atuações. Estou convencido de que toda a nossa ação será sempre para resolvermos ou minorarmos os problemas dos pombalenses, é este o elo que nos une a todos nesta casa, com diferentes opiniões e pontos de vista, mas sempre para a elevação da qualidade de vida dos pombalenses. Espero que todos tenhamos um excelente e profícuo trabalho no ano de 2014.

Senhor Presidente Diogo Mateus, desejava saber o que muitos pombalenses se questionam.

Em que ponto está a passagem da feira semanal para o Arnado?

Como têm sido os contactos com os comerciantes, com os vendedores?

Para onde vai o estacionamento que será suprimido durante os dias da feira?

Como tem reagido a APEPI e os seus dirigentes a esta solução?

No momento em que o nosso Concelho e o nosso país é assolado com o grave problema económico, social e familiar que é o desemprego, também gostaria de saber se já tem alguma informação que nos possa trazer quanto aos investimentos estrangeiros ou nacionais para o nosso Concelho, e a sua proximidade, como referiu na campanha, com a comunidade latino-americana.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Já está com algum investimento concreto ou possível que nos possa anunciar nesta Assembleia? Termino como iniciei com os meus desejos de um bom ano para todos e um bem hajam.”

Rodrigues Marques, cuja intervenção se segue:

“Eu pedi a palavra para fazer a minha homenagem ao saudoso companheiro Carlos Pedro, propondo-me declamar um pequeno poema de Mia Couto – A Morte Silenciosa.

*«A noite cedeu-nos o instinto
para o fundo de nós
imigrou a ave a inquietação
Serve-nos a vida
mas não nos chega:
somos resina
de um tronco golpeado
para a luz nos abrimos
nos lábios
dessa incurável ferida
Na suprema felicidade
Existe uma morte silenciada.»”*

Nascimento Lopes, cuja intervenção se segue:

“Eu vou ler apenas um pequeno texto que tem a ver com uma parceria que a Junta de Freguesia fez, há bem pouco tempo, com o INATEL e com a Câmara Municipal de Pombal. Há quem diga por aí que o Executivo da Junta de Freguesia de Pombal apenas desenvolve a sua atividade na componente social de apoio à família, esquecendo a cultura, o desporto, o associativismo. Mas desengane-se quem o diz, já que tal não é verdade e, a prová-lo, está a nossa primeira iniciativa neste novo mandato, no campo da cultura, inserida numa parceria entre a Fundação INATEL e o Município de Pombal que decorreu ao longo dos meses de novembro e dezembro, no ciclo de teatro amador, englobando cinco grupos de teatro, a saber: Te-ato de Leiria, que interpretou a peça infantil “Partidas”; o Grupo de Teatro do Spor Operário e Marinhense que interpretou “O Riso da Crise”; Teatro Olímpo que interpretou “Harpagão, o velho avarento”; “O Nariz” que interpretou “O Homem que via passar as estrelas”; e, por último, o Teatro Amador de Pombal que interpretou, e muito bem, “A Demanda”.

A estreia aconteceu no passado dia 9 de novembro, dando assim início às comemorações do Feriado Municipal de Pombal, provando, desta forma, que estas parcerias são de extrema importância para nós, já que demonstram só por si, que esta Junta de Freguesia está de todo empenhada em delas fazer parte, tendo a noção exata do seu interesse, no âmbito em que as mesmas se inserem.

Havemos de continuar com o mesmo espírito de interajuda, colaboração e empenho.”

Michael António, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção, tentando ser telegráfico, tem a ver com o seguinte: eu, neste momento, tendo o computador ligado, acedendo ao Portal do Município, consigo visualizar a proposta de revisão do PDM de Pombal, que se encontra em consulta pública, e já o fiz algumas vezes durante esta semana.

Trata-se de uma publicação bastante clara, precisa, extensa, mas que, da consulta que fiz é bastante prática e acessível, ao mesmo tempo, também consegui perceber que os documentos não estão de tal forma pesados, que não possam ser consultados com alguma celeridade e com facilidade.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Muito telegraficamente lembrar que foi um processo que se iniciou em 30 de março de 2010 e que, como todos sabem, infelizmente, demora todo este tempo. Eu acho que quem fizer a consulta de todos os documentos, todas as fases e todo o procedimento de que este processo de revisão foi objecto, conseguirá perceber o porquê de tanta morosidade e de tanta burocracia.

Até agora decorreram quatro fases, seguir-se-á a esta a discussão pública que decorre durante um período de trinta dias úteis e, se não estou em erro, começou exatamente no dia 13 de dezembro. A minha pergunta era a seguinte, dirigindo-me ao Senhor Presidente da Câmara: Tendo conhecimento, até porque também tive oportunidade de trocar algumas impressões com o Vereador do Pelouro, que estão disponíveis ao público imensas ferramentas e meios de consulta, nomeadamente em todas as Juntas de Freguesia, no Edifício dos Serviços Técnicos e no Portal do Município, e tendo decorrido algum tempo desde que o processo do PDM se encontra em consulta,, como é que tem sido a procura ou, digamos assim, os contributos ou as reclamações que os municípios têm feito ao processo de Revisão do PDM.

Para terminar, aproveitar para dizer que avizinha-se uma nova fase do Processo de Revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, Ovar – Marinha Grande, que é um Plano especial. Como nós sabemos temos nove quilómetros de costa e o Plano vai proceder ao ordenamento da nossa Orla Costeira, nomeadamente da Praia do Osso da Baleia.

Do que eu percebi, e uma vez mais num espírito obviamente de plena colaboração, não só com o Vereador mas também com alguns técnicos com quem tenho falado, parece que haverá uma pequena inflexão daquilo que eram as intenções da CESAM da Universidade de Aveiro e que, não obstante, as reivindicações que haviam sido feitas para o Osso da Baleia, eventualmente, a nova praia ou a nova frente de praia que tinha sido requerida e que tinha sido bastante reivindicada, poderá não estar contemplada no novo documento. Peço ao Município que, obviamente com todo o direito que lhe assiste, imprima a maior das suas forças na reivindicação desse propósito.”

Avelino António, cuja intervenção se segue:

“Senhor Presidente da Câmara, trago aqui hoje o mesmo assunto que abordei na minha primeira intervenção como Presidente de Junta, neste Salão Nobre, há quatro anos atrás, início de 2010. Refiro-me ao saneamento em várias ruas, nas Meirinhas, que tiveram o despacho favorável do Departamento de Urbanismo em 08.03.2010 e ordem de execução pelo Senhor Presidente da Câmara em 18.03.2010. Tenho comigo uma cópia de respetivo despacho.

Pese embora os vários ofícios dirigidos à Câmara Municipal, a referir este assunto, ao longo dos últimos quatro anos, as ordens superiores não foram cumpridas. Neste momento, temos ainda mais três pequenas ruas que estão para ser asfaltadas e aguardam o respetivo saneamento.

O outro assunto que trago aqui, também já por várias vezes abordado, tem a ver com o novo Centro Escolar das Meirinhas, que até aqui aguardava pela aquisição de um terreno a preços de mercado não inflacionado, mas agora esse terreno já está referenciado e o seu atual proprietário cede-o para este efeito a preço acessível.

Espero, Senhor Presidente, que as promessas sejam para cumprir e que, dentro de algum tempo, estas obras não sejam uma miragem. Desejo a todos um 2014 com muita saúde.”

Manuel Serra, cuja fez a seguinte intervenção:

“É a primeira intervenção que faço, pretendo apenas regozijar-me e dar os parabéns pela inauguração da Cercipom na Vila da Guia, no passado dia 6 de dezembro, com a presença do Senhor Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Dr. Agostinho Branquinho. Com este equipamento, o Município de Pombal acrescentou capacidade de intervenção social e apoio especializado, com valência residencial e centro de atividades ocupacionais.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A escolha de Freguesia que represento para instalação deste equipamento social não é estranha, a grande contribuição do anterior executivo da Junta de Freguesia que não desistiu enquanto não viu concretizada a obra que todos, afinal, consideraram necessária.

Quero aqui enaltecer e agradecer a colaboração e empenho de quem, na devida ocasião, tinha de decidir o investimento de 1.200.000 €, para o qual era essencial o interesse e a contribuição do Poder Central, conseguido, sem dúvida, pelo empenho do Executivo Municipal à época, liderado pelo Sr. Eng. Narciso Mota, continuado agora, e também com o meu apoio, pelo Senhor Dr. Diogo Mateus.

Obviamente que esta realização jamais seria possível sem o interesse e visão prévios da direcção da Cercipom, sob direcção do Sr. Manuel Escalhorda e continuado pelo seu sucessor Sr. Manuel dos Santos, restante direcção e equipa técnica, a quem a Freguesia da Guia, Ilha e Mata Mourisca reconhece o esforço e agradece o empenho.

É assim, com perseverança, interesse e cooperação entre os vários interessados que se conseguem realizar as obras necessárias à satisfação das necessidades da sociedade que todos servimos.

Regozija-se neste momento esta Junta de Freguesia, por ver o seu espaço geográfico beneficiado por mais um equipamento que o coloca na vanguarda do desenvolvimento civilizacional que se traduz pela inclusão de todos, numa sociedade cada vez mais solidária e com respostas diferentes para as diferenças de cada um de nós.

Exorto ainda o Executivo do Município a continuar a desenvolver esta via de intervenção pelo primado do ser humano, podendo contar sempre com os seus parceiros naturais, as Juntas de Freguesia, sem dúvida o braço mais avançado do Município junto das populações, contando com homens e mulheres sempre esforçados na obtenção do bem público, sem esperar recompensa que não seja apenas a satisfação do dever cumprido pela concretização da obra desejada.

Senhor Presidente da Câmara, saiba o Município continuar a dar a mão às freguesias e pode ter a certeza que continuará a ter as suas tarefas facilitadas pela contribuição que sempre delas tem tido, todos os dias e a todas as horas, e que poderá ser ainda maior, caso lhes sejam disponibilizadas as necessárias ferramentas.

Muito obrigado e um bom ano a todos.”

José Marques, cuja fez a seguinte intervenção:

“Vou, pela primeira vez, intervir nesta Assembleia. Congratulo-me pelo facto de o poder fazer. Quero aqui deixar uma homenagem ao Senhor Carlos António Pedro dos Santos, falecido recentemente, o qual considero um autarca de nível, que deu à causa pública muito da sua vida, para ele e para a família, neste momento, aquilo que podemos perpetuar é a sua memória.

Queria também aqui saudar uma atleta do Louriçal, que é a Liliana Salema que participou na Taça do Mundo de Futsal feminino, em Espanha, de 14 a 20 de setembro, tem 29 anos e é atleta do Centro Recreativo da Golpilheira - Batalha, uma atleta jovem que esteve na Selecção Nacional. Também, como já foi referido, saudar o Lucas Gonçalves que é atleta de xadrez, Campeão de sub-08, um jovem, uma criança ainda, que já faz êxito das suas qualidades.

Tendo em conta que, no próximo dia 5 de janeiro vamos fazer a Festa de Reis no Instituto D. João V, juntando pela primeira vez a Filarmónica Louriçalense, o Rancho Folclórico Etnográfico do Louriçal e o Grupo de Cavaquinhos, com iniciativa da Junta de Freguesia do Louriçal em parceria com os comerciantes, para dinamização do comércio local, e onde serão sorteados mais de cinquenta prémios, no final do espectáculo. Convido todos os presentes para assistirem a este espectáculo, no próximo domingo, dia 5 de janeiro, a partir 15H00, o que muito nos honraria.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Queria também aqui apelar ao Senhor Presidente da Câmara, para o facto de várias obras serem faladas, esperando que tenha em conta que o Louriçal bem precisa. Com certeza que cada um fala pela sua freguesia, eu defendo a minha e espero que, ao longo destes quatro anos, possamos, em parceria, desenvolver um trabalho que dignifique a nossa freguesia e que os cidadãos se sintam bem a morar ali.

Desejo a todos a continuação de boas festas e um feliz ano novo 2014 para todos. Obrigado.”

Presidente da Câmara, que usou da palavra para responder, da seguinte forma, às interpelações que lhe foram dirigidas:

“Antes de responder às questões que o deputado Jorge Neves apresentou, para os Senhores Deputados que não identificaram o autor citado pelo José Neves, não se trata do Sócrates, mestre da tortura, trata-se do outro.

Senhor deputado Jorge Neves, sobre a pergunta que apresentou relativamente aos acontecimentos na ETAP, que precipitaram, na sua opinião, a demissão da Diretora Geral, eu não sei a que acontecimentos se refere. Eu já tive ocasião de ler, na Reunião de Câmara, a carta de demissão apresentada à gerência da PombalProf. Dando conta desse episódio, confesso-lhe que me preocupa bastante que comecemos um trabalho que retorne àquele estabelecimento de ensino o nível de credibilidade e qualidade que teve durante muitos anos e que, por um conjunto vários de factores, foi, ao longo dos últimos anos, menos bem sucedido. Admito que a maior parte desse menor sucesso resulte mais das condições exteriores à própria escola, do que propriamente da prestação dos seus profissionais.

De qualquer forma, eu respondendo à sua pergunta. A escola tem que operar numa alteração orgânica e funcional que a viabilize, sob o ponto de vista do futuro. Isto quer dizer que podemos estar perante um caso em que as reduções das participações dos fundos comunitários para o seu funcionamento podem levar a que exista, da parte da gerência, necessidade de reduzir as suas despesas correntes. Nós vamos ter que desenvolver uma estrutura que seja mais leve, mais ágil, mais magra, que abra um conjunto de parcerias, nomeadamente, com as empresas, para que, sob o ponto de vista do projecto educativo, haja uma melhor articulação com os outros estabelecimentos de ensino e que, em Pombal, não exista duplicação de oferta, considerando que cada vez temos menos alunos, por força da demografia que apresentamos. Retomarmos o funcionamento de um órgão estatutário previsto, que é o Conselho Geral, tem precisamente essa intenção de envolver outras pessoas na avaliação e no compromisso daquele estabelecimento de ensino. Estou certo que a decisão municipal de proceder a uma auditoria à escola, com o propósito de conhecer, quer sob o ponto de vista metodológico quer sob o ponto de vista funcional, as suas principais debilidades, de maneira a serem corrigidas, nos dará informação privilegiada para desenvolvermos um projeto com estas características.

Senhor Deputado Jorge Silva, relativamente às questões suscitadas sobre a feira semanal, esta é uma intenção que, como calcula, estava previamente avaliada junto dos principais beneficiários e interessados, sejam os feirantes, sejam os próprios comerciantes. Entendemos que esta transferência pode trazer à nossa cidade enormes vantagens, sob o ponto de vista da animação que, duas vezes por semana, pode ter, justificando-se a opção que foi tomada em tempos, em função também do crescimento que a feira tinha e da dificuldade de ser contida dentro do espaço do Arnado. Infelizmente, hoje, voltamos a uma situação em que, não só o número de feirantes é reduzido, mas, principalmente, a atividade económica que se conseguiu manter durante vários anos e que conseguia, equilibradamente, ser servida pelo comércio tradicional e pelo comércio da própria feira, já não é verdade. Portanto, parece-me adequado fazermos este reverso. Não quer com isto significar que eu entenda que a feira definha; é da vontade dos comerciantes e



MUNICÍPIO DE POMBAL

daqueles que o pretendam ser, que ela crescerá ou diminuirá. Mas estou certo que, nesta altura, a sua transferência para o centro da cidade trará uma animação desejável e, quando eu digo desejável, é porque também os próprios comerciantes - e já não são só os da zona do Bairro Agorreta, mas também aqueles ao longo da zona histórica - acabarão por beneficiar desta solução.

Como sabem, quando se fez a requalificação de todo o Arnado, as instalações sanitárias que serviam a zona da feira foram demolidas e, portanto, terá que ser resolvido esse pormenor. O próprio controlo de acesso à zona da feira continuará a ser feito nos mesmos termos da Zona Industrial da Formiga, com algumas adaptações, para que haja um conceito de portaria que regule a entrada e saída da mesma. Estamos a trabalhar para que, durante o mês de janeiro, tenhamos condições para operar esta transferência. Já foram feitas avaliações das áreas dos terrenos, das próprias ocupações que cada feirante utilizava e, portanto, vamos fazer votos para que rapidamente se processe esta alteração.

Posso adiantar-lhe também, na matéria que suscitou relativamente à APEPI, era de facto um constrangimento e poderá sê-lo no futuro, o que nos levou a conceber - pese embora ainda não tenha tido oportunidade de falar oficialmente com a APEPI sobre este assunto - que, na nossa proposta de implantação, não haja tendas à frente da entrada principal daquela instituição. De todo o modo, admito que as dificuldades inerentes a uma feira dificultem a entrada e saída, nomeadamente, de crianças mais pequenas e que tenhamos de arranjar uma solução alternativa, que poderá passar, nos dias de feira, pela abertura de uma entrada do lado norte, de forma a que haja um acesso mais facilitado para os pais. Mas, como lhe digo, é apenas uma proposta para que se facilite este constrangimento das entradas, das saídas e também da inversão de marcha que tenha que ser feita pelos respetivos pais e encarregados de educação.

Sobre a preocupação que apresentou quanto ao desemprego, eu fico muito satisfeito com a sua expectativa na minha capacidade de, em sessenta dias, trazer resultados, mas ainda tenho mais satisfação em dar-lhos já; portanto, aprecio a sua confiança e vou devolver-lha com matérias concretas. De facto, nós temos um contacto já estabelecido com a Genexus, uma empresa que leva 25 anos de produção de software no Uruguai - pode aceder ao site -, e que pretende, ao fixar-se em Portugal e em concreto em Pombal, ter uma porta aberta para o desenvolvimento de tecnologia para todo o espaço europeu. Estamos a acompanhar estas negociações de forma a que possamos encontrar aqui um ponto que seja útil para os dois - e aqui estamos a falar já de um investimento que envolve profissionais com uma graduação académica, portanto, com um nível diferente do de uma indústria em que possa eventualmente haver trabalhadores menos qualificados. De todo o modo, estamos também em conversações com uma das principais empresas portuguesas que, no sector agro-alimentar, se dedica à transformação de cogumelos e o mesmo acontece com a ampliação da produção da Lusiaves, no Concelho de Pombal. Temos também em boa fase de adiantamento as negociações com a Palser - que, como sabem, é o principal operador português na construção de paletes, com sede na Sertã - para a venda de terrenos no Parque Industrial Manuel da Mota. Para além disso, estamos também em negociação com uma empresa de Leiria para a instalação de uma unidade ligada à agro-alimentar e às rações animais, no Parque Industrial da Guia.

A acrescentar a este esforço, o Município tem procurado aproveitar os meios que, através do Instituto de Emprego e Formação Profissional, são potenciados, quer seja através dos estágios curriculares, dos contratos emprego-inserção, emprego-inserção+ e do trabalho social pelas florestas e posso dizer-lhe que, na semana passada, apresentámos 19 candidaturas ao Instituto de Emprego. Já tínhamos feito, nas duas semanas anteriores, o reforço de mais 5 membros para as



MUNICÍPIO DE POMBAL

equipas de trabalho social pelas florestas, para reforçarem os 10 que nós temos, a que se juntam os 28 que atualmente já desenvolvem atividades, nomeadamente jovens estagiários. Estou convicto que nós, com a aprovação de todos estes pedidos, muito perto estaremos dos 50 profissionais com ligações ao Instituto de Emprego e, aproveitando as mais diversas candidaturas, estejamos em condições de os acolher no nosso Município, suprimindo também muitas das dificuldades que muitas vezes temos.

Na sequência do pedido de esclarecimentos do Senhor Deputado Michäel António, informo que nos 10 dias úteis que levamos de discussão do PDM tivemos já a ocasião de atender 127 pessoas e recebemos já 37 participações no âmbito da revisão do plano (11 através da Internet e 26 através de atendimento pessoal nos Serviços Técnicos), o que significa que estão a funcionar os canais que foram criados e que estão a ser bem utilizados pelos cidadãos, portanto assim seja até ao final do período de discussão pública.

Relativamente ao POOC Ovar–Marinha Grande, está agendada uma reunião para apresentação da primeira proposta, julgo que no próximo dia 6, em que estaremos representados, manifestando aquilo que não são só os termos em que o Município apresentou a sua abertura num ofício que subscreveu integralmente, na altura pelo Senhor Presidente Narciso Mota, em que se defende o apoio de praia completo, a conclusão do parque de estacionamento e a alteração da classificação daquela praia em função do nível que atualmente tem e que apenas no POOC podemos modificar.

Ao Senhor Presidente Avelino António, queria agradecer-lhe as suas palavras, também a confiança de que consigamos rapidamente executar o que desde 18 de março de 2010 ainda não foi feito.

Faço votos para que essa boa notícia que nos trouxe, relativamente à questão do terreno do Centro Escolar, de facto se efetive rapidamente, mas, deixe-me dizer-lhe - espero que não fique ofendido - que o preço acessível não seja um preço à Meirinhas, seja verdadeiramente acessível.”

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que apresentou o documento colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Colocada a informação do Presidente da Câmara a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

Jorge Cordeiro, cuja fez a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente da Câmara, é recorrente dizer-se aqui da extrema eficácia e cuidado com que esta informação toda nos chega e, portanto, parabéns aos serviços que nos fazem chegar esta informação. Vou-me aqui reter no item número oito, das obras municipais, que é um assunto que enfim, me alegra particularmente, relativamente à questão da educação e, à questão do cuidado, quer na recuperação de escolas, ainda, em funcionamento, mas também na recuperação de edifícios entretanto desativados.

Trago aqui um assunto que abordei numa das últimas Assembleia, que é de facto a satisfação imensa de ver que este Município, esta Câmara Municipal, não vende esses edifícios, antes faz todo o esforço para os entregar a diversas associações que os possam rentabilizar e fazer com



MUNICÍPIO DE POMBAL

que eles sejam um pólo dinamizador de pequenas aldeias, como será o caso da Escola da Cavadinha, como será do caso da remodelação da Escola da Feteira, e como é, certamente, o caso, e este eu não sou deputado pela Aldeia dos Redondos, eu sou Deputado Municipal de Pombal, mas é com particular destaque que eu vejo aqui, em análise de propostas, a recuperação da Escola Primária da Aldeia dos Redondos.

Perguntaria ao Senhor Presidente se se há um timing mais ou menos definido para o início das obras, salvaguardando obviamente as questões legais e os prazos que estas matérias encerram, uma vez que o edifício é muito bonito, tem um excelente largo, está entregue a uma associação que tem um projeto também muito interessante, e não é só projeto, tem já coisas feitas e cuida da escola como se fosse dela, cuida das memórias que todos temos dessa escola. Portanto, recomendar, se me permite, que o processo seja relativamente acelerado, porque o edifício começa a estar muito degradado.”

Manuel Serra, cuja fez a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente, uma importante situação que se passa na Zona da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca e também do Carriço leva-me, enfim, a tentar dar alguma informação sobre o ponto 7.6.2 das concessões mineiras.

Sobre o procedimento e emissão de parecer referente ao pedido de atribuição de direitos de concessão mineira em Fonte Cova Oeste, Freguesia de Monte Redondo, Concelho de Leiria, denominada Fonte Cova Oeste, Aviso 13023/2013 da Direção Geral de Energia, com uma área de 48 hectares, em nome de Sorgila, S.A. e sobre o mesmo assunto, mas agora relativo ao aviso 14757/2103, Guia 2, sito maioritariamente na Freguesia de Carriço e apenas um vértice do polígono pentagonal no limite da União de Freguesias, requerido por Argilis, S.A., com a descomunal área de 213 hectares, que é como quem diz, de 2.130.000m², gostaria de agradecer as iniciativas tomadas esperando que surtam os efeitos desejados.

Aproveito aliás, para reiterar a preocupação da Freguesia da Guia e agora da União de Freguesias, de há muito, sobre a voracidade mineira que se tem verificado no espaço florestal privado entre Monte Redondo e Leirosa, com especial incidência na Zona da Guia e Carriço, que se encontra quase totalmente requerido por sucessivos pedidos de concessão mineira que, a serem todos concedidos, transformariam este espaço florestal num caso de depredação ambiental sem precedentes e transformariam o nosso atual espaço de menor intervenção humana numa paisagem Lunar de crateras e lagos, cujo início real já se consegue ver nas fotos aéreas dos mapas da Google e da Sapo.

O nosso desconhecimento técnico sobre este assunto não diminui a nossa preocupação e, a crescer a ela, a incerteza sobre que potenciais efeitos nocivos estas explorações mineiras podem ter sobre o aquífero da Mata do Urso, em que assenta atualmente a estratégia de abastecimento de água, de altíssima qualidade, a todo o Concelho de Pombal.

Não somos obviamente defensores de inexistência de explorações mineiras, tanto mais que elas são necessárias à economia e ao bem-estar da sociedade. Porém, julgamos ser preferível tentar-se definir uma área a explorar onde se impacte aí todo o mal necessário e futuramente se tente recuperar, se entretanto as empresas responsáveis não entrarem em falência, ou então, permitirem-se concessões com limites de exploração suficientes para não inviabilizarem economicamente as mesmas, mas também, e principalmente, que salvaguardem a maior parte do território e os outros recursos de que pode depender a maior parte da população.

Sei bem que a Lei atribui competências quase exclusivas sobre estas matérias à Direção Geral de Energia e Geologia, porém, os que cá vivem e as suas instituições representativas, como a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesias, podem e devem fazer-se ouvir o mais alto possível,



MUNICÍPIO DE POMBAL

nomeadamente, não deixando nunca sem parecer, no prazo devido, estes pedidos de concessão, e fazendo toda a pressão política junto do Poder Central, no sentido de, cada vez menos, esta competência pertencer exclusivamente a uma Direção Geral do Governo.

A Junta de Freguesia da Guia, Ilha e Mata Mourisca e a sua Assembleia continuarão a pronunciar-se sobre todos os pedidos de concessão e a dar tempestivo conhecimento à Câmara solicitando também a sua intervenção, pois é a forma que julgamos capaz de maior eficácia na defesa ecológica do nosso território.

Recomendamos também às freguesias afetadas por estas explorações, Carriço principalmente, que tomem idênticas iniciativas preventivas pois com a nossa união a probabilidade de sucesso das nossas pretensões é certamente maior.

Ainda sobre a sua comunicação 7.6.4 - impacto ambiental, pela consulta pública da CCDD Centro para ampliação da quinta de S. Francisco, da empresa Lusiaves, informo que a Junta deu parecer positivo em consonância com o anterior parecer conjunto da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia, dado que não há aumento de perímetro de ocupação, antes sim, uma densificação da mesma, no espaço já ocupado. Contudo, referimos no mesmo, que esta é a última vez que damos este tipo de parecer positivo pois mais densificação no mesmo espaço equivalerá, em termos ambientais, ao acréscimo de impacto que tentamos controlar.

Já na atual revisão do PDM e sobre o mesmo tipo de impacto ambiental vai a Junta propor a desclassificação de uma parcela de terreno, na área da União de Freguesias, classificada para instalação de exploração avícola, junto ao hotel Lagoa do Linho, na EN 109, pois a mesma colide decididamente, pelo menos, com a qualidade do ar e conseqüentemente com o bem estar da única unidade hoteleira da Freguesia, impactando diretamente nos interesses já instalados e na nossa oferta turística, que, de forma nenhuma, gostaríamos de ver prejudicada.

Solicitamos então, Senhor Presidente, uma especial atenção a todas estas colisões de interesses que devem ser muito equilibradamente avaliadas e diligentemente decididas.

São estas as nossas preocupações e recomendações que gostaríamos de ver percebidas e acolhidas pela Câmara Municipal.

Henrique Falcão, cuja fez a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente da Câmara, eu quero aqui cumprir a minha obrigação de contribuir com a minha opinião e a transmissão de outras opiniões que vão chegando, apenas com o objetivo de contribuir com o Executivo para o êxito comum do Concelho de Pombal.

Vou voltar a um tema de que se falou há pouco, que é a transferência do mercado para o centro da cidade. Eu compreendo as intenções, vejo as vantagens, mas não posso deixar de ver também as desvantagens, infelizmente, há uma situação que queria alertar, que é a seguinte:

O mercado municipal parece-me que por vezes é confundido com o sistema de escoamento de produtos contrafeitos. Queria alertar para o risco que corremos de estar a criar condições para que, mais dificilmente, se possa fazer esse controle pelas autoridades, lamento que aquilo que já foi em tempos uma feira, como ainda funciona noutras lugares, do nosso Concelho e noutras cidades, aqui em Pombal, neste momento, já não seja bem assim, pelo menos essa é a opinião que eu tenho daquilo que pude observar, mas admito até estar errado, espero bem que sim.

Portanto, acho que está no bom caminho equacionar, pensar muito bem, mas analisar essa situação que, infelizmente, é um perigo que nos está a bater a porta.

Presidente da Câmara, que usou da palavra para responder, da seguinte forma, às interpelações que lhe foram dirigidas:

“Relativamente ao Senhor Deputado Jorge Cordeiro, quero dizer-lhe que por norma a apreciação de processos de adjudicação são relativamente rápidos, até considerando que esta



MUNICÍPIO DE POMBAL

intervenção é uma intervenção que ronda os vinte cinco, trinta mil euros, portanto será um processo que eu estou convicto, em janeiro ou eventualmente na primeira quinzena de fevereiro, terá condições de começar a ser executado, no local, de maneira a proceder às correções que estão identificadas.

Sobre as legitimíssimas intervenções do Senhor Presidente Manuel Serra sobre as questões das concessões mineiras, eu quero acrescentar que subscrevo integralmente as preocupações que aqui apresentou. A minha intenção é mais do que simplesmente emitir ofícios pressionando, ou continuar a fazer aquilo que sempre fizemos, que foi a emissão de pareceres sempre que estas matérias estão em discussão, que, como disse e muito bem, têm aqui uma discricionariedade absoluta por parte da Direcção Geral da Energia e Geologia. É meu propósito pedir uma audiência à Direcção Geral da Energia e Geologia para apreciarmos um conjunto de intervenções que têm sido realizadas no Concelho de Pombal e que têm, de facto, introduzido alterações preocupantes sob o ponto de vista paisagístico e da preservação dos nossos recursos. Aliás foi com essa preocupação que, há três anos, dotámos organicamente a nossa Câmara com uma Unidade de Recursos Naturais, precisamente para, na sequência do trabalho que já era desenvolvido, estarmos mais apetrechados com estas informações e com este acompanhamento detalhado a estas intervenções.

Pedia também aqui o envolvimento do Senhor Deputado Pedro Pimpão, que não está cá nessa qualidade, para que, em conjunto, solicitemos esta audiência à Direcção Geral de Energia e Geologia, apresentemos estas justas preocupações de forma a que não só conheçam a nossa posição, nomeadamente os pontos discordantes que pontualmente temos, mas também que conheçamos as regras que são utilizadas para proceder a estes licenciamentos, pese embora, reconheça a legitimidade dos órgãos administrativos Portugueses para procederem aos licenciamentos, em função do estado de direito em que vivemos.

Se tivermos situações onde a tranquilidade populacional, a segurança dos cidadãos, a preservação dos nossos aquíferos, seja questionada, e nos deparemos com posições irredutíveis, por parte da administração central, serei eu que trarei à Assembleia Municipal propostas no sentido de condicionarmos o trânsito rodoviário de acesso a estas zonas, limitando fortemente as toneladas que podem ser transportadas através das vias municipais e, com isto, limitando o nível de nocividade e rapidez com que as intervenções sejam realizadas.

Portanto, nós queremos fixar investimento, queremos um investimento equilibrado e sustentável, mas temos esta dificuldade que é, entre as justas preocupações do emprego e do investimento que já aqui falamos hoje, e o equilíbrio que temos que encontrar, com aquilo que é também uma exploração ambiental equilibrada, sustentável e racional.

Sobre a questão da feira semanal apresentada pelo Deputado Henrique Falcão, eu tenho alguma dificuldade em perceber o argumento que apresentou sobre a dificuldade de controlo das entidades policiais relativamente à contrafação. Não me parece que seja um problema do local onde a feira se realiza, isso é um problema da fiscalização da atividade e o Município, o que tem procurado fazer, é ser rigoroso na atribuição dos direitos de venda, obrigando a que haja uma apresentação do cartão de vendedor ambulante, de maneira a que apenas aqueles cidadãos que são acompanhados pelas entidades competentes e estão habilitados para o exercício profissional, possam, de facto, corresponder à atividade que é distribuída.

É certo que me parece que, quanto mais próximo a atividade comercial tradicional está do comércio que tem a porta aberta todos os dias, se tivermos ocasiões em que exista material que diretamente conflua com aquele que é vendido nas lojas, mais fácil e rapidamente se identifica e comunica.



MUNICÍPIO DE POMBAL

De todo o modo, deixe-me dizer-lhe que nem sequer a Fiscalização Municipal tem poderes para fazer esse tipo de controlo, trata-se de matéria da exclusiva responsabilidade da Autoridade da Segurança Alimentar Económica. ”

Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Orçamento para o ano económico de 2014

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu, sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

“Ponto 7.1. Orçamento para o ano económico de 2014

“Foi presente à reunião a proposta de Orçamento para o ano económico de 2014, elaborada pela Divisão de Finanças Municipais, que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado nos respetivos serviços, no entanto e relativamente ao referido documento, foi feita previamente pelo Senhor Presidente, a seguinte intervenção:

“Senhores Vereadores, foi apresentada uma proposta de Orçamento para o ano 2014, com o valor global de quarenta e nove milhões e duzentos mil euros, à volta disso, sendo que, e é importante sublinhar esta circunstância, que este orçamento, não tem ainda, porque não pode ter, um conjunto de receitas que o Município espera, por uma fundamentação absolutamente legítima, contar durante o mês de Janeiro, eventualmente inícios de Fevereiro e que farão uma modificação substancial aos termos do nosso orçamento. O que faz com que, não digo algumas rubricas aqui não estejam, mas o que faz é que não tenham e não apresentem a dotação orçamental que podiam apresentar caso essas disponibilidades, já fizessem parte do nosso orçamento. Portanto, as grandes fontes, digamos assim, que irão reforçar o nosso orçamento, à semelhança do que já aconteceu no ano anterior, onde usámos exatamente o mesmo procedimento, serão os saldos que transitam de 2013 para 2014, que nós estimamos à volta dos cinco milhões de euros, aquilo que corresponde também às candidaturas que estão submetidas e que ainda não estão todas aprovadas (sendo que ontem já chegou a aprovação da candidatura do Centro Escolar da Mata Mourisca e portanto é previsível que hoje e para a semana cheguem as aprovações de Almagreira, do Centro de Saúde de Pombal, do Centro de Saúde da Guia, do Parque Industrial do Louriçal, do Parque Industrial Manuel da Mota e da Zona Industrial da Formiga), o que poderá representar também, um acréscimo em termos orçamentais de quatro milhões de euros. Para além disso, temos ainda vários montantes que estando aprovados não foram ainda recebidos, porque estão submetidos em pedidos de pagamento relativamente a um conjunto de obras que estão a ser executadas e que ainda não contam com essas verbas, pese embora elas terem sido já pagas, portanto já oneraram o nosso orçamento estão aprovadas as operações, mas por dificuldades de alguma entrega, de alguma creditação ainda não se realizaram, nomeadamente o reconhecimento do interesse público da estação de tratamento de água do Carriço, onde já foram feitos pagamentos superiores a três milhões de euros, através do erário Municipal e que reforçará também essa disponibilidade. Reparem, pese embora termos feito uma integração orçamental, quando a operação foi aprovada, na prática não temos essa disponibilidade financeira, digamos assim. O que para efeitos previsionais tem relevância. Portanto em números redondos nós podemos estar aqui assim a falar de um acréscimo que



MUNICÍPIO DE POMBAL

poderá andar muito perto dos dez milhões de euros, o que tornaria o nosso orçamento com um estrutura diferente daquela de hoje em que apresentamos cerca de trinta milhões de euros de previsões de despesas de capital para o ano de 2014 e dezoito milhões e oitocentos mil euros de despesas correntes, o que com este reforço absolutamente legítimo passaremos a ter uma estrutura muito mais equilibrada; digamos assim, que apenas um terço do nosso orçamento seria utilizado para despesa corrente e dois terços seria utilizado para despesas de investimento, ficando o nosso orçamento à volta dos sessenta milhões de euros.

Eu quero identificar como grandes investimentos para o ano de 2014, algumas obras que a nossa cidade e o nosso Concelho há muito anos aspiram e que gradualmente vão sendo reunidas condições para que possam vir a ser executadas. Refiro-me às matérias da saúde, onde já percebemos que as condições estão francamente adiantadas, refiro-me ao Centro de Saúde de Pombal e ao Centro de Saúde da Guia, às matérias de investimento no campo da educação, onde também encontram nas previsões para 2014, o lançamento de dois importantíssimos projetos, quer sobre o ponto de vista do território, quer sobre o ponto de vista da população que servem, estou a falar do Centro Escolar de Pombal e do Centro Escolar de Vermoil, a que necessariamente continuarão a ser associados os outros investimentos nas outras freguesias, onde ainda não existem as opções e as condições para os projetos serem desenvolvidos e que ao longo deste mandato, pretendemos desenvolver.

Para além disto, também investimentos no campo rodoviário serão lançados no ano de 2014, destacando três obras da enorme importância porque são obras que interferem com vias nacionais, mas que assumidamente, são hoje pontos de enorme preocupação para a segurança dos cidadãos, para a fluidez de tráfego, para a capacidade de mobilidade, mas também de qualificação urbana, porque algumas delas se fazem em zonas urbanas absolutamente consolidadas e com uma enorme concorrência de pessoas, de máquinas, de empresas e de famílias. O primeiro diz respeito à rotunda na Estrada Nacional N.º 1, rotunda norte da cidade de Pombal no Alto do Cabaço, a entrada da Shell como é conhecida, onde procuraremos lançar durante o ano de 2014, esta intervenção importantíssima e que como sabem, não sendo competência Municipal teve no Município quer o lançamento do projeto, quer também a obtenção dos meios financeiros para poder ser desenvolvida. As previsões financeiras que estão previstas vão no sentido de esta obra poder contar, também, com o financiamento comunitário, uma vez que é esperado no primeiro trimestre de 2014, a abertura de novos avisos relativamente às matérias de mobilidade, por parte de Mais Centro, precisamente para corresponder a investimentos que digam respeito a intervenções com estas características: vias com muita densidade de tráfego, vias com problemas de segurança, vias onde a articulação pedonal e rodoviária deve ser melhorada, vias onde devem ser instituídas medidas de acalmia de tráfego e onde acima de tudo, exista uma mais-valia sob o ponto de vista da importância destas mesmas vias. Portanto, haverá três investimentos importantes nas vias Municipais: este do Alto do Cabaço, outro que diz respeito à qualificação da estrada 109 em todo o troço compreendido entre a rotunda sul que foi construída para fazer o acesso à Zona Industrial da Guia e que fará depois também o acesso, enquanto variante Sul à Vila da Guia, à rotunda da A17, da Estrada Nacional 237 -1, no lugar da Pedrogueira, portanto antes de chegarmos à Mata Mourisca, ao limite de freguesia, portanto junto ao quartel dos bombeiros, desde essa rotunda até à Escola Secundária da Guia, numa intervenção que está no nível de desenvolvimento sob o ponto de vista projecto muito acelerado, numa articulação boa entre as Estradas de Portugal e o projetista, entidades com quem já reuni pessoalmente e apresentei de facto esta disposição, sendo que aqui também, a opção Municipal será, uma vez que se trata de um investimento que ultrapassa largamente as



MUNICÍPIO DE POMBAL

competências Municipais, pese embora a enorme importância que tem para a segurança não só na via mas principalmente para todos os habitantes e empresas que naquele local têm estabelecimentos e habitações, de forma a existir uma requalificação que vá ao encontro daquilo que é precisamente, a maior valorização desta candidatura, no âmbito do Mais Centro. Isto é, temos oportunidade de melhorarmos os passeios, regularmos as condições de drenagem fluvial, as questões das águas domésticas estão resolvidas, porque desde que foi refeita toda a rede de saneamento na Vila da Guia, mas também medidas de acalmia de tráfego, de sinalização horizontal e vertical e melhoramento de várias inserções dentro do tecido urbano da Guia, nomeadamente na construção de mais duas rotundas, se a memória não me falha, a norte da Vila da Guia, precisamente para regular as principais artérias, o corte para o Outeiro Martinho e mais à frente a própria regulação de trânsito à entrada da escola secundária e do acesso da recentemente inaugurada instalações da Cercipom. Aqui também, como eu disse, vamos formular uma candidatura para ultrapassar este problema. Estima-se, se a memória não me falha, em um milhão e oitocentos mil euros o valor global do investimento.

Para além desta intervenção, está também em estado adiantado a possibilidade de avançar com a construção do acesso à Zona Industrial das Meirinhas na sequência de várias deliberações que a Câmara tomou que se prendem, precisamente com cedência de uma parte de um troço de caminho que tem sido utilizado e até sob ponto de vista da segurança muito problemático. Foram encontradas soluções, já foram discutidas com a Junta de Freguesia, com os empresários e portanto sentimos que, com os mesmos instrumentos financeiros teremos condições para também aqui na Estrada Nacional n.º 1 requalificar substancialmente esta via. Esta solução sob o ponto de vista rodoviário passará por termos dois pontos para fazermos inversão do sentido de marcha, seja um no sentido Norte-Sul, portanto para Leiria do lado direito no entroncamento para a Zona Industrial das Meirinhas e trezentos metros à frente, no corte para a rua da Igreja à esquerda antes do estabelecimento do Sonho do Meu Lar, termos ali também um ponto de inversão de sentido de marcha, precisamente para ali podermos melhorar a circulação Norte-Sul, nomeadamente o trânsito pesado.

Para além disto e porque também é expeável que seja aberto concurso no eixo 4 do Mais Centro, destinado aos investimentos de valorização ambiental, retomarmos o projecto do CimuSicó, precisamente para o aqui podermos financiar. De todo o modo, quero adiantar-vos que, havendo e tendo sido já anunciado e discutido com os Municípios a possibilidade de Overbooking relativamente ao PO Regional do Centro, que esta será uma intervenção, que será lançada e que terá maturidade precisamente, seja porque contamos com este aviso do eixo 4, seja porque o submeteremos sempre ao Overbooking assumindo esta obra, como uma obra que tem condições para o podermos fazer.

Quero acrescentar também que não haverá possibilidade sobre o ponto de vista da estratégia dos fundos comunitários, de incluirmos neste ano de 2014, mesmo em Overbooking investimentos que tendo sido sujeitos a avisos de financiamento recentes e recorde os últimos três, saúde, educação e área empresarial, que não poderão entrar no Overbooking precisamente porque foram intervenções que foram salvaguardadas em avisos que acabaram no mês de Setembro. Todas as outras áreas estarão abrangidas por esta possibilidade. Entendeu-se também que no saneamento há uma intervenção importantíssima, acabámos de receber o projeto do emissário de Carnide para o Lourçal, investimento que ronda à volta dos cinco milhões de euros, uma obra demorada, uma obra com alguma complexidade técnica sobre o ponto de vista dos terrenos que vamos encontrar e que será a nossa coluna vertebral de todo o saneamento na bacia do rio Pranto, da ribeira de Carnide, portanto que está a montante e garantindo o escoamento de uma das nossas



MUNICÍPIO DE POMBAL

principais bacias hidrográficas, o que significa que todas as populações, parte da Ilha, parte da Mata Mourisca, Carnide, zona poente da freguesia de Pombal, Afonsos, Malhos, Mendes, Espinheiras, Crespos, Maranhão, tudo isso drenará para esta bacia, além dos Mendes, Alto dos Mendes, e a zona baixa toda da Freguesia de Almagreira, São João, Barbas Novas, Bonitos e parte norte da freguesia do Louriçal, nomeadamente a zona dos Casais do Porto, está servido mas o Casal da Rola como sendo um dos principais locais mais populosos da freguesia do Louriçal. E portanto é uma obra que tem de ser lançada e que vai representar um enorme investimento Municipal.

Para além disso, teremos também o lançamento de projetos em localidades que ainda não são servidas pela rede de saneamento e que precisam de encontrar essa solução rapidamente. Estamos a falar de núcleos populacionais muito grandes e que temos que lançar já as bases destes investimentos que no futuro terão que ser desenvolvidos e refiro-me concretamente aos Ramalhais, à Assanha da Paz, aos Barros da Paz, toda a zona sudeste da Freguesia de Pombal, Casal Velho, Roussa, Pinheirinho, Cavadinha, Vale da Cavadinha e esta zona que disse Mendes, Sazes, Motes, parte das Espinheiras, da Freguesia de Almagreira e para além disso teremos ainda a drenagem de bacias importantes, como em Santiago de Litém, a conclusão da zona da Barrigueira, Catelaria, Remessa, Junqueira. Teremos ainda as intervenções na zona do Fétil, Bidoeira e portanto toda a bacia Norte-Poente de Albergaria da Doze que drena para a Zona do Arnal e teremos ainda a execução dos trabalhos no Outeiro do Louriçal, Este plano de obra pública significa que esperamos que 2014 seja um bom ano não só da entrada em funcionamento mas também de lançamento de muitos investimentos feitos no campo do abastecimento público. Recordo que ainda não está operacional estimando que esteja no primeiro trimestre de 2014, toda a rede de abastecimento de água através da Mata do Urso e para além disso, um aumento significativo do número de cidadãos com ligação à rede de saneamento.

Portanto, quer sob o ponto de vista dos grandes objetivos que os Senhores Vereadores terão oportunidade nas suas áreas específicas de poder dizer algumas palavras, quer sob o ponto de vista orçamental, são claras as opções que o Município assumiu: a primeira, é que o Município não recorrerá ao crédito no ano de 2014, a segunda é vai empenhar-se para continuar a ser um dos melhores Municípios da Região Centro com um bom aproveitamento dos fundos comunitários e eu estimo que o Município de Pombal a trinta e um de Dezembro de 2013 se situe no primeiro ou segundo lugar dos cem Municípios de Região Centro, no aproveitamento de fundos comunitários, nomeadamente deste quadro comunitário de apoio 2007-2014, com um resultado evidente, sob o ponto de vista do esforço que os nossos serviços assumiram ao longo de todos estes anos, para poderem corresponder a este grande desafio, o que também nos torna bastante mais aptos para pudermos, nos próximos anos, continuar a corresponder da melhor forma aos fundos que esperamos que estejam também ao nosso alcance.

Portanto Senhores Vereadores, concluindo quer sob o ponto de vista financeiro, quer sob o ponto de vista dos investimentos, vamos procurar em 2014 assegurar a prioridade dos investimentos que identificámos no nosso programa eleitoral que foi sufragado pelos pombalenses, que queremos agora passar para o programa do nosso executivo, é evidente que neste mandato, temos ainda muitas obras que estão a decorrer que são importantes e que vão continuar a consumir partes importantes do nosso orçamento, o parque de máquinas da Câmara, é um bom exemplo, a ETAR de Pombal é outro bom exemplo, a ETA – Estação de Tratamento de Águas, será recebida muito em breve, também é um bom exemplo, os vários reservatórios de água a mesma coisa, a conclusão dos quarenta e dois quilómetros de reformulação das redes de abastecimento de água feitas em todo o Concelho de Pombal, para ligar este projecto da Mata do



MUNICÍPIO DE POMBAL

Urso, a mesma coisa. Intervenções de qualificação urbana como as do centro da cidade onde ainda teremos trabalhos a decorrer até Abril de 2014, na Rua João de Barros, na Rua de Albergaria dos Doze e a conclusão da Rua Almirante Reis e portanto, a conclusão das obras do Castelo, esperemos que muito brevemente, com a conseqüente abertura. No fundo, continuarmos os trabalhos que têm sido desenvolvidos e lançarem-se estas bases importantes sob o ponto de vista das infra estruturas, do abastecimento, da drenagem e tratamento da qualificação ambiental, mas também das matérias educativas e ligadas à saúde.

E creio que com isto, correspondemos bem àquilo que são as principais prioridades, uma solução equilibrada sob o ponto de vista da prioridade política, mas simultaneamente da capacidade financeira para executar não comprometendo o orçamento do ano e simultaneamente não comprometendo orçamentos em anos seguintes."

Seguidamente, o Senhor Presidente apresentou a nota introdutória, cujo teor se transcreve:

"O Orçamento para 2014 e as GOPs 2014/2017, pautou-se, como os anteriores, pelo cumprimento das regras previsionais definidas no POCAL, que estabelece os critérios que orientam a elaboração dos Orçamentos Municipais.

1.Orçamento Municipal

Eis o quadro resumo do Orçamento para 2014:

(Em Euros)

<i>RECEITAS</i>	<i>VALOR</i>	<i>DESPESAS</i>	<i>VALOR</i>
<i>- Correntes</i>	<i>31.170.096</i>	<i>- Correntes</i>	<i>18.828.163</i>
<i>- De capital</i>	<i>18.059.067</i>	<i>- De capital</i>	<i>30.401.000</i>
<i>TOTAL</i>	<i>49.229.163</i>	<i>TOTAL</i>	<i>49.229.163</i>

1.1. Orçamento da Receita

Orçamento da Receita discriminado da seguinte forma, por capítulos:

RECEITA CORRENTE

<i>01</i>	<i>IMPOSTOS DIRECTOS</i>	<i>9.047.370,00</i>
<i>02</i>	<i>IMPOSTOS INDIRECTOS</i>	<i>178.960,00</i>
<i>04</i>	<i>TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</i>	<i>503.519,00</i>
<i>05</i>	<i>RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE</i>	<i>2.142.022,00</i>
<i>06</i>	<i>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</i>	<i>13.173.223,00</i>
<i>07</i>	<i>VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES</i>	<i>5.759.783,00</i>
<i>08</i>	<i>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</i>	<i>365.219,00</i>

RECEITA DE CAPITAL

<i>09</i>	<i>VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO</i>	<i>663.715,00</i>
<i>10</i>	<i>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</i>	<i>17.395.352,00</i>
	<i>TOTAL</i>	<i>49.229.163,00</i>

Notas ao Orçamento da Receita:

- O capítulo 01 reporta aos impostos municipais que, se prevê, o Estado venha a cobrar e transferir para o Município (IMI, IMTI, IUC e Derrama).*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Os capítulos 06 e 10 incluem a participação do Município nos impostos do Estado (FEF, FSM e IRS) que, de acordo com a proposta da LOE para 2014, é de 12.355.007,00 que, em relação a 2013, teve uma redução de 2,75%.
- Também o Capítulo 10 contempla a comparticipação comunitária aprovada para os projectos co-financiados e que, para 2014, se prevêem ser de 16.299.605,00.

Evolução do Orçamento da Receita 2012/2013/2014

ORÇAMENTO DA RECEITA	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	(2012-2013) %	(2013-2014) %
01 IMPOSTOS DIRECTOS	8.221.188,00	8.949.789,00	9.047.370,00	8,86%	1,09%
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	197.261,00	155.161,00	178.960,00	-21,34%	15,34%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	632.935,00	510.950,00	503.519,00	-19,27%	-1,45%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.063.526,00	2.066.578,00	2.142.022,00	0,15%	3,65%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.167.686,00	12.610.604,00	13.173.223,00	24,03%	4,46%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5.763.213,00	5.465.487,00	5.759.783,00	-5,17%	5,38%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	111.272,00	259.020,00	365.219,00	132,78%	41,00%
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	564.410,00	1.003.000,00	663.715,00	77,71%	-33,83%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	39.562.296,00	34.860.379,00	17.395.352,00	-11,88%	-50,10%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	4.661.032,00			-100,00%	-100,00%
TOTAL	71.944.819,00	65.880.968,00	49.229.163,00	-8,43%	-25,28%

1.2. - Orçamento da Despesa

Orçamento da Despesa discriminado da seguinte forma, por capítulos:

DESPESA CORRENTE

01	DESPESAS COM PESSOAL	7.302.443,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8.323.520,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	77.000,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.674.700,00
05	SUBSIDIOS	180.000,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	270.500,00

DESPESAS DE CAPITAL

07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	29.145.500,00
08	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	259.600,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS	900,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	995.000,00
	TOTAL	49.229.163,00

Notas ao Orçamento da Despesa:



MUNICÍPIO DE POMBAL

- *O capítulo 01 contempla todas as despesas com pessoal, incluindo custos com os encargos sociais e os contratos de avença.*
- *As dotações inscritas no capítulo 07 reportam ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) no valor total de 29.145.500,00.*
- *As dotações inscritas nos capítulos 03 a 05 e 08 a 10 reportam ao Plano de Actividades Municipais (PAM) que ainda incluem verbas inscritos no capítulo 02 que pela sua importância merecem estar inscritas no Plano (aquisição de bens e serviços para a promoção de toda a actividade cultural, desportiva, educacional e turística, recolha de RSU, análises de água, transportes escolares) totalizando 7.478.520,00.*
- *As Grandes Opções do Plano, no valor total de 36.624.020, agregam o PPI e o PAM que, pela sua importância e valor, serão descritas no ponto 2.*

Evolução do Orçamento da Despesa 2012/2013/2014

ORÇAMENTO DA DESPESA	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	(2012-2013) %	(2013-2014) %
01 DESPESAS COM O PESSOAL	7.324.950,00	7.186.529,00	7.302.443,00	-1,89%	0,02
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8.485.416,00	7.360.920,00	8.323.520,00	-13,25%	0,13
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	191.000,00	101.000,00	77.000,00	-47,12%	-0,24
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.908.546,00	2.771.512,00	2.674.700,00	-4,71%	-0,03
05 SUBSÍDIOS	596.000,00	195.000,00	180.000,00	-67,28%	-0,08
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	125.400,00	215.500,00	270.500,00	71,85%	0,26
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	50.312.500,00	46.630.900,00	29.145.500,00	-7,32%	-0,37
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000.707,00	409.107,00	259.600,00	-59,12%	-0,37
09 ACTIVOS FINANCEIROS	1.300,00	500	900	-61,54%	0,8
10 PASSIVOS FINANCEIROS	999.000,00	1.010.000,00	995.000,00	1,10%	-0,01
TOTAL	71.944.819,00	65.880.968,00	49.229.163,00	-8,43%	-25,28%

2.GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOPS)

As GOPs, que incluem o PPI – Plano Plurianual de Investimentos e o PAM – Plano de Actividades Municipais mais relevantes, prevêem nas suas rubricas, dotações para um horizonte de 4 anos (2014/2017), sendo que a definida para o ano de 2014 está, igualmente, inscrita em Orçamento Municipal.

Resumo por objectivos das GOPs

Objectivo	Descrição	Despesas de Investimento (PREVISÃO)		
		Ano de 2014 (Financiamento)		
		Total	Definido	Não Definido
1.	FUNÇÕES GERAIS	2.334.800,00	2.334.800,00	0,00
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.095.300,00	2.095.300,00	0,00
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	239.500,00	239.500,00	0,00



MUNICÍPIO DE POMBAL

2.	<i>FUNÇÕES SOCIAIS</i>	23.563.520,00	23.563.520,00	0,00
2.1.	<i>EDUCAÇÃO</i>	5.285.500,00	5.285.500,00	0,00
2.2.	<i>SAÚDE</i>	2.135.000,00	2.135.000,00	0,00
2.3.	<i>SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS</i>	640.820,00	640.820,00	0,00
2.4.	<i>HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS</i>	13.173.100,00	13.173.100,00	0,00
2.4.1.	<i>HABITAÇÃO</i>	35.000,00	35.000,00	0,00
2.4.2.	<i>ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</i>	2.725.000,00	2.725.000,00	0,00
2.4.3.	<i>SANEAMENTO</i>	6.841.500,00	6.841.500,00	0,00
2.4.4.	<i>ABASTECIMENTO DE AGUA</i>	1.840.500,00	1.840.500,00	0,00
2.4.5.	<i>RESÍDUOS SÓLIDOS</i>	424.000,00	424.000,00	0,00
2.4.6.	<i>PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERV. DA NATUREZA</i>	1.307.100,00	1.307.100,00	0,00
2.5.	<i>SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS</i>	2.329.100,00	2.329.100,00	0,00
2.5.1.	<i>CULTURA</i>	835.600,00	835.600,00	0,00
2.5.2.	<i>DESPORTO, RECREIO E LAZER</i>	1.381.500,00	1.381.500,00	0,00
2.5.3.	<i>OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS</i>	112.000,00	112.000,00	0,00
3.	<i>FUNÇÕES ECONÓMICAS</i>	8.810.500,00	8.810.500,00	0,00
3.1.	<i>AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA</i>	149.500,00	149.500,00	0,00
3.2.	<i>INDUSTRIA E ENERGIA</i>	1.807.500,00	1.807.500,00	0,00
3.3.	<i>TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES</i>	4.933.500,00	4.933.500,00	0,00
3.3.1.	<i>TRANSPORTES RODOVIÁRIOS</i>	4.933.500,00	4.933.500,00	0,00
3.3.1.1.	<i>REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO</i>	4.777.500,00	4.777.500,00	0,00
3.3.1.2.	<i>PARQUES DE ESTACIONAMENTO</i>	156.000,00	156.000,00	0,00
3.4.	<i>COMERCIO E TURISMO</i>	1.920.000,00	1.920.000,00	0,00
3.4.1.	<i>MERCADOS E FEIRAS</i>	217.000,00	217.000,00	0,00
3.4.2.	<i>TURISMO</i>	1.703.000,00	1.703.000,00	0,00
4.	<i>OUTRAS FUNÇÕES</i>	1.915.200,00	1.915.200,00	0,00
4.1.	<i>OPERAÇÕES DA DIVIDA AUTÁRQUICA</i>	1.072.000,00	1.072.000,00	0,00
4.2.	<i>TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES</i>	842.300,00	842.300,00	0,00
4.3.	<i>DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS</i>	900,00	900,00	0,00
<i>TOTAL GERAL . . .</i>		36.624.020,00	36.624.020,00	0,00

Evolução das GOPs 2013/2014

<i>Objectivo</i>	<i>Descrição</i>	<i>Financiamento Definido</i>		<i>% Evolução</i>
		<i>Ano de 213</i>	<i>Ano de 214</i>	
1.	<i>FUNÇÕES GERAIS</i>	3.425.300,00	2.334.800,00	-31,84%
1.1.	<i>SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</i>	3.180.800,00	2.095.300,00	-34,13%
1.2.	<i>SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS</i>	244.500,00	239.500,00	-2,04%
2.	<i>FUNÇÕES SOCIAIS</i>	42.400.420,00	23.563.520,00	-44,43%



MUNICÍPIO DE POMBAL

2.1.	EDUCAÇÃO	3.584.000,00	5.285.500,00	47,47%
2.2.	SAÚDE	30.000,00	2.135.000,00	7016,67%
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	82.820,00	640.820,00	673,75%
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	36.258.100,00	13.173.100,00	-63,67%
2.4.1.	HABITAÇÃO	5.000,00	35.000,00	600,00%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	3.990.000,00	2.725.000,00	-31,70%
2.4.3.	SANEAMENTO	16.446.500,00	6.841.500,00	-58,40%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE AGUA	14.896.500,00	1.840.500,00	-87,64%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	205.500,00	424.000,00	106,33%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERV. DA NATUREZA	714.600,00	1.307.100,00	82,91%
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	2.445.500,00	2.329.100,00	-4,76%
2.5.1.	CULTURA	667.500,00	835.600,00	25,18%
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	1.730.500,00	1.381.500,00	-20,17%
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	47.500,00	112.000,00	135,79%
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	5.161.400,00	8.810.500,00	70,70%
3.1.	AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	145.500,00	149.500,00	2,75%
3.2.	INDUSTRIA E ENERGIA	513.000,00	1.807.500,00	252,34%
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	4.250.900,00	4.933.500,00	16,06%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	4.250.900,00	4.933.500,00	16,06%
3.3.1.1.	REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO	3.193.900,00	4.777.500,00	49,58%
3.3.1.2.	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	1.057.000,00	156.000,00	-85,24%
3.4.	COMERCIO E TURISMO	252.000,00	1.920.000,00	661,90%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	6.000,00	217.000,00	3516,67%
3.4.2.	TURISMO	246.000,00	1.703.000,00	592,28%
4.	OUTRAS FUNÇÕES	2.196.119,00	1.915.200,00	-12,79%
4.1.	OPERAÇÕES DA DIVIDA AUTÁRQUICA	1.111.000,00	1.072.000,00	-3,51%



MUNICÍPIO DE POMBAL

4.2.	<i>TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES</i>	1.084.619,00	842.300,00	-22,34%
4.3.	<i>DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS</i>	500	900,00	80,00%
	<i>TOTAL GERAL</i>	53.183.239,00	36.624.020,00	-31,14%

2.1. PPI – Plano Plurianual de Investimentos

Do levantamento feito junto do Departamento de Obras Municipais, no que pertence a obras em curso e com intenção de adjudicação, cruzada essa informação com a comparticipação que se prevê arrecadar em 2014 no âmbito das candidaturas aprovadas, considerando todo o restante investimento em terrenos e na aquisição e manutenção de equipamentos, viaturas e máquinas, apurou-se a seguinte informação:

<i>Obras com candidatura aprovada ou aguardar aprovação pelos programas comunitários POVT, FEDER e pela Administração Central</i>	12.500.000,00
<i>Restantes obras em fase de adjudicação e em curso, já com dotação comprometida para 2014</i>	5.500.000,00
<i>Aquisição e manutenção de equipamentos, viaturas e máquinas, terrenos e intervenções que possam ocorrer nos edifícios e espaços municipais</i>	11.100.000,00

2.2. PAM – Plano das Actividades mais relevantes

Do valor previsto de Eur. 7.478.520,00, destacam-se as seguintes verbas:

<i>Apoios a Instituições sem fins lucrativos (centros de dia, associações culturais e desportivas, bombeiros, fábricas da igreja)</i>	913.000,00
<i>Apoio à Família (componente educativa e social contratualizada com a DREC, apoios sociais)</i>	1.420.000,00
<i>Apoios às Juntas de Freguesia</i>	445.000,00
<i>Aquisição de bens e serviços para acções promovidas pelo Município e que, pela sua natureza, são relevantes em constar no PAM (divulgação autárquica, educação, desporto, cultura, turismo, acção social, ambiente, tratamento dos RSU-Valorlis, Transportes Escolares,...)</i>	3.500.000,00
<i>Amortização e juros de empréstimos contratados à Banca e IHRU</i>	1.072.000,00
<i>Comparticipações em associações intermunicipais, entidades municipais e do Estado, quotas e outros</i>	95.000,00

3. Conclusão:

Fixada que está a previsão da receita para 2014, no valor de Eur. 49.229.163,00, calculada segundo as regras previsionais emanadas do POCAL, a regra do equilíbrio orçamental fixa a despesa em igual valor, apurado da seguinte forma:

<i>Despesa corrente</i>	12.605.143
<i>GOPs:</i>	
<i>PAM</i>	7.478.520
<i>PPI</i>	29.145.500
<i>Total</i>	49.229.163



MUNICÍPIO DE POMBAL

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara colocou a discussão, a proposta de Orçamento e as GOP, tendo usado da palavra:

O Senhor Vereador Eng. Jorge Claro, que disse o seguinte:

"Senhor Presidente e senhores Vereadores com o devido respeito, permitam-me que faça aqui algumas considerações sobre os instrumentos que estão aqui em discussão. Em primeiro lugar, considero que a oposição deveria ter sido chamada a colaborar na sua elaboração. Recordo que fiz parte dos órgãos de Câmara no mandato que terminou em 1989, mandato esse em que o partido socialista possuía maioria. Lembro que o Presidente de Câmara de então, chamava a oposição para contribuir com ideias para a elaboração do orçamento e plano. Lamento que agora o senhor Presidente não tenha feito isso. Se juntar a isto, a maneira como as propostas que tem sido apresentadas pela oposição são recebidas por parte do senhor Presidente e de alguns Vereadores, ainda mais desagradado fico.

Gostaria que este comportamento fosse corrigido, de modo a não ficarmos com a sensação de que o que vem da oposição é mau, que a oposição não tem ideias e como tal queria também deixar aqui o meu desagrado, pois maioria absoluta não significa poder absoluto, Senhor Presidente.

Recomendaria, que fosse feita alguma reflexão sobre esta matéria, de modo a que os próximos orçamentos e planos e as próximas propostas que eventualmente venham a surgir da oposição tivessem outro tratamento. Confesso também algum desagrado, pela forma tardia com que estes documentos são apresentados, porque são documentos que pela sua importância devem ser devidamente analisados. Se aliarmos a isto ao não disponibilizar à oposição pelo Senhor Presidente da Câmara, de espaço e condições para poder analisar estes documentos, ainda fico mais desagradado Senhor Presidente.

Voltando agora aos documentos e sobre esta matéria, eu quero apenas alguns esclarecimentos e que são os seguintes: aqui nos documentos do orçamento, aparece uma despesa em que gostaria de ser esclarecido, que é a que se refere uma despesa relativa a outras pensões no valor de 40.000,00 €. Por outro lado, analisando também todos os investimentos que estão previstos, há elementos que merecem alguma reflexão. Em relação a alguns Jardins de Infância, nomeadamente ao Jardim de Infância das Meirinhas e ao Centro Escolar das Meirinhas que vão ser construídos, são dois investimentos que, dado o seu custo, questiono se não seria de juntar esse Jardim de Infância ao Centro Escolar das Meirinhas. São dois investimentos demasiado avultados e que talvez juntando-os se reduza significativamente estes valores. Um outro aspeto, é relativo ao Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó e o Centro de Interpretação Paleontológico de Santiago de Litém cujos orçamentos são muito elevados. Entendo que deveria haver uma reflexão sobre os nossos Museus. Nós temos vários Museus e a sensação que eu tenho, posso estar enganado, é que muitos deles passam dias sem visitantes, não sei se há estatísticas, que nos digam que determinado museu durante o ano recebeu x visitantes e que tipos de visitantes são? Não sei se estes dados existem ou não, mas, se existem até pode ser que eu esteja enganado em relação ao número de visitantes, porque não me parece correcto, em termos de gestão, estar a fazer vários Museus dispersos. Um centro de Interpretação Paleontológico em Santiago Litém, mas haverá gente que vai assim com frequência a esse Museu? Será que se justifica esse investimento? Relativamente ao Centro Interpretativo Professor Mota Pinto, o dinheiro que já se gastou e ainda se vai gastar, mas será que se justifica esse investimento? Haverá público que o justifique? Considero que se está a investir muito dinheiro cujo resultado é discutível. Embora o dinheiro investido na cultura não se possa quantificar teremos que considerar a questão económica. Pombal deverá criar um Museu de referência, de âmbito



MUNICÍPIO DE POMBAL

regional ou nacional, que atraia visitantes. Não será com os visitantes do Museu de Arte Popular, do Museu Marquês de Pombal, do Centro de Interpretação Professor Mota Pinto ou do Centro de Interpretação Paleontológico de Santiago Litém que a economia se desenvolverá. Sugiro que haja uma reflexão sobre esta matéria. Criar-se um Museu, mas de referência regional /nacional, para abrir ao mercado interno, senão vamos continuar limitados a meia dúzia de visitantes ou umas centenas.

Gostaria também de saber sobre o investimento na Casa Guarda Norte, que vai ser objeto de intervenção e onde vão ser gastos cerca de € 200.000,00, repartidos pelos anos 2014 e 2015, qual a finalidade? Em relação à Casa Varela, o que é que se lá vai fazer e relativamente às piscinas descobertas onde é que vão ser feitas?"

A Senhora Vereadora Dr^a Marlene Matias, que disse o seguinte:

"Queria, também, tomar aqui a posição quanto ao facto do não convite da oposição para participar neste orçamento e plano de atividades, também deixar aqui o meu desagrado. E decorrente um pouco aqui, em relação aos museus, eu queria questionar, embora seja da minha freguesia, vejo no gráfico de Almagreira um investimento para 2015 e 2016 de duzentos mil euros. Queria questionar este valor, parece-me demasiadamente alto, se é para construção de alguma coisa de raiz. Parece-me, no momento em que vivemos, uma obra que se for de raiz, desnecessária dado que temos em curso o nosso centro escolar de Almagreira e portanto o edifício da escola e da pré estarão disponíveis. Portanto parece-me a mim que poderia ser uma solução a pensar.

Por outro lado, também verifico aqui um valor muito aquém daquilo das minhas expectativas, relativamente ao apoio aos mais necessitados. Recordo que há quinze dias foi chumbada uma proposta do Partido Socialista, com o argumento que a Câmara deveria dirigir os seus esforços para quem mais necessita. Vejo aqui e interrogo-me, o apoio à recuperação e adaptação da habitação de população carenciada de dez mil euros para este próximo ano e para os seguintes de cinco mil.

Dois mil euros para o programa de auxílio a famílias carenciadas e portanto, parece-me manifestamente baixo tendo, em conta alguns investimentos que nos parecem estarem aqui, um pouco sobrevalorizados.

Queria perguntar também, uma vez que estão previstos setenta mil euros para a Casa da Juventude, onde é que será feita, esta Casa da Juventude, penso eu, falou-se se iria funcionar na Casa Varela, não sei se ainda se mantém ou não.

Quatro mil euros para o desfile de Carnaval, não percebo este valor dado que, penso eu também, que o desfile é suportado pelos pais, nomeadamente as vestimentas. Portanto queria perguntar aqui, o que é que se refere, porquê quatro mil euros?.

O dia da educação, cinco mil euros, daquilo que eu sei, tem sido um almoço, não sei se estou correta ou não, se mantém esta modalidade, da comemoração do dia da educação, mas cinco mil euros, comparando em termos de ação social ou de apoio à habitação temos os mesmo cinco mil euros.

E por último, gostaria de perguntar, porque vejo que há um plano de combate ao absentismo e insucesso escolar, no valor de cinquenta mil euros para 2014 e de cem mil, para os seguintes. De facto tem sido uma grande batalha Nacional, relativamente a este fenómeno, infelizmente a que assistimos. Queria perguntar em que é que consiste este plano e como é que irá ser executado.

Só por último, a animação do castelo que eu acho que todos nós ansiamos por isto, dado que o nosso castelo, infelizmente tem estado encerrado ao público. É uma mais valia para Pombal e vinte mil euros, queria perguntar se há já, primeiro, previsão para a abertura do castelo ao



MUNICÍPIO DE POMBAL

público? E o que é que se pretende fazer, também porque infelizmente, o nosso Castelo tem sido quase dos únicos que não tem tido atividades regulares, também por força de continuar em obras."

O Senhor Vereador Dr. Adelino Mendes, que disse o seguinte:

"Senhor Presidente, Senhores Vereadores, eu queria começar por salientar que estamos a analisar o orçamento e os demais documentos previsionais para o ano de 2014.

Eu também gostaria de partilhar a expectativa de investimento que o Senhor Presidente da Câmara nos apresentou no início desta discussão, nomeadamente através do reforço do plafond orçamental por via da incorporação do saldo de gerência de 2013. Mas, em matéria de investimento, já ficaria satisfeito se os vinte e nove milhões de euros que constam do orçamento fossem, de facto, executados.

Isto porque, considerando os números de 2012, os últimos em que podemos comparar o orçamento e as contas, tivemos uma execução orçamental de trinta e três milhões de euros abaixo daquela que era a previsão de despesa. Nesse ano, tínhamos uma perspectiva de investimento de cinquenta milhões de euros (correspondendo a 70% da despesa) e executámos quinze milhões (correspondendo a 40% da despesa); tínhamos a expectativa de arrecadar trinta e quatro milhões de fundos comunitários e arrecadámos apenas sete milhões e oitocentos mil, o que se refletiu na capacidade do Município fazer um conjunto de investimentos, nomeadamente na água e no saneamento, que vieram a ser adiados para os anos seguintes.

Cada um de nós terá a sua perspetiva sobre a execução do orçamento, mas há fatores que vão condicionar as disponibilidades financeiras e a capacidade real de executar alguns dos investimentos que estão aqui previstos. Sublinho, uma vez mais, que espero, por via da aplicação de saldo de gerência e das participações comunitárias, que se consiga concretizar o plafond de investimento que está aqui definido no orçamento.

Em matéria de impostos municipais, nós discutimos esse tema numa das últimas reuniões de Câmara, tendo as respetivas taxas sido já aprovadas pela Assembleia Municipal. Em termos do Imposto Municipal sobre Imóveis, é conhecida a nossa posição quanto à possibilidade de aplicação da taxa mínima, aliviando a carga fiscal que é suportada pelos cidadãos do nosso Concelho. Defendemos também a redução da participação da Câmara no IRS, se bem que essa decisão não tem incidência no orçamento que estamos hoje a discutir.

O orçamento para 2014 representa, face a 2013, uma redução do plafond na ordem dos dezasseis milhões de euros, que decorre de uma perspectiva de menor encaixe de fundos comunitários, também dessa ordem de grandeza.

Mas o que eu constato é que essa quebra de receita estimada para o ano de 2014 acaba por se refletir no investimento. Ou seja, vamos ter uma redução de receita por via da menor arrecadação de fundos comunitários e as rubricas orçamentais que se ressentem são exatamente as rubricas do investimento. Pelo contrário, face ao orçamento inicial de 2013, as despesas correntes aumentam, as dotações para a aquisição de bens e serviços – que é uma área onde os municípios podem aplicar medidas de racionalização e de diminuição da despesa – também aumentam, apresentando-se em linha com a despesa efetuada com a aquisição de bens e serviços nos últimos anos.

Do ponto de vista dos investimentos, queria sublinhar, como também já foi feito pelo Senhor Presidente da Câmara, a área da Saúde. Esta é uma matéria que nos preocupa há muitos anos. Há cerca de três anos concebeu-se uma estratégia para a ampliação dos Centros de Saúde de Pombal e da Guia que, infelizmente, acabou por não se concretizar, obrigando o Município a assumir este esforço de execução dos dois projetos, mesmo considerando a participação



MUNICÍPIO DE POMBAL

comunitária. Parecem-nos, de facto, obras da maior importância, numa área extremamente sensível para a nossa vida coletiva.

No que diz respeito aos centros educativos, tenho uma satisfação parcial com os investimentos previstos. No fundo, há uma continuidade na execução das obras que já estão lançadas, nomeadamente a conclusão do Centro Educativo da Mata Mourisca e a construção do Centro Educativo de Almagreira e há, também, novos compromissos. Gostaria que esta rubrica tivesse mais dotação orçamental porque concordo com a prioridade que é preciso dar à construção dos centros educativos, atendendo às carências evidentes no âmbito da reorganização da rede escolar do pré-escolar e do primeiro ciclo. Os Centros Educativos de Pombal e do Louriçal são necessidades prementes, face ao número de escolas ainda em funcionamento e ao número de alunos envolvidos. O Centro Educativo de Vermoil tem já uma dotação que permite o arranque da obra. Gostaria de ver esta rubrica com uma dotação mais elevada e mais centros educativos abrangidos.

Outra dotação que gostaria de ver reforçada era a do Saneamento. O Senhor Presidente da Câmara fez aqui uma explanação exaustiva de um conjunto de obras que, de facto, estão por fazer na área do saneamento básico. No Concelho de Pombal, temos obras de saneamento para fazer que ascendem às dezenas de milhões de euros. É esta a dimensão financeira de que estamos a falar. Quando vejo aqui um valor previsional de 6,7 milhões de euros não posso deixar de registar que ele está muito aquém das necessidades que temos em matéria de saneamento básico. Entendo que o orçamento apresenta possibilidades de gestão flexível que permitem reforçar a rubrica do saneamento, nomeadamente com contrapartida nas dotações inscritas para os transportes e comunicações, que estão próximas dos cinco milhões de euros.

Uma nota final para dar conta do seguinte: o Engenheiro Claro, na intervenção que fez a propósito da rede museológica, pôs aqui o dedo na ferida, abordando uma questão da maior importância. Há um conjunto de intervenções municipais – algumas não são obras, são ações imateriais – mas que têm, do ponto de vista da nossa vida coletiva e do desenvolvimento do Concelho, uma importância extraordinária.

No plano de atividades prevê-se, por exemplo, a definição de uma estratégia de captação de investimento e a criação de um gabinete de apoio ao investidor. São ações imateriais mas com grande importância na área económica.

Como referiu o Engenheiro Claro, antes de construirmos os museus, temos de ter uma estratégia para a museologia e para a cultura, interligada com a estratégia económica, definindo os objetivos que pretendemos alcançar com a construção da rede museológica, bem como as ações e os meios para os atingir.

É também de uma estratégia que precisamos nas áreas da economia e do turismo. Uma estratégia que defina quais são os nossos objetivos com a construção dos equipamentos, qual é o nosso posicionamento, a que clientes nos vamos dirigir, quem é que queremos fixar e como é que o vamos fazer.

Como estas matérias estão previstas no Plano de Atividades, gostaria de obter mais detalhes quanto àquilo que está previsto fazer no âmbito da captação de investimento, no gabinete de apoio ao investidor e no âmbito do turismo e da promoção turística do nosso Concelho. Gostaria de saber como é que está pensado desenhar estas estratégias e qual o planeamento previsto nestas áreas."

O Senhor Vereador Dr. António Pires, que disse o seguinte:

"Senhor Presidente, Senhores Vereadores, eu pretendo intervir para esclarecer alguns aspetos atinentes a determinadas opções inscritas no PAM e no PPI.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Relativamente à educação eu gostava de falar aqui de 4 áreas.

Primeiro, uma área relacionada com o planeamento, mais concretamente a necessidade de rever a carta educativa. Depois temos uma outra área que está relacionada com a beneficiação e a construção de novos edifícios escolares, que já aqui foi falada. Uma terceira área está relacionada com os equipamentos que pomos ao dispor dos alunos e dos professores, também é uma das nossas preocupações. Depois, como falou, a Senhora Vereadora Marlene Matias, relativamente ao necessário apoio aos alunos e às famílias, que também é uma preocupação nossa, e que está assente num plano de combate ao insucesso e abandono escolar.

Relativamente à carta educativa, eu gostava de dizer que estão criadas as condições para iniciarmos o processo de revisão deste documento estratégico fundamental de prognóstico e suporte das opções estratégicas a tomar pelo município na área da Educação. Não há dúvida que nos últimos anos houve no concelho uma série de alterações em termos sociais, demográficos, urbanísticos, emergindo uma necessidade de planeamento e, portanto, de reformulação da Carta Educativa, ação que se envolve de particular relevância, estando o município preparado para encetar este projeto.

Relativamente à segunda área, beneficiação dos edifícios escolares e construção dos novos Centros Educativos, realço a beneficiação de escolas e a construção de novos centros escolares. Pretende-se contribuir para a fixação de população também em pequenos agregados populacionais, proporcionando às crianças que os irão frequentar condições iguais às daquelas que habitam centros urbanos de média e grande dimensão. Por outro lado, embora tenham já sido construídos centros escolares em localidades limítrofes de Pombal, por, decerto, se reconhecer maior urgência nessas obras, encontramos-nos agora em condições de o fazer também aqui na cidade.

Quanto ao equipamento ao dispor dos alunos e professores, eu gostava de dizer que já estamos a trabalhar com os agrupamentos na identificação clara das necessidades no âmbito do parque informático, estando em curso uma ação de diagnóstico, sala a sala, material informático das escolas, dos jardins de infância, dos centros escolares e das bibliotecas, encontrando-nos na iminência de conseguir identificar, em concreto, as necessidades e de, assim, podermos intervir. Pretendemos que todos os espaços que identifiquei tenham, em termos informáticos, as condições mínimas para que os seus utilizadores usufruam de todas as vantagens que as tecnologias de informação e comunicação importam, em prol da sua formação, quer esta se faça em contexto de atividades de aula, quer mesmo nos tempos livres.

Por outro lado, e falo agora na quarta área, não esqueçamos que a realidade social do nosso concelho, a que se soma o cenário de crise económica que o país vive e que muito tem afetado as famílias, torna pertinente a implementação de um Programa de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar. O incremento económico de uma região passa, a curto, médio e longo prazo, pela melhoria do nível de formação dos seus jovens e esta é uma convicção que também não esquecemos.

Temos como referência o Programa da EPIS, Empresários pela Inclusão Social, de combate ao abandono e insucesso escolares. Este programa foi mesmo, no mês passado, referenciado pelo prémio nobel da economia James Heckman numa revista americana de investigação em economia, tendo o autor referido que o EPIS reduziu em 10 % o número de retenções e referindo-se a alguns dos princípios em que assenta: desenvolvimento de competências pessoais, melhoria da motivação e da autoestima, desenvolvimento de métodos de estudo, com trabalho em pequeno grupo apoiado por profissionais.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Relativamente à cultura, e respondendo aos Senhores Vereadores, que falaram nessa questão, que no nosso programa temos uma visão ampla da cultura. Uma cultura voltada para aquilo que é construído, partilhado, aprendido socialmente, ou seja, uma dimensão antropológica. Uma cultura que está voltada para o que é criado pelas letras, pelas artes e pela filosofia, a sua dimensão humana. Uma cultura atenta aos valores, às crenças, aos costumes, às ideias e aos mitos que são transmitidos de geração em geração, é a sua dimensão histórica e social.

Assim, estamos a dar os primeiros passos na recolha das tradições musicais com vista à promoção do arquivo musical do concelho e à edição do nosso cancioneiro folclórico.

Temos o privilégio de ter no concelho bibliotecas, museus e um arquivo cuja riqueza do espólio e a qualidade dos técnicos que neles trabalham justificam a disponibilização na internet, para consulta gratuita e global, de uma parte considerável deste legado. Por isso, neste momento, estamos também a trabalhar neste campo, tendo-se adquirido programas informáticos específicos com vista à referida disponibilização.

Não é de todo descabido lembrar que, muito recentemente, foi o Museu Municipal Marquês de Pombal agraciado com uma menção honrosa, pela Associação Portuguesa de Museologia. Fundamenta bem o que acabei de dizer.

Neste aspeto, iremos continuar a assegurar o apoio também a grupos de teatro, filarmónicas, ranchos folclóricos e outras associações, incentivando-os à criação de conteúdos de qualidade para usufruto da população e para projeção do concelho de Pombal. É uma área em que a aposta na partilha intraconcelhia e interconcelhia irá ter lugar.

Pretendemos deste modo a criação de roteiros culturais – atrativos e diversificados – que concorram, juntamente com outras áreas, para a divulgação do concelho, nas diversas vertentes que o constituem.

Por tudo o que acabei de dizer, é evidente a convicção de que a cultura e a educação são âmbitos cujo desenvolvimento pode melhorar a qualidade de vida das pessoas, sendo esta a grande aposta do nosso município.

Relativamente à Juventude, que também é um dos Pelouros que tenho a meu cargo, a grande aposta é em termos académicos, pelo que irá ser criada a casa da juventude, com salas de estudo e de lazer, com as condições adequadas ao desenvolvimento de trabalhos académicos e à ocupação salutar dos tempos livres. Estamos ainda a ponderar a sua localização, tendo neste momento como possibilidade a Central de Transportes, onde se concentra um grande número de miúdos,

Também o programa Férias Ativas, que é um dos assuntos que vamos trabalhar aqui hoje, foi alargado. A iniciativa decorre já no período de Natal e também irá acontecer nas férias de Verão, isto para além das férias da Páscoa, como tem acontecido até aqui. Trata-se de um programa que, além da vertente educativa, tem também outra de índole social, ao apoiar as famílias no acompanhamento dos mais novos em período não letivo. Saliente-se que a Câmara continua a apoiar as refeições escolares destes jovens, como é exemplo a deliberação de hoje, ou seja, participando na totalidade os almoços das crianças que usufruem de escalão A e escalão B da Ação Social Escolar.

Atenda-se, por último, ao reconhecimento do valor dos mais jovens, do seu trabalho e das conquistas em diversas áreas, é o que se pretendemos fazer na Semana da Juventude, dando assim notoriedade aqueles que se destacaram em domínios tão diversificadas como a filantropia, o desporto ou a educação."

O Senhor Vereador Dr. Fernando Parreira, que disse o seguinte:



MUNICÍPIO DE POMBAL

"Eu fiquei um bocado perplexo com esta posição da oposição, ou melhor dizendo, dos nossos colegas aqui do partido socialista, em quererem, de alguma forma, participar neste documento. Primeiro que tudo, porque nunca o manifestaram antes. É um pouco estranho, no momento em que vamos aprovar estes documentos, é que manifestam de alguma forma esse mesmo desejo. Seria expectável, se quisessem efectivamente contribuir, que o tivessem demonstrado mais cedo. Mas acima de tudo temos que ser realistas e também temos que ser pragmáticos, estes documentos que estamos aqui a aprovar, reflectem claramente o programa eleitoral que nós tivemos recentemente aprovado em eleições. Foi o programa eleitoral do PSD que foi referendado, embora logicamente, é expectável que haja colaboração entre todos os partidos. São as grandes linhas do nosso programa eleitoral.

Depois, há acima de tudo, um conjunto de situações, que me parecem também importantes serem esclarecidas.

Falava há pouco a Dr.^a Marlene sobre o desfile de Carnaval. Por vezes quem lê estes documentos e quem não conhece as situações pode pensar como a Câmara vai gastar € 5.000,00, se são os pais que pagam os trajes? As pessoas esquecem-se de coisas muito concretas. Um desfile de Carnaval, para se realizar, só nos transportes dos alunos das várias escolas para a cidade, implica o gasto de vários milhares de euros. A Câmara dá a todas as crianças um lanche, o que representa um custo adicional de várias centenas de euros, porque chegamos a ter mais de mil crianças. Há na verdade, um elevado investimento por parte do Município.

Tal como se falava há pouco da questão social, não querendo intrometer-me obviamente da área da Dra. Catarina, mas quando se diz que a Câmara não apoia socialmente as famílias, esquecemos que todos os dias há centenas de crianças do primeiro ciclo que estão a almoçar participadas pelo Município de Pombal. Isto é um apoio social e são várias centenas de milhares de euros por ano que estão a ser gastos neste tipo de investimento. Portanto, são valores que o Município suporta em parceria com o Ministério da Educação.

Indo directamente às minhas áreas, eu começava primeiro pela questão do desporto. Claramente por parte do Município de Pombal, a aposta é que Pombal seja efectivamente uma referência em termos de desporto. Utilizando as palavras do senhor Presidente que referiu há pouco, e bem, que fruto desta politica desportiva que temos tido ao longo destes últimos anos, é notório um conjunto de resultados, nas mais diversas modalidades. Exemplo bem presente no basquetebol, onde no ano passado tivemos uma equipa feminina de formação campeã da Taça de Portugal. Ou então o caso do Miguel Diz ou do andebol com o Colégio João de Barros, que é hoje uma das referências a nível nacional nesta modalidade em termos femininos. Sem esquecer o caso do xadrez, onde recentemente o jovem Lucas, de 6 anos, foi vice-campeão no escalão sub-8. Há claramente um conjunto de resultados, extremamente positivos, e isto tudo em parte fruto de um regulamento desportivo, que atribuímos no fundo a todas as modalidades, num valor que ronda os € 400.000,00. O Município de Pombal vai manter essa mesma politica, sem contar obviamente com outros apoios para instalações, para equipamentos, para toda uma série de conjunto de actividades, privilegiando a formação dos nossos jovens. Mas acima de tudo, há aqui uma questão que me parece importante, Pombal tem apostado claramente no atletismo. Hoje somos inequivocamente uma imagem de marca, um exemplo nacional nesta área. Nós somos durante os meses de Inverno, a capital do atletismo a nível nacional, graças à instalação da pista coberta. Temos aqui as principais provas que são efectuadas em termos de território, quer o campeonato nacional individual, quer o campeonato nacional de equipas. E no próximo ano de 2014, vamos ter ainda a mais valia de ter aqui, pela primeira vez, o corta-mato nacional longo, que vai ser realizado pela primeira vez na pista do Casalinho. Queremos que o atletismo possa ser uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

referência do nosso concelho, não só em termos nacionais, mas também em termos internacionais. Nesse aspecto, há directivas por parte do Município, no sentido de tentarmos cada vez mais, conseguimos no fundo captar atletas de várias proveniências e é esse o trabalho que nos vamos propor ao longo do ano 2014, para que efectivamente, possamos, cada vez mais conseguir ter aqui um centro de estágios em termos desta área desportiva, reunindo todas estas mais valias que temos. Mas a par desta prática competitiva, queremos também que o cidadão de uma forma informal possa também fazer desporto, isto é, aquele cidadão que não está inscrito numa equipa, que não faz parte de uma estrutura organizada. Queremos que este possa ter ao seu dispor, todo um conjunto de meios, para que efectivamente possa praticar desporto. Nesse sentido, estamos a preparar um centro de caminhada e de atletismo, para que as pessoas possam ter dentro da cidade e fora da cidade, um conjunto de circuitos e trajectos, onde possa informalmente praticar desporto. Pretendemos que o munícipe possa ter uma vida saudável e desportiva.

Na questão que foi formulada pelo Eng.º Claro, no que diz respeito as piscinas ao ar livre, nós pretendemos aproveitar as instalações das piscinas cobertas e eventualmente instalar ali junto àquele espaço a piscina de ar livre. Esta opção vai nos permitir duas coisas. Em primeiro lugar, vamos poder aproveitar e maximizar as infra-estruturas já existentes e em segundo lugar, simultaneamente ampliar os balneários que irão servir, não só para a piscina coberta, mas também para a piscina de ar livre. Existe assim uma racionalização de investimentos e que nos permite melhorar no fundo essas duas valências.

Parece-me também importante destacar aqui a questão da inovação tecnológica, para o próximo ano vamos ter uma forte aposta na questão do SAMA, vamos ter também, fruto de um conjunto de candidaturas, a instalação de dois ecrãs LED (s) na cidade e que vão ser veículos privilegiados de informação. Mas acima de tudo, queremos é que Pombal, continue a ser obviamente uma referência em termos de tudo aquilo que tem sido feito em termos tecnológicos. Ao longo destes anos, temos granjeado alguns prémios, exactamente pela nossa capacidade de arrojo, pela nossa capacidade de inovação e acima de tudo, por uma questão, que me parece muito importante, mais do que por vezes comprarmos pacotes de software já pré-formatados, apesar de correremos alguns riscos, o que temos feito é essencialmente através de produção interna. Através dos nossos próprios meios, temos criado as nossas próprias soluções. Tudo isto nos dá uma vantagem competitiva enorme relativamente aos outros municípios. Obviamente, como é exemplo o Websigu, esperamos que no próximo ano esta ferramenta possa ganhar alguma maturidade e possa crescer em termos de serviços.

Pois há questões muito cruciais, como é exemplo a questão do património e falo na aposta necessária na requalificação do nosso Mercado Municipal. Efectivamente, este merece hoje em dia, face às diversas necessidades, na lógica do trabalho desenvolvido pela Dr.ª Ana Gonçalves, registar melhorias drásticas naquelas instalações. Essa vai ser forçosamente uma aposta, em que estamos muito centrados. Acima de tudo, há também a localização da própria feira, no sentido de a revitalizar, no interesse de todos os seus utentes

Estamos perante um Município, em que claramente o investimento é privilegiado e onde se regista um trabalho de planificação, suportado num conjunto variado de estudos e de projectos, das mais diversas áreas. Afinal, as coisas não acontecem por acaso. Há efectivamente um trabalho de estruturação, passando pela reflexão e por pensar o futuro. A nossa ação não é uma questão de ocasião, de momento, mas resulta de um conjunto de reflexões que são ponderáveis, estudadas e que nos permitem, que efectivamente Pombal possa continuar a ser uma referência



MUNICÍPIO DE POMBAL

em termos regionais. Estes documentos são um momento importantíssimo, nesse mesmo esforço, que estamos a levar a cabo."

A Senhora Vereadora Dr^a Ana Gonçalves, que disse o seguinte:

"Este orçamento reflete as opções políticas deste executivo e acima de tudo, espelha a capacidade que o Município de Pombal tem, em honrar os seus compromissos. Eu queria focar-me nas minhas áreas e tentar também, com a apresentação daquilo que é a nossa estratégia para os próximos anos, responder às questões que me foram colocadas pelos Senhores Vereadores.

No Turismo, Dr. Adelino Mendes, as nossas prioridades são claras. Começamos a ano de 2014, com a abertura do Castelo ao público e com a apresentação de conteúdos que irão recuperar a lenda e a sua história. Foram longos tempos de espera, é verdade, Sr^a Vereadora Marlene Matias, mas acreditamos que o plano de animação deste espaço, irá contribuir para devolver com dignidade este património a todos os Pombalenses.

A dinâmica do Castelo em sintonia com as atividades desenvolvidas pelo Pelouro da Cultura noutros espaços museológicos, irá certamente projetar a nossa cidade e a nossa história. E neste ponto, Sr^a Vereadora, queria aproveitar para responder já à sua questão, estamos a falar de várias ações, de workshops, de concertos, de encontros de leitura, de feiras medievais, de exposições e de várias atividades em toda a sua envolvente, e não só dentro do castelo.

Mas, também no Turismo Natureza temos apostas fortes: a construção do CimuSicó, e Sr. Eng. Claro, o CimuSicó, é muito mais do que um centro de interpretação, é um equipamento que foi planeado, projetado como um apoio ao Turismo natureza, um equipamento que inclui alojamento, para cerca de 40 camas, apoio a atividades desportivas na Serra da Sicó, um centro de interpretação de toda a riqueza da nossa serra, um auditório com espaço para a formação na área ambiental e de desporto da natureza, e por isso é um projeto ambicioso. E, Sr. Eng. acho que não devemos concentrar os investimentos culturais e turísticos apenas na cidade, porque muitas vezes a história está nas freguesias e não a podemos transpor para Pombal. Iremos também apostar na recuperação da Casa da Guarda Norte é um projecto que não se conseguiu concretizar em 2013, por falta de a aprovação de candidatura feita por este Município ao PRODOR, é uma unidade de turismo com 9 quartos é a recuperação de uma antiga casa da guarda florestal e o nosso objetivo com este projecto é, não apenas termos uma unidade de alojamento, mas também, e porque são escassos os recursos na nossa costa, este será um espaço que pretende dinamizar algumas atividades de turismo natureza, que hoje já são desenvolvidas na Mata Nacional do Urso. É também um espaço, onde pretendemos recuperar um pouco da memória e das tradições, nomeadamente, de tudo o que esteja ligado à natureza, à mata e à resina.

Temos também a construção do Centro de Interpretação Ambiental da Casa da Guarda no Grou, é também um projeto que consideramos muito pertinente para esta zona litoral do concelho.

E, claro, continuaremos a investir na Praia do Osso da Baleia, acreditando que todo o esforço desenvolvido nos últimos anos será potenciado com a conclusão da revisão do POOC.

Além destes projetos, colocámos já no Plano, alguns investimentos que consideramos estratégicos para o Turismo, a recuperação dos vestígios arqueológicos da Telhada, em Vermoil e também o projecto do GeoParque a desenvolver com os municípios da Sicó

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Eng. Jorge Claro, quanto ao Centro de Interpretação Paleontológico de Santiago de Litém, de facto fico um bocadinho triste, porque conclui-se que quem está de fora, e quando eu digo de fora, é de fora do concelho, acaba por dar mais valor ao nosso património e à nossa riqueza do que, propriamente os Pombalenses. Recordo que, nos últimos anos, foi desenvolvido entre o Museu Nacional de História Natural e a Junta de



MUNICÍPIO DE POMBAL

Freguesia de Santiago de Litém, várias escavações na área dos Andrés, foram recolhidos vários exemplares de fósseis que permitiram conhecer um pouco mais sobre a Jazida e também sobre a fauna do jurássico superior da Península Ibérica. E nós podemos dar mais ou menos valor a estas matérias, mas não podemos abandonar a nossa história e deixar de mostrar aos Pombalenses e a todos aqueles que nos queiram visitar, os achados e a sua história.

Nas áreas económicas, no Comércio, na Indústria e no Empreendedorismo, iremos abrir um novo ciclo. Os últimos meses, são já prova disso: o forte envolvimento com a Associação Comercial na apresentação do Comércio Invest, com vista a estimular a modernização do comércio local. A animação de rua, agora em curso, a pensar nos Pombalenses, mas acima de tudo para devolver o espírito de Natal, à cidade e ao comércio local.

Estes, são apenas dois exemplos da aposta que o executivo, em poucos meses de mandato, fez, provando que estamos disponíveis para contribuir para uma nova dinâmica empresarial local.

E iremos continuar este caminho, apostando na sensibilização dos proprietários para o arrendamento comercial a jovens; na participação ativa em atividades da Associação Comercial; na animação dos espaços públicos; e ainda, na promoção e desenvolvimento de feiras temáticas que devolvam o centro histórico à cidade e que coloquem esta zona, de novo, na rota comercial dos Pombalenses.

Quanto à Indústria, Dr. Adelino Mendes, este é um setor, em que o concelho é conhecido pela diversidade, pela inovação e também pelo empreendedorismo.

Este é provavelmente um dos orçamentos municipais, dos últimos anos, que maior verba atribuiu a esta rubrica (cerca de 1 milhão de euros) e reflete a consciência que temos da necessidade premente de ampliar os parques industriais instalados e de requalificar os parques mais antigos. Queremos potenciar as infra-estruturas industriais, para reunirmos as melhores condições para captar investimento.

Este plano também demonstra que iremos fomentar a criação do Gabinete de Apoio ao Investidor, com o objetivo de centralizar num único espaço os serviços de apoio com as informações para quem quer investir, criando um ambiente favorável ao empreendedorismo e à iniciativa empresarial, com a simplificação e a desburocratização dos processos de instalação.

Queremos, ainda, em parceria com a Associação dos Industriais, incentivar o empreendedorismo local, desenvolvendo parcerias com incubadoras da região (IDD, OPEN e IPN) disponibilizando espaços com serviços integrados a preços acessíveis.

Termino, apenas com mais duas notas, em duas áreas que considero bastante importantes: na Mobilidade, iremos nos próximos três meses concluir o Plano Local e Municipal para a Promoção da Acessibilidade, e como tal, nos próximos tempos, teremos a oportunidade de apostar na projeção da eliminação de barreiras, na melhoria de acessos e no aumento da segurança. E na Valorização Urbana, o orçamento apresentado aqui hoje, tem já projetos no valor de 1 milhão e meio de euros e muitos deles irão promover também uma cidade mais acessível."

O Senhor Vereador Eng Pedro Murinho, que disse o seguinte:

"Começo por cumprimentar mais uma vez, os meus colegas Vereadores, não podendo deixar de dar um cumprimento especial à minha colega conterrânea, Dra Marlene Matias, a quem eu tenho todo o prazer de responder a uma das questões que aqui colocou na área da cultura, nomeadamente quanto à construção ou não de um museu etnográfico em Almagreira. Como sabe, temos em fase final de concurso público a construção do novo pólo escolar de Almagreira e portanto é opção deste Município, tendo em conta que vamos ter a escola atual disponível, dotar essa escola de condições para poder receber o museu etnográfico de Almagreira, bem como,



MUNICÍPIO DE POMBAL

quicá uma sede para o grupo folclórico etnográfico de Almagreira, grupo com quase 25 anos, e ainda sem sede própria, portanto, tudo aponta para que isso venha a acontecer, não em 2014, mas provavelmente em 2015. Assim sendo, temos que ter uma dotação financeira para as adaptações que o edifício vai necessitar, afim de receber o espólio que já existe, e que conhece muito bem, tão rico que é, não só para nós Almagreirenses, mas para o concelho de Pombal. E como Almagreirense preocupada, acho que a Dr.a Marlene deve estar imensamente feliz, porque este orçamento e este plano plurianual de investimentos, tem dotações financeiras bastante consideráveis para a nossa freguesia, nomeadamente, para o Centro Escolar, Etar de Almagreira que está em fase final de construção e para a rede viária, portanto, motivos mais do que suficientes para dar uma aprovação muito simpática a este orçamento. Depois, Senhor Presidente, aqui foi dito que realmente nós deveríamos ter consultado a oposição, e eu aqui sou pragmático e de acordo com os meus colegas, nós aqui planeamos segundo a estratégia que levámos a sufrágio no passado dia 29 de setembro e é com essa, que vamos planejar porque foi sufragada por uma grande maioria dos nossos pombalenses. Depois, dizer que há realmente uma redução acentuada no nível da receita do nosso orçamento e isso deve-se claramente, como o Senhor Dr. Adelino Mendes aqui disse e muito bem, ao fim deste quadro comunitário, e por isso facilmente concluímos que os recursos começam a ser menos. Desta forma, a mim espanta-me como é que o Dr. Adelino Mendes pensa e muito bem que é necessário fazer investimento, nomeadamente na área do saneamento básico onde diz que o investimento que temos pela frente é de algumas dezenas de milhões de euros, e aqui estamos realmente de acordo, mas com a seguinte diferença: não se esqueça que para o conseguirmos temos que ter receitas, e para as ter acho muito desajustado estarmos a pensar em baixar ainda mais os impostos, mais do que aquilo que já vamos baixar, quando realmente essa é uma receita que nós não podemos dispensar, afim de podermos concretizar estes investimentos tão importantes para o nosso concelho. Importa referir também, que este PPI tem uma grande fatia já em execução e com num estado de maturidade bastante elevado, por isso acreditamos que em 2014 teremos um nível de execução alto e portanto julgo que estaremos a falar de valores bastante consideráveis, à semelhança do que vai acontecer com o nível de execução de 2013. Lembro também os meus colegas, que este orçamento transfere cerca de 40% das receitas correntes, para despesas de investimento e, portanto, este é um valor considerável, a somar que 62% do nosso orçamento é para despesas de investimento. Com estes valores, estamos certamente a falar de um concelho ímpar no nosso país. De referir que o nível de execução que esta câmara apresenta, permitirá transitar para o ano de 2014 um saldo bastante considerável, a somar ao reforço de verbas provenientes de algumas candidaturas apresentadas a fundos comunitários e que esperamos ver aprovadas, o suficiente para que no início de 2014 possamos reforçar algumas rubricas que estão mais deficitárias. Depois, referir ainda que, realmente estas propostas que apresentamos, foram sufragadas em eleições, portanto é delas que falamos e por isso eu quero aqui reforçar e salientar algumas daquelas obras que realmente são emblemáticas e que são de uma prioridade absoluta para o nosso concelho. Recordo só, que a reabilitação da zona urbana da cidade era uma urgência, está em obra e vai terminar uma primeira fase em Abril. Mas essa reabilitação vai prosseguir, com uma segunda fase com dotações bastante consideráveis para 2014, não esquecendo também que temos duas áreas na nossa cidade, áreas habitacionais bastante consideráveis na zona nascente da cidade, onde iremos investir na sua reabilitação, nomeadamente: Governos e Vinagres. Depois, não esquecemos a área da saúde, e aqui não me vou repetir, dois centros de saúde já adjudicados com obras para avançar em breve. Na área da educação estamos a falar de quase três milhões de euros de investimento e com dois centros escolares bastantes importantes e aqui



MUNICÍPIO DE POMBAL

reforço a opinião do Dr. Adelino Mendes que o Pólo Escolar de Pombal é realmente uma prioridade e nós temos aqui uma dotação já bastante aceitável para o iniciar em 2014, e portanto não esquecendo as questões demográficas e a nova realidade social que temos atualmente, não nos podemos esquecer também que as nossas crianças precisam de ter estas condições melhoradas e é isso que o Município está a preparar. Depois, em termos de mobilidade, eu acho que é um salto qualitativo que este executivo está a querer dar para 2014. Há um problema sério que as Estradas de Portugal nunca quiseram afrontar e a Câmara vai de uma vez por todas, do seu erário público, resolver, que é a questão da entrada na cidade, quando se entra pela Nacional 1, no Alto do Cabaço. É um investimento muito claro e que o Município vai assumir com a concordância das Estradas de Portugal, estando nós a falar de um investimento na ordem dos oitocentos mil euros e portanto, este é um daqueles investimentos que não há razão para olharmos para trás e é seguramente uma carta do nosso baralho para 2014, o mesmo acontecendo com a requalificação da EN237 do Alto do Cabaço até ao Barco. Outra das prioridades que não merecem discussão, são as entradas na Zona Industrial das Meirinhas, tendo em conta as dificuldades de tráfego e os acidentes que lá ocorrem. Estamos a falar de investimento também suportado pelo Município, na ordem dos duzentos mil euros e quiçá com participação comunitária, sendo este um investimento fora da cidade, sendo que às vezes as pessoas julgam que estes grandes investimentos tem que ser todos realizados na cidade, e não é verdade. A requalificação que pretendemos e que iremos concretizar no centro da Guia, é outra daquelas obras que também não merece discussão, sendo uma das mais prioritárias que nós temos. Depois, relativamente à rede viária, estamos aqui a falar de quase de cinco milhões de euros para requalificar a nossa rede viária, e quanto ao investimento na requalificação das Zonas Industriais, isto é quase um pontapé para golo, porque se nós queremos pensar no futuro, a nossa estratégia passa por criar condições para que os industriais criem investimento, criem riqueza, criem emprego e este é o caminho certo. Na área do saneamento, quero aqui lembrar o Dr. Adelino Mendes, que das despesas de capital, estamos a falar aqui de uma fatia de 22% que são canalizadas para a área do saneamento básico, e portanto, com esta fatia, é praticamente um quarto das despesas de investimento que vão direccionadas para esta área, e isto mostra que é realmente uma preocupação do Município. Nós estamos a falar que neste momento, temos uma cobertura com ligações na ordem dos 47% e no final de 2014 com as obras que estão em curso, nós vamos atingir uma cobertura na ordem dos 79%, e portanto, o Senhor Presidente, e muito bem, deu aqui conhecimento daquelas zonas que neste momento são prioritárias de começar a trabalhar, nomeadamente na elaboração de projectos, para que no final de 2014, princípio de 2015, possamos nestes lugares com maior população, dar início a essas obras. Depois, temos aquela obra emblemática na área do saneamento, que pretendemos começar em 2014, que é o emissário de Carnide. Temos duas freguesias, Carnide e Ilha, e ainda parte de Almagreira e parte de Pombal, que precisam deste emissário em funcionamento e portanto, mais do que suficiente para lhe dar prioridade neste nosso mandato, e para iniciar em 2014. Ainda na área do saneamento, uma prioridade para o Município é incrementar aquele que é o índice de investimento que estamos a fazer na área do saneamento com as respectivas ligações à rede, porque nos próximos anos, nas próximas décadas, estas vão ser as nossas receitas próprias, as receitas do futuro e portanto é aqui que nós também temos que canalizar os nossos esforços, afim de potenciar todo o investimento que estamos a fazer. E para terminar, não posso também deixar esquecer a área do abastecimento de água a partir da Mata do Urso, como o Senhor Presidente disse, nós no final do primeiro trimestre de 2014, inicio do segundo, teremos toda esta rede, a partir da Mata do Urso em funcionamento, que nos vai permitir controlar melhor os caudais



MUNICÍPIO DE POMBAL

captados, comparativamente com o valor que é faturado e assim eliminar uma grande fatia de perdas que o Município neste momento ainda tem. É tudo Senhor Presidente. Obrigado."

A Senhora Vereadora Dr^a Catarina Silva, que disse o seguinte:

"Exmo. Sr. Presidente da camara municipal de Pombal Dr. Diogo Mateus Exmos. vereadores e vereadoras, Comunicação social presente, meus senhores e minhas senhoras. Não quero começar esta minha pequena intervenção sem antes dar as boas festas a todos os presentes, que a época natalícia esteja a ser repleta de harmonia, amizade e muito calor humano. Para o novo ano, deixo votos para que seja pautado de trabalho, dedicação e muitos sorrisos, porque sorrir e preciso.

Este fim de ano permite que cada um de nos reflita sobre o ano que passou e elenque aquilo que são os seus desejos para um novo ano, que se adivinha difícil. Este executivo quer o melhor para Pombal e para os pombalenses e e neste sentido que leva a votação esta proposta de orçamento e esta proposta de atividades municipais, que sendo ambicioso resulta de um conhecimento profundo daquilo que Pombal quer e precisa. Um orçamento e um plano de atividade pensado em satisfazer aquilo que são as necessidades de todos e todas pombalenses. Destaca-se por exemplo o objetivo associado a ação social (objetivo 2.3.2) que vê neste plano um reforço financeiro significativo, passa de 42820 euros em 2013 para 130820 em 2014. Desta rubrica destaca-se o valor proposto para serviços de ação social (59000 euros) para 2014 quando comparado com 2013, 24000. Os valores indicam a sensibilidade neste executivo para as questões sociais, reconhecendo que os pombalenses estão a passar por inúmeras dificuldades. Do projeto de ação social além das normais rubricas associadas ao apoio as ipss do concelho, e aqui destaca-se as obras nas Meirinhas, o apoio a obras na Santa casa da misericórdia da Redinha, e o alargamento da oferta do lar de Almagreira, quero destacar a integração no pam de alguns projetos que visam ir de encontro por um lado a promoção do emprego e, por outro, a melhoria dos serviços de encaminhamento e ação social - falamos da parceria estratégica com a apepi para o desenvolvimento do projeto contrato local de desenvolvimento social. Temos ainda para 2014 o projeto autarquia familiarmente responsável, projeto este que inclui um conjunto diverso de atividades de apoio a famílias, nomeadamente as mais numerosas. Na rubrica dos serviços de ação social, destaca-se a continua aposta no plano de animação e atividades para o idoso e uma clara intenção de apoiar situações de emergência. Neste âmbito propomos a elaboração de um programa de auxilio a famílias carenciadas, tendo por base a ajuda de todas as juntas de freguesia que mais próximas estão da população, e a existência de um plano municipal de emergência social. Propõe-se um plafond 10.000 euros sendo utilizado unicamente, e como o nome o indica, em situações de emergência social, falamos por exemplo de uma família que por circunstancias diversas deixou de conseguir pagar a renda da sua casa. Serão sempre medidas temporárias e encaixarão aqui todas aquelas que não estão abrangidas pelos regulamentos de ação social, como sejam a ação social escolar, a habitação social e outros apoios.

Outro grande cavalo de batalha levado a cabo por este executivo, como não podia deixar de ser, será o combate aos incêndios florestais, ou melhor, o desenvolvimento no terreno de uma politica interventiva e proactiva por forma a sensibilizar para a limpeza de terrenos, atuando coercivamente quando a informação e a sensibilização não tiverem o devido efeito. Ainda neste objetivo no pam estão integradas as atividades para a elaboração do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios e as atividades de atualização de cadastro florestal sendo dada especial ênfase as áreas florestais que estão integradas dentro do atual plano municipal de defesa da floresta contra incêndios. Neste objetivo a aposta esta refletida também nos valores



MUNICÍPIO DE POMBAL

apresentados, valores financeiros, mas também nos valores humanos, em 2014 teremos num total de 25 trabalhadores afetos a floresta, entre sapadores e colaboradores do GTF.

Condição fundamental para a qualidade de vida dos pombalenses passa também pelos seus espaços verdes e espaços de lazer. Neste sentido, a preocupação será a melhoria dos mesmos, estando prevista a reformulação de alguns, como sejam o jardim da várzea e o jardim do cardal, repensando nestes espaços o que podem aqui ser espaço de lazer.

Estamos crentes que as opções apresentadas respondem aos anseios dos pombalenses e quer o executivo, quer a equipa de colaboradores do município estão motivados para alcançar estes fins. Como nota final destaco ainda que em 2014 será dada especial atenção aos colaboradores da CMP com a implementação de um conjunto de medidas, que visem o incremento da sua motivação promovendo, desta forma a melhoria da qualidade do serviço ao munícipe. Pessoas felizes, fazem organizações felizes e desta forma munícipes satisfeitos."

O Senhor Vereador Eng. Jorge Claro, que disse o seguinte:

"Queria fazer aqui apenas uma observação. É papel dos Vereadores da Oposição trazer aqui ideias, sugestões e o que ficou patente aqui em diversas intervenções, que eu lamento, e estou extremamente triste com isso, foi precisamente ouvir dizer dos Vereadores da maioria o seguinte: "Houve eleições, nós tivemos maioria absoluta, não precisamos das vossas ideias, pois o povo assim o quis!" Isto é poder absoluto, desculpem! Os vereadores da oposição, estão aqui para colaborar. Os senhores tiveram maioria legítima, mas nós fomos também eleitos vereadores. As propostas por nós apresentadas deveriam ter sido acolhidas com normalidade o que em geral não se verificou, sendo recebidas com reação azeda e até disparatada, leva-me mesmo a concluir que, para algumas pessoas, como o Vereador Parreira, maioria absoluta é poder absoluto. Meus caros senhores, a democracia não é nada disso. Lamento que essas intervenções tenham existido. Estão-nos a dizer "fiquem lá com as vossas ideias, que nós temos maioria absoluta!". Considero que foi uma intervenção desastrada da vossa parte e não sei se os outros Vereadores da maioria e o Sr. presidente partilham dessa postura. Estamos aqui para discutir ideias para melhorar o nosso concelho.

Há outro aspeto que o Sr. Vereador da educação não esclareceu, que é a questão da proposta nas Meirinhas do Jardim de Infância utilizar as futuras instalações do Centro Escolar.

O Senhor Vereador Parreira dizia há dias que a Câmara estava numa boa situação financeira, mas ter uma boa saúde financeira, não quer dizer que seja bem gerida. A formação que possuo na área financeira e a experiência adquirida levam-me a questionar alguns dos investimentos nomeadamente na área da zona urbana da cidade, concretamente na zona histórica. Considero também importante intervir no mercado municipal, mas sem dar formação às pessoas na área económica, na área de gestão, na área de publicidade, de marketing etc, não vamos a lado nenhum. Esqueçam todos os investimentos que embelezem a cidade, porque depois o reflexo económico é quase zero. Mas volto a referir que não vejo esta preocupação aqui no plano e no orçamento.

A formação das pessoas ligadas ao comércio e serviços não só aqui na zona histórica da cidade como toda a cidade, como até em todo o concelho e mais no mercado municipal é fundamental.

É preciso motivar as pessoas dando-lhes formação.

Vou terminar e espero que as nossas intervenções sirvam um pouco de reflexão também da vossa parte, para que saibamos exercer a nossa missão."

O Senhor Vereador Dr. Fernando Parreira, que disse o seguinte:

"Eng. Claro, não ponha palavras na minha boca, não diga coisas que eu não disse. Eu não disse que os contributos da oposição não são importantes. O que eu disse foi que achava estranho, que



MUNICÍPIO DE POMBAL

fique bem claro, era que se tinham esta vontade de contribuir, porque é que não o demonstraram antes. Porque é que só o demonstraram no momento da votação, isso é peculiar. Se tinham tanta vontade de participar, se tinham tanta vontade de contribuir, o que é legítimo e perfeitamente natural, era que o tivessem demonstrado antes. Foi isso que eu disse. Pela forma como está a criar cenários políticos, é que está a exagerar nas suas interpretações."

De seguida o Sr. Presidente da Câmara, prestou os esclarecimentos seguintes:

"Senhores Vereadores, muito obrigado pelas vossas intervenções, todas elas, eu não entendi que nenhuma intervenção tivesse tido qualquer tipo de alcance que não fosse um debate político mais aceso, porque este é um ato político e com necessárias interpretações, que às vezes não são rigorosamente iguais. Mas deixe-me começar senhor Engenheiro Claro por dizer que, essa sua proposta, de nós apresentarmos aos utilizadores do Mercado Municipal, um programa de formação, para corresponder às necessidades de cada um, em função também da sua vontade, é uma proposta muito boa, que, pese embora reconheça não ter que ser necessariamente o Município o promotor direto dessa iniciativa, acho que temos aqui um espaço de manobra muito importante. Porque repare, no fundo não é muito diferente daquilo que há pouco a Dra. Catarina, enquanto vereadora dos recursos humanos, referia relativamente ao trabalho que pretendemos também fazer dentro de casa, não apenas numa lógica de reforço de competências próprias ou de competências próprias no campo profissional, mas também alargando para um conjunto de oferta formativa, que possa corresponder à formação humana, seja importante não só, sob o ponto de vista do seu posto de trabalho, mas também no trato e por ai fora. Portanto eu acolho muito bem, acho que podemos procurar os meios que estão ao nosso alcance, para o desenvolvermos, sondarmos os próprios utilizadores do mercado, os nossos comerciantes, para perceber as áreas e até cruzando isto com o responsável técnico, que acompanha as questões de segurança alimentar no nosso Mercado, como sabem é sempre uma responsabilidade da veterinária municipal, portanto acho que é uma boa ideia. Mas deixe-me dizer também que, eu enquanto Presidente não procurei, nem tratei os Senhores Vereadores de maneira diferente, e portanto Senhores Vereadores, fizeram-me chegar sem ser preciso pedir, as sua propostas nos vários campos que tutelam, precisamente com a liberdade de movimentos que têm e que é tradicional nesta casa, e foi aliás também essa liberdade de movimentos que permitiu que os senhores apresentassem propostas de alteração ao nosso orçamento, sob o ponto de vista das receitas municipais que estão ao nosso alcance. Portanto essa liberdade não só existe, como vocês já utilizaram, como também tem permitido alguma discussão. Mas deixe-me dizer também, que quando se apresentam um conjunto de propostas que amputam ao nosso orçamento, caso viessem a ser aprovadas, receitas que eu calculei em montante superior a € 700.000,00, provavelmente, a discussão da construção do nosso PPI, seria o que é que eu não vou fazer, ao invés, do que é que eu quero fazer para além de aquilo que está proposto. Assim, a perspectiva com que iniciaremos este debate seria um bocadinho diferente. De todo o modo, eu admito que num formato ótimo de trabalho, todos os Vereadores da Câmara (os oito vereadores eleitos) tivéssemos a ocasião de nos sentarmos todos à mesa e ouvirmos as opiniões. Mas considerando que fará amanhã, dois meses, que somos os responsáveis desta Câmara Municipal, que de facto estes tempos, foram tempos que usámos para fazer outras coisas, eu proponho, desde já, que na preparação do trabalho (que vamos ter que fazer bastante mais cedo, porque a Lei do Orçamento assim nos obriga) de preparação do orçamento de 2015, que muito antes desta reunião de debate e aprovação do nosso plano, tenhamos ocasião de nos reunimos e de fazermos esse debate para ouvir os contributos de todos os membros da Câmara. Porque eu partilho dessa sua opinião de que as propostas de facto, são propostas de pessoas preocupadas, conhecedoras que estudam, e



MUNICÍPIO DE POMBAL

estão no nosso meio e portanto tem também, não só essa obrigação, mas principalmente esse dever. Portanto eu reconheço-o em absoluto e assumo esta metodologia de preparação do nosso plano para o próximo ano.

Queria começar por dizer, relativamente à questão que apresentou, que o Município tem nos termos da lei, obrigação de suportar várias pensões que resultam de acidentes em serviço, e portanto nós temos nesta altura, que eu me recorde, pelo menos duas situações que oneram anualmente o orçamento municipal e que resultam de obrigações legais e portanto não são sequer suscetíveis de serem discutidas.

A primeira que aliás conhece também por nos anos em que cá esteve enquanto vereador, já teve que o fazer, diz respeito à pensão que o Município assume desde 1989 de acidente de serviço do ex- Presidente de Câmara Eng.º Guilherme Santos e a outra diz respeito a um pintor dos nossos serviços do Urbanismo, que é o Agostinho Serralha, que desde setembro, por comunicação da CGA, passa a ser também suportada pelo Município de Pombal. O que significa que, isto por força da aposentação deste funcionário, o que significa que temos que integrar enquanto provisão orçamental a verba de € 40.000,00 para corresponder a estes valores de pensão, se quiser depois consultar e conhecer a composição destes € 40.000,00, Senhores Vereadores toda a documentação de todos os encargos Municipais está absolutamente à vossa disposição, façam favor de pedir, acedam a tudo isso.

Outra questão que suscitou relativamente ao Jardim de Infância das Meirinhas – 1.º CEB, sob o ponto de vista do próprio conceito de Centro Escolar, ele obrigatoriamente agrega o Jardim Infantil e o 1º Ciclo, portanto esta matéria tem que ser tratada desta maneira. Porquê está este orçamento feito desta forma, sendo que, se repararem cotações zero para 2014? Porque apesar de já estar praticamente estabelecido, o formato da intervenção Municipal no caso das Meirinhas, se se recordam aqueles que não só eram membros da Câmara, mas aqueles que acompanharam a comunicação social, houve durante algum tempo uma discussão sobre o potencial aproveitamento das instalações que hoje estão arrendadas pelo Município, onde funciona o pré-escolar das Meirinhas ao Lar da Felicidade para que aquele espaço pudesse ser utilizado para 1º Ciclo e continuar a albergar o pré-escolar. Não é possível ao Município, antes de discutirmos a compatibilidade do espaço, a capacidade de ampliação, as acessibilidades, a adequação, contar com financiamento comunitário, para fazer aquisição de edifícios para fazer escolas. O que significa, que me pareceu absolutamente dispensável, estarmos a retomar a discussão sobre se custa x, se deve avaliar, e parece-me que a partir do momento em que nós deixamos de poder contar, com vamos admitir, à luz da contratação comunitária atual 80 a 85 %, das verbas que nos levam a adequação do espaço ou à sua construção, parece-me que é uma discussão absolutamente dispensada, estarmos aqui a discutir se vamos ou não vamos comprar, porque a solução não será seguramente a aquisição. O que nos remete para outro campo, que é o de articularmos com a freguesia, com a associação de pais e encarregados de educação das escolas das Meirinhas, para arranjar uma solução adequada e é nesta fase que nós estamos, sendo certo que muitas destas discussões, destas diligências não nos limitam, o facto de não terem previsão orçamental, não nos limitam, o que significa que nós podemos fazê-lo à vontade, iniciar discussão do terreno, poder reforçar até as verbas das aquisições dos terrenos para o poder fazer, lançar até o projeto (se for feito através dos meios da Câmara) para o podermos promover e portanto sob o ponto de vista da opção não há grande discussão; o Pré-escolar tem que coabitar com o 1º Ciclo, será dimensionado no formato adequado para as expectativas demográficas que existem e as previsões futuras, de maneira a que nos próximos 40 anos não seja preciso fazer outros edifícios para corresponder àquela população.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Segundo ponto, sobre a questão do CimuSicó e da referência que aqui foi feita, eu concordo absolutamente consigo relativamente à discussão sobre as questões museológicas (aliás reparem que nos aqui já começámos a introduzir algumas discussões) que se prendiam com a alteração dos horários de funcionamento, e é por essa razão também, que é inscrito um valor de zero euros em 2014 relativamente ao Centro Interpretativo Mota Pinto. O que eu entendo é que ainda não está suficientemente amadurecido o programa do seu funcionamento; ainda não está completamente definido, para além daquilo que seja o espólio da família, o que é que vai integrar o Centro, como é que ele vai ser financiado (não é na sua construção, é no seu funcionamento) e quais são as parcerias estratégicas que nós temos que ter para que aquele Centro tenha o objetivo que nós lhe vamos dar. E eu também não queria lançar sem termos estas ideias mais amadurecidas, e portanto não colocando em causa a importância, a riqueza e o alcance que possa ter, acho que tudo isto pode ficar prejudicado se nós não fizermos uma reflexão atempada, madura com as parcerias. Porque se os senhores disserem assim: o senhor acha bem que tendo aqui um edifício tenha aqui dois eventos por ano? Eu responder-lhe-ia: eu acho mal. Acha que seria justo e oportuno que com a Universidade de Coimbra onde o Professor Mota Pinto foi regente de cadeira, tivéssemos condições, ou com a Biblioteca da Universidade, ou com a Faculdade de Direito, para termos aqui a apresentação de livros, a apresentação de trabalhos, a celebração de acordos, o envolvimento de professores, e de departamentos da faculdade que quisessem aqui fazer a apresentação dos seus trabalhos? Essa matéria eu acho muito mais importante do que a mera construção, porque essa é a vida, essa é alma, esse é o espírito, é essa que vai fazer a tal motivação dos cidadãos que digam que esta matéria é importante. Seria engraçado termos dois em dois anos, de três em três anos um congresso sobre as matérias civilísticas do direito civil, ligados a este centro, promover com o auxílio do Município, envolvendo a Ordem dos Advogados, mas também envolvendo as universidades? Esta é que é o tal amadurecimento, que eu acho que deve ser feito, para termos aqui um programa que nos permita ver mais longe. Por exemplo matéria que no CimuSicó, tem outro nível de amadurecimento, porque foi feita uma candidatura ao programa Life, onde se perspectivou como é que vai funcionar, com que meios humanos, que atividades é que vai privilegiar na sua atividade, nós temos agora uma reunião marcada com a Agência de Ciência Viva, pese embora uma primeira abordagem em que os Centros de Ciência Viva entenderam que não seria oportuna a integração deste projecto nos Centros de Ciência Viva. Mas nós mesmo assim, estamos a trabalhar com a Agência de Ciência Viva, para procurarmos perceber de que maneira é que podemos adequar o nosso projeto às intenções, porque o distrito de Leiria é o único distrito de Portugal, que não tem um Centro de Ciência Viva, e nós achamos que a Ciência Viva poderia ser em Pombal, poderia ser à volta do CimuSicó, porque tem, quer sob o seu ponto de vista territorial, uma amplitude regional, quer sob o ponto de vista científico, uma importância relativamente estudada, reparem que este centro, tem desde contributos arqueológicos, trabalhos científicos feitos por Thierry Henry e por Helena Moura. Tem componentes sob o ponto de vista da exploração da serra, da Associação Portuguesa de Espeleologia, de escalada, do grupo GPS e participaram na própria definição do projecto, tem sob o ponto de vista do desenvolvimento regional o envolvimento das Terras de Sicó, que já subscreveu a necessidade de avançarmos para o Geoparque da Sicó, e portanto temos ali um forte contributo, tem uma componente sob o ponto de vista hoteleiro, tem uma componente sob o ponto de vista da própria opção arquitectónica que foi tomada e as características construtivas que foram assumidas, em que a Associação Portuguesa de Turismo Sustentável participou. Tem uma participação fortíssima e rara do ICNB, relativamente a adequação daquele projecto naquele território, que é rede natura, que é espaço



MUNICÍPIO DE POMBAL

de reserva ecológica nacional, que está preparado para receber aquele projecto. E que nós entendemos que há aqui um conjunto de prediados muitos especiais, únicos, raros, valiosos que podem potenciar aquele espaço com este alcance, alcance que é um alcance de assumir de facto ali um centro que não é apenas de Pombal, que eu julgo até que não será apenas da Sicó, será de alcance Regional, e este sim creio também já resulta esta percepção dos vários trabalhos que foram desenvolvidos e que permitiram amadurecer, como funciona, o que é que vai ter, como é que será renovado, que tipo de serviços prestará, que públicos servirá e tudo isso aparece doutra maneira, e portanto isso não tenha dúvida nenhuma. Fica nos Poios depois da Associação, a caminho da Senhora da Estrela do lado direito, numa ferida na paisagem, que foi feito para fazer um pólo desportivo há muitos anos.

Sobre as questões que me colocou, sobre a Guarda do Norte, a Dra. Ana já respondeu e sobre a Casa Varela deixem-me dizer-vos o seguinte, e sobre aquela resposta que o Dr. António Pires falou, sobre as questões da Casa da Juventude: nós fizemos aqui uma discussão interna sobre a capacidade de potenciarmos o uso do Centro de Transportes (foi um espaço que nunca foi verdadeiramente bem utilizado, pese embora agregar um conjunto de serviços, eu acho que nunca teve uma utilização, que aquela dimensão de espaço e a congregação de utentes, de passageiros que por ali passam, poderia ter outro tipo de utilização) e fizemos esta discussão que eu gostava, posso-vos dizer e vou fazê-lo no agendamento do próximo Conselho Municipal da Juventude, de ouvir as várias organizações a debaterem este assunto. Que funções, que objectivos, que públicos, que características, que localização? Tudo isto é uma matéria que importa, para também percebermos esta sensibilidade, porque eles estarão naturalmente muito mais à vontade para nos poderem dar estas suas sugestões, para que a solução encontrada, corresponda da melhor forma possível às expectativas de toda a população.

Sobre a questão da Dra. Marlene, sobre os Museus em Almagreira é evidente que, a opção primeira será adequar o edifício do 1º CEB para, alias já é parcialmente utilizado para aquele fim, para este objetivo, mas também aqui, me parece que também é importante auxiliar os promotores com o projeto museológico, os equipamentos, a imagem, a divulgação, a catalogação e o inventário de todo aquele espólio, para podermos abrir e termos ali uma referência, porque nós olhamos para outras propostas, aqui à nossa volta, noutros concelhos, e percebemos que às vezes à intenção é boa, o espólio é bom, mas o resultado não é assim tão bom. Portanto está nas nossas mãos definir como é que o queremos fazer, se queremos repetir aquilo que já percebemos que não é bem-sucedido ou se pelo contrário, temos aqui outro tipo de expectativas. Ter presente que isto não pode ser, gastar desmesuradamente, ter presente também que a capacidade de ir cativando novos públicos, também não é imediata, é uma matéria que tem uma curva ascendente, com alguma dificuldade. Seja como for, perceber que temos ali um projecto que também deve ser bem amadurecido, até porque repare: é perfeitamente normal que quem tem o espólio, quem fez este trabalho durante estes anos todos, que estas componentes não estejam propriamente ou numa primeira fase, na sua preocupação, elas têm que ser vistas por outro tipo de entidades, que deve contar e eu até reconheço que nos só parcialmente é que teremos condições para o fazer dentro de casa, temos que recorrer fora de casa para fazer as coisas, com outras características, porque eu acho que é esta inovação, que nos vai permitir captar outros públicos e alcançar aquilo que é o grande objectivo, que não é apenas mostrar, é ir melhorando a ter uma política de aquisições associadas. Reparem: nós todos fazemos parte de gerações e portanto é um bocado indistinto, de que nós íamos ao Museu dos Coches, e já lá não voltávamos. E porquê? Porque era igual. Já tínhamos visto uma vez, e não voltávamos lá. Seja como for e vejam, e isso tem a ver com o público, é o público português. Isso permitiu que se decidisse abrir a outros públicos,



MUNICÍPIO DE POMBAL

porque apesar de tudo era o museu mais procurado em Portugal. Acho que temos de ter esta percepção e entrar por este campo mais imaterial, que deixem-me dizer-vos que vai ser uma das áreas que estratégia 20/20, portanto no próximo quadro comunitário, será matéria mais apreciada, ou seja, já não estamos a falar aqui de construir, estamos aqui a falar das tais componentes imateriais, que serão francamente relevantes.

Sobre a preocupação, também que a Dra. Marlene apresentou sobre as questões e as dimensões financeiras para a recuperação de habitações degradadas de municípios altamente carenciados. Nunca houve nem vai haver, a não ser que nós estejamos numa situação financeira catastrófica, nenhuma circunstância, que mereça intervenção em tempo, que não possa da nossa parte ser correspondida. Portanto, nós temos aqui valores de indicação, eu ontem estive num acidente tristíssimo que aconteceu nos Ramalhais onde um homem com quase sessenta anos, paraplégico, caiu da sua cadeira para cima da lareira e morreu queimado. Estive lá com a irmã, uma hora talvez depois do acidente, depois dos bombeiros me informarem, com a Dra. Catarina, com a Dra. Conceição Vicente, e vamos ajudar a família já, para se fazer este auxílio que é um auxílio absolutamente inesperado, que resultou numa situação absolutamente dramática e que nós vamos ter que responder. Portanto queria tranquilizar a Câmara sobre este assunto, em nenhuma circunstância, havendo necessidade de fazer intervenção social, as coisas deixaram de ser feitas. É evidente que nós temos as regras, a Câmara aprovou, porque não têm sido questionadas e que podem nalguns critérios restringir, mas a Dra. Catarina, acabou de fazer aquela referência, ao plano de emergência, precisamente para nós, apesar disto tudo, termos mecanismos mais ágeis, para podermos responder às matérias que sejam urgentes.

Partilhar convosco também, na sequência das preocupações que aqui apresentaram, as alterações a que o Orçamento de Estado para 2014 obriga, relativamente a despesa corrente, só para a caixa geral de aposentações, por força do aumento das dotações percentuais que estamos obrigados; significa um aumento de duzentos e cinquenta mil euros, correspondente a cinquenta por cento das obrigações que hoje temos. O que de facto manifesta bem este crescimento entre a despesa corrente, sendo certo que também é verdade que o nível de execução da despesa corrente, tende a ser um nível muito próximo de cem, o que significa que a adequação de planeamento que é feita é muito cuidadosa, e que normalmente é muito precisa, nos termos em que ele é planeado. De toda a forma, eu também peço aos Senhores Vereadores todos que, nas matérias que identificam, onde seja necessário proceder a uma avaliação crítica, sobre as metodologias de aquisição, o controlo da despesa, em qualquer matéria que nós tenhamos, estejam à vontade para o fazer. Nós fazemo-lo atualmente, sob o ponto de vista interno, eu pedi à equipa de planeamento estratégico e auditoria, coordenada pelo Dr. António Pires, que passasse a pente fino, toda a metodologia aquisitiva que o sector de aprovisionamento faz nesta casa. Na lógica absolutamente pedagógica, para auxiliar com componentes técnicas ou jurídicas os procedimentos, para aligeirar da melhor forma possível os mesmos, mas com controlo, o que significa que isto vai já ter implicações no controlo de stocks em armazéns, que nós temos de preparar bem, porque quando encerrarmos as nossas oficinas, vamos ter de transportar tudo lá para cima para o Parque Industrial Manuel da Mota e portanto temos de ter isto feito de outra maneira, para se perceber que há um conjunto de requisições diárias de produtos que às vezes não estão planeados, o seu consumo ao longo do ano, tem que ser feito com tempo, para que isso seja tudo suprido através de fornecimento contínuo e não de pedidos sucessivos de material que entopem os serviços, atrasa o fornecimento e perde-se capacidade de execução.

Portanto tudo isto, mas num processo normal, numa organização que vai ficando todos os dias mais amadurecida tem condições para ir desenvolvendo, mas todas as matérias e posso dizer-vos



MUNICÍPIO DE POMBAL

também, que há outras matérias que nós também vamos reapreciar numa lógica pedagógica. Portanto não se trata aqui de termos uma qualquer suspeita de alguma coisa, achamos é que às vezes, voltando a olhar para os procedimentos, podemos introduzir muitos procedimentos corretivos e até se calhar aquela alguma dificuldade perceptiva da própria lei, os próprios dos desenvolvimentos que outra produção legislativa possa ter dado ou até decisões e conhecimentos de práticas noutros Municípios que possam facilitar em matérias que são muito consumidoras de recursos.

Os pagamentos de iluminação pública, que nos consomem um milhão e meio de euros por ano, os pagamentos que têm a ver com os transportes escolares, os pagamentos das refeições, vamos olhar com tudo isto que estamos a falar que valores, que juntos, estarão muito acima dos três milhões de euros, estamos a falar de valores entre os três milhões e os três milhões e meio de despesa anual, o que significa que a despesa corrente é uma despesa importante para o nosso orçamento.

Queria antes disso, dar-vos também a seguinte informação, eu tenho aqui o resumo das execuções das Grandes Opções do Plano a trinta de Novembro, portanto há vinte dias que nos permitia hoje assumir que dos cinquenta e oito milhões de euros, que totalizavam as Grandes Opções do Plano para 2013, já tínhamos executado trinta e quatro milhões, o que significava já, cinquenta e nove por cento de execução. Se tivermos a noção, de que fizemos pagamentos no montante de um milhão e oitocentos mil euros, no período que estamos a avaliar e que ainda ontem recebi um auto da ETAR de Pombal de um milhão de euros, que já mandámos pagar, mostra bem o peso que, por exemplo, estas iniciativas ainda terão para aumentar a nossa taxa de execução. O que eu estou convencido que se situará entre os sessenta e três e os sessenta e cinco por cento a trinta e um de Dezembro deste ano.

Termino dizendo-vos também o seguinte (antes de passarmos à nossa votação) que pese embora estas observações que foram feitas, parece que temos aqui um plano, que na generalidade encontra uma convergência política entre os Senhores Vereadores, que tem correções e acertos que são de opinião diversa, que nas que nas prioridades estamos de acordo, que temos aqui um orçamento que sob ponto de vista dos saneamentos estamos três pontos percentuais acima dos valores da rede viária, com importantes investimentos na rede viária e que genericamente são subscritas na maioria das propostas, o que significa que, sem prejuízo das opiniões diversas, encontramos aqui uma grande convergência.

Concluindo eu digo que, o Município tem uma casa enxuta, sob o ponto de vista da forma com que nas despesas correntes exerce a sua atividade, que apresenta um plano de vida, de entusiasmo, de esperança, com vontades precisas, com muito ânimo, com uma correspondência àquilo que foram as propostas eleitorais que apresentámos e que suscita uma enorme expectativa e é isso que me parece acima de tudo, congregará a vontade dos Senhores Vereadores."

A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Dr. António Pires, Dr. Fernando Parreira, Eng. Pedro Murtinho, Dr.a Ana Gonçalves e Dr.a Catarina Silva e com três abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Adelino Mendes, Dr.a Marlene Matias e Eng. Jorge Claro, aprovar o orçamento para o ano de 2014.

Mais deliberou, por unanimidade, submeter os documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, com o pedido de deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução."

O Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Eu quero iniciar esta curta intervenção, dando-vos nota que foi cumprido o que está estabelecido sob o ponto de vista da obrigação do executivo ouvir, previamente, nesta discussão, o Conselho Municipal de Juventude, de modo a que os Senhores membros da Assembleia Municipal conheçam a posição que este tomou, a informação que posso partilhar convosco é que, após a apreciação do documento, o Conselho aprovou o mesmo com cinco abstenções no conjunto dos membros do Conselho que, se a memória não me falha, são vinte dois ou vinte e três, estando presentes doze ou treze elementos, havia quórum para deliberar, naturalmente.

Quero começar esta intervenção adiantando-vos que o valor do nosso orçamento é um valor que, à semelhança do que aconteceu no ano de 2012 para o orçamento que agora concluímos em 2013, é um orçamento que sofrerá um incremento do seu valor, em função de três situações que, em concreto, o vão condicionar.

A primeira, a pendência de várias candidaturas que estão bem encaminhadas em função das informações dadas pelo PO Regional e que, à partida, poderão assegurar ao nosso Município um reforço de meios de investimento de cerca de quatro milhões de euros, em função dessa mesma pendência. Refiro-me às decisões que se encontram por tomar, relativamente ao Centro Escolar de Almagreira, ao Centro de Saúde de Pombal e ao Centro de Saúde da Guia, sendo que, entre a data da aprovação na Reunião de Câmara e hoje, recebemos já as confirmações das aprovações das intervenções no Parque Industrial do Lourical, no Parque Industrial Manuel da Mota e na Zona Industrial da Formiga. A estas juntamos as que já tínhamos conhecido, o Centro Escolar da Mata Mourisca, ficando a faltar então estas três, uma da educação e duas da saúde.

Significa que, para além deste reforço resultante da aprovação destas candidaturas, que nós achamos razoável e que vai permitir que a proporção de financiamento assegurado pelo MaisCentro, seja integrada no nosso orçamento, e por consequência ampliada a capacidade de execução, que algumas rubricas que temos inscritas sejam reforçadas nos valores que estão inscritos.

Aliás, esta foi exatamente a mesma metodologia que há um ano atrás utilizámos, precisamente porque isso viabiliza a capacidade do Município executar já determinadas obras e formalizar determinadas candidaturas que, como sabem, desde metade deste programa operacional do QREN, que é pedido aos beneficiários que apresentem vários elevados estados de maturidade às obras que são candidatas, pelo que temos que ter normalmente intenção de adjudicação quando formalizarmos as candidaturas. Para ter essa intenção de adjudicação significa que tivemos que garantir a dotação orçamental, que viabilizava esse mesmo investimento, essa mesma construção no caso em que se trate de construções.

Para além disso, como sabem, só amanhã é que terminaremos o nosso ano financeiro, o que significa que os saldos que estão em trânsito, só depois de serem definitivamente apurados, é que serão incorporados no nosso orçamento.

Temos também circunstâncias em que, pese embora as candidaturas estejam aprovadas, estamos ainda a aguardar alguns milhões de euros e, posso sublinhar que só três milhões de euros dizem respeito à ETAR de Pombal, em que o seu processamento e o seu pagamento estão condicionados, pela emissão do reconhecimento de interesse público, da intervenção que estamos a operar e que está apenas a aguardar a assinatura do Secretário de Estado do Ambiente, que não está em funções, momentaneamente, e esperamos, na próxima segunda-feira, ter algum desenvolvimento sobre este assunto.

Queria sublinhar, portanto, passando já para as Grandes Opções do Plano, que o nosso projeto para 2014 encerra, de facto, duas grandes obras no campo da saúde, o Centro de Saúde de Pombal e o Centro de Saúde da Guia; que, na educação, não só a continuação dos investimentos



MUNICÍPIO DE POMBAL

da Mata Mourisca e de Almagreira, mas também o desenvolvimento dos projetos referentes a Vermoil e a Pombal.

Com isto, quero dizer-vos que, considerando o último aviso que esteve aberto e a que o nosso Município apresentou duas candidaturas nos passados meses de agosto e setembro, significa que até ao final do quadro comunitário de apoio não haverá, portanto teremos que aguardar para o próximo mais avisos de concurso para financiamento de novas obras no campo educativo.

No âmbito das rodovias e reclassificação urbana, será o ano em que procuraremos lançar a empreitada de construção da rotunda norte de Pombal, na rotunda da Shell, como costuma ser designada.

Lançamos também, aproveitando um concurso que esperamos que seja aberto até à primavera, no âmbito da mobilidade do PO Regional, que garanta uma intervenção de qualificação da E.N. 109, entre a rotunda de acesso à Zona Industrial da Guia e a escola, o Colégio da Guia, numa extensão de cerca de mil e seiscentos a mil e setecentos metros lineares, ao longo da estrada nacional, e cujas negociações, com as Estradas de Portugal estão muito avançadas.

O mesmo acontece relativamente ao acesso à Zona Industrial das Meirinhas e também relativamente ao processo que se prende com o reconhecimento do interesse público da variante do Louriçal, que também está a aguardar apreciação por parte da Secretária de Estado.

A estes juntamos, como grandes projetos no campo rodoviário, o projeto da variante da Guia que fará a ligação entre a rotunda das Estrada Nacional 109 de acesso à Zona Industrial e a rotunda de acesso à A17.

Vamos apresentar a candidatura da construção do CimuSicó ao Overbooking. Antes disso, é provável que seja aberta uma candidatura no âmbito do programa de valorização ambiental, no âmbito do PO Regional, e, portanto, esta será a nossa intenção, sendo certo que temos que garantir a dotação integral deste investimento para podermos lançar esta obra. Daí encontrarem essa dotação inscrita no nosso orçamento.

Desenvolveremos os projetos das Zonas Industriais de Pombal, intervenção que já está adjudicada e com o contrato de financiamento aprovado, na Zona Industrial da Formiga, no Parque Industrial Manuel da Mota e na criação das infra-estruturas do Parque Industrial do Louriçal.

No campo do saneamento, está previsto o início dos trabalhos do emissário Louriçal – Carnide ou Carnide – Louriçal, que viabilizará todo o escoamento de uma série de redes que estão já construídas, nomeadamente nas freguesias da Ilha e da Mata Mourisca, e que escoam para esta bacia da ribeira de Carnide e do Pranto, afluentes do Mondego como sabem. Além disso, temos a conclusão das obras nas Boldrarias, que ainda têm uma inscrição orçamental de um milhão de euros, temos os investimentos que continuarão no campo da construção da estação de tratamento de águas residuais de Pombal que, como sabem, é a maior obra pública que está a ser construída no nosso Concelho.

No campo da Ação Social, estão previstas e em fase de adjudicação a sede da Associação de Pensionistas Reformados e Aposentados de Pombal, com a construção do centro de dia, e também da Casa Abrigo, na sequência da parceria desenvolvida com a APEPI.

Será um ano em que, relativamente ao abastecimento de água, se concluirá e entrará em funcionamento o sistema de abastecimento através da Mata do Urso, seja através da estação de tratamentos de águas, seja através do funcionamento de todos os reservatórios, mas também da entrada em funcionamento do sistema de telegestão.

Na Regeneração Urbana, teremos intervenções não só na cidade de Pombal, nos Governos e nos Vinagres, mas também o início da construção dos investimentos na zona da Redinha; na Avenida



MUNICÍPIO DE POMBAL

e na Rua da Igreja, no Carriço; assim como a intervenção de qualificação do acesso em Albergaria dos Doze, entre a passagem inferior da linha do Norte e a zona do cemitério.

Queria salientar também que, em relação às zonas verdes, estão em bom estado de negociação os termos para aquisição dos terrenos a sul da cidade de Pombal, de modo a que possamos, por via não judicial, proceder à aquisição daqueles terrenos, sendo certo que sabemos os valores que podemos suportar e que seremos também exigentes nos valores que nos sejam apresentados e naqueles que estamos dispostos a suportar em nome do interesse daquele investimento.

No campo do Plano de Atividades Municipal, eu queria sublinhar aquela que me parece ser uma matéria que, podendo não ter no imediato os efeitos políticos que, se calhar, seriam mais apreciáveis sob o ponto de vista eleitoral - mas também nunca foram esses que me motivaram - que vamos lançar e começar a construir, para implementar no próximo ano lectivo, o Plano de Combate ao Absentismo e Insucesso Escolar, numa estratégia que queremos fazer com todos os Agrupamentos de Escolas, de forma a reforçar os meios que estão ao alcance da comunidade escolar, dos professores e das famílias, de modo a podermos diminuir estes flagelos, utilizando sistemas que estão testados, que são muito exigentes e que têm apresentado muito bons resultados, nomeadamente na parceria que procuramos estabelecer com a Associação Empresários para a Inclusão Social.

Eu convido-vos a todos a visitar o site www.epis.pt, para conhecerem o trabalho que foi desenvolvido, os resultados que foram atingidos, as parcerias que estão construídas e as potencialidades que a solução pode ter para o nosso Concelho e em concreto para as famílias mais desprotegidas e para os alunos que apresentam maiores dificuldades. Para além disso, temos a intenção de integrar a Rede Nacional das Autarquias Familiarmente Responsáveis, dedicando aqui especial atenção às condições que estão ao alcance da nossa Autarquia, para poder corresponder às exigências que esta rede de Autarquias e Associações estabelece e que também define como Autarquias Familiarmente Responsáveis. Não será alheio a este projecto, o empenho absoluto do Município no projeto Rosa dos Ventos, desenvolvido numa parceria com a APEPI e que, no âmbito do Contrato Local Desenvolvimento Social Mais, está aprovado.

Pese embora não estarem no plano de actividades municipais, queria também aproveitar esta ocasião para, junto de todos os membros da Assembleia Municipal, vos transmitir aquilo que foi um conjunto de propostas que tive ocasião de apresentar em nome do Município, no jantar de Natal da nossa Câmara e de todos os colaboradores, fez sexta-feira oito dias. Apresentou-se um conjunto de ideias, de alcance social, para os nossos funcionários, como por exemplo a concessão de um enxoval para os recém-nascidos, para os apoiar no nascimento dos seus filhos; de um dia de folga aos funcionários que acompanham os seus filhos quando ingressam na primeira classe do primeiro ciclo; da tarde aos funcionários do Município que tenham filhos até aos quinze anos e que, nesse dia, celebrem os seus aniversários; de livros escolares aos filhos dos funcionários que se notabilizam pelo seu rigor académico, integrando os quadros de mérito e os quadros de excelência nos respetivos estabelecimentos de ensino; de oportunidades de formação extra profissional junto dos nossos colaboradores; da oportunidade de frequentar aulas de natação aos sábados à tarde, gratuitamente, na Piscina Municipal; também do acesso ao ginásio que temos no Centro de Medicina Desportiva; e de café gratuito em todos os estabelecimentos municipais.

Acreditamos que estas medidas, que não têm expressão orçamental significativamente relevante, constituem uma prova do entusiasmo e do apoio que queremos que todos os colaboradores da Câmara tenham por parte do Executivo e, com isto, também combater as situações que o nosso País tem tido nos últimos anos e para as quais o Município de Pombal, não será seguramente um



MUNICÍPIO DE POMBAL

contribuinte. Porque os resultados que há pouco o Deputado Pedro Pimpão aqui referiu, relativamente às prestações que anualmente o Concelho de Pombal e o seu Município têm recebido por força da sua atuação, mostram bem que quem atua desta forma, quem tem este reconhecimento fora das nossas portas, quem consegue manter bons níveis de prestação, deve ter também, da parte do Executivo e de todo o Município, uma respetiva compensação. Sendo este o início de um conjunto de preocupações que gostávamos de, no futuro, ver reforçadas, mas abrindo aqui uma nova forma de incentivo e de motivação aos nossos funcionários que já conhecíamos e que agora vemos ampliados, porque as preocupações que se tinham, as festas de natal, a concessão do cabaz de natal e outras organizações mostravam já essa preocupação que tínhamos.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, fico agora à vossa disposição para qualquer questão que queiram apresentar no âmbito desta discussão.”

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito:

Henrique Falcão, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Da análise que pude fazer, tentei ser o mais ambicioso possível. Queria felicitar a Câmara pelas ideias que tem, pelos projetos que está a querer implementar e estou de acordo com todos eles. Agora queria apenas chamar atenção para um pormenor ou outro que me parecem bastante importantes.

Relativamente àquilo que nos aparece como requalificação urbana de Flandes - que eu peço licença aqui para chamar de tratamento da quinta do Alfredo Monteiro, que foi assim que a conheci há muitos anos atrás - eu não simpatizo nada com a palavra expropriação e penso que há formas muito mais simpáticas de atingir os objetivos. Tenho a certeza absoluta que todo este executivo, há uma coisa que tem, que é a simpatia e que vai conseguir por esse caminho resolver esse problema, assim espero.

Relativamente ao prédio da família Varela, vejo neste orçamento uma verba em curso de 150 mil euros e mais 100 mil euros, em 2015. Eu penso que, devido às intervenções que houve anteriormente, já fiquei esclarecido numa parte, mas não totalmente. Parece-me haver dois projectos, um para a cobertura e arranjos exteriores e um segundo para a definição interior. Pergunto se não seria possível no mesmo projeto fazer tudo, se não seria economicamente mais viável. Penso que, se calhar, a melhor solução será esta, mas gostava de ouvir a vossa opinião. Questionava também o seguinte: o valor que se gastou com a aquisição do prédio já está incluído nestes 150 mil ou já era anterior?

Depois, tenho dois assuntos, relativamente à questão do Turismo. Li em pormenor a intervenção da Senhora Vereadora Ana Gonçalves e sei que tem a melhor das intenções para desenvolver o turismo no Concelho de Pombal, lutar pelo Osso da Baleia, pela Serra da Sicó e aí estamos em sintonia absoluta. Uma das coisas que me motiva e que eu gostava era de ver uma solução ideal para Pombal, para esses dois casos. Talvez porque, ainda muito novo, tenha ido ao Osso da Baleia, no jipe da GNR, quando nem às Alhadas se chegava; e a Serra da Sicó conheci-a a pé e depois, mais tarde, de jipe.

Tive oportunidade, por me ter envolvido na vida política concelhia, de mostrar a Serra da Sicó e o Osso da Baleia ao Senhor Secretário de Estado do Turismo Dr. Adolfo Nunes, que se disponibilizou, numa tarde de sábado, para fazer uma pequena visita e trocarmos algumas impressões. Tive oportunidade de o levar à Aldeia do Vale, a Abiúl, percorrer parte da Serra da Sicó e depois, numa luta contra o tempo, ainda conseguimos assistir ao pôr-do-sol no Osso da Baleia. Quis mostrar-lhe tudo quanto de belo a Serra da Sicó tem, mas também tive que lhe



MUNICÍPIO DE POMBAL

mostrar tudo o que tem de horrível: quem chega a Pombal olha para a nossa serra e vê dois enormes buracos.

Eu costumo percorrer os caminhos pedonais à volta das pedreiras e assusta-me que cada vez que lá vou o buraco seja maior, porque as marcações estão feitas e, quinze dias depois, o risco já está mais ao lado. Depois, também moro numa zona que é privilegiada com o barulho do rebentamento e, portanto, apercebo-me que continuam. Eu penso que a sorte dos pombalenses é - não levem a mal a brincadeira - a construção civil estar parada, porque se o ritmo de exploração fosse aquilo que há uns anos atrás era, possivelmente já não tínhamos serra.

Em tempos lidei com a legislação sobre a exploração de barros, em que, para se explorar barros, havia a obrigatoriedade de repor, fazer plantações. A informação que obtive foi de que existe legislação também para as pedreiras, consta-me - peço desculpa se estiver errado - que ela não estará a ser aplicada. Mas realmente é assustador e não acredito que haja alguém neste Concelho ou neste País que, ao olhar para a Sicó, não se sinta assustado. Um projeto como o CimuSicó estar a ser implantado e haver aquela ferida, preocupa-me muito.

Relativamente ao Osso da Baleia, peço desculpa mas tenho que dizer isto, é o que sinto: eu vejo aqui no orçamento a requalificação do parque de estacionamento para 2015, com uma verba de 500 mil euros. Eu espero que a requalificação do parque de estacionamento não seja a colocação de mais sinais de trânsito porque acho francamente um exagero.”

Jorge Cordeiro, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Senhor Presidente da Câmara, nesta proposta de orçamento, o Senhor foi claro na explicação que deu e, de tal forma claro, que mesmo sendo o orçamento um documento eminentemente técnico, não deixámos de perceber claramente as intenções com que nos congratulamos especialmente. Em jogo, diria, estão cerca de 50 milhões de euros, mais 9 ou 10 milhões que serão, efetivamente, acrescidos, o que permite que seja um orçamento altamente equilibrado, com cerca de um terço para despesas correntes e dois terços para despesas de investimento. É também recorrente dizer-se - eu não sou um especialista - que as contas são algo fantástico e são, muitas vezes, muito simples.

Observamos aqui alguns aspetos e alguns objetivos que nos parecem importantes. Um deles tem a ver com um objetivo da Câmara, que diz que não recorrerá ao crédito em 2014. O crédito é um instrumento financeiro que existe, mas todos sabemos o que é que acontece quando se usa e abusa do crédito sem equilíbrio, portanto eu, que sou pessoalmente um conservador nestas matérias, é com particular destaque que assinalo este aspeto, mas também, e isso é importante que se diga, as verbas provenientes dos projetos de candidatura ao MaisCentro. Já foram aqui referidos aqueles que estão efetivamente aprovados e aqueles que estão na iminência de o serem e isso faz com que esta Câmara, para além dos galardões com que é recorrentemente agraciada, como disse o colega Deputado Pedro Pimpão, se arrisque a ser a segunda ou a primeira Câmara Municipal que, em toda a Região Centro, e falamos aqui num universo de cerca de 100 câmaras, mais aproveitamento faz dos fundos comunitários.

Falo, não porque todos sejamos detentores de lindos olhos, há lindos olhos nesta casa, mas porque esta Câmara, de facto e não é de agora, é do passado, tem uma política seguida e muito sustentada; há boa gestão; há capacidade de execução e há capacidade de pagamento, como disse o Senhor Presidente da Câmara. Portanto, antes das candidaturas serem feitas, tudo está efetivamente acautelado para que nada falhe.

Congratulamo-nos, também, que matérias como a educação; a saúde; a economia, através da requalificação das nossas zonas industriais; o saneamento, que é uma prioridade como foi dito; as acessibilidades; e obviamente o cruzamento da shell, que é, efetivamente, uma prioridade,



MUNICÍPIO DE POMBAL

para além de outras naturalmente espalhadas pelo nosso Concelho, sejam incorporadas neste orçamento para que sejam realizadas. Portanto, Senhor Presidente, esta bancada estará inteiramente ao vosso lado, na aprovação, obviamente, deste orçamento claramente sustentado.

Passaria para o Plano Plurianual, as Grandes Opções do Plano, para, enfim, o Plano de Atividades Municipais, para destacar aqui um aspeto que também nos parece importante e que tem a ver, entre outros que poderia destacar, com a Acção Social. Há claramente um reforço de verbas nesta matéria. Se o ano passado falávamos de 42 mil euros, falamos este ano de cerca de 130 mil euros. Nos serviços falamos de um aumento em mais de 100%, porque falávamos de 24 mil euros, o ano passado, e de 59 mil euros, este ano.

Isto é importante porque, sendo os recursos escassos - nós vivemos épocas de grandes dificuldades, cujos motivos já foram amplamente debatidos - é importante este sinal, bem como a dotação, por exemplo, de 10 mil euros para acudir a situações de comprovada emergência, bem como os 25 mil euros para as políticas ativas de emprego. Pessoalmente, considero esse talvez um dos maiores dramas dos nossos tempos. Há estatísticas que dizem que 45% dos desempregados atuais nunca mais terão emprego e é importante que a Câmara reforce, não só com verbas, mas também com políticas como as que estão definidas nestas opções, sobre a matéria do emprego.

Recupero algo que foi dito no período antes da ordem do dia, acontece porque este Executivo de facto é composto por pessoas com competências variadas, que são sensíveis e têm um papel fundamental ao trazer essas competências do exterior, das atividades que tinham antes de incorporarem o Executivo e, portanto, são fundamentais para que esta Câmara possa prosseguir estes objetivos, claramente bem delineados e de acordo com aquilo que foi prometido em campanha eleitoral. É bom que se diga isso também e o PAM espelha exatamente isso, portanto, Senhor Presidente, quer o Orçamento, quer as Grandes Opções do Plano, acolhem naturalmente, desta bancada, toda a aceitação.”

Bruno Loureiro, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Antes de mais, queria pedir um esforço acrescido na execução do Orçamento deste ano. Gostava que olhássemos para o ano 2012, por exemplo, como um modelo a não seguir. Felizmente, este ano já estamos a conseguir uma execução orçamental superior, acho que satisfatória, e peço que não limitemos o nosso trabalho por força da execução orçamental.

Falando sobre o PPI, o Plano Plurianual de Investimentos, gostaria de referir alguns pontos que acho de interesse. Através da designação, o Gabinete de Apoio ao Investidor, parece-me uma medida interessante, não esqueçamos que, para além do trabalho passivo de ajudar aqueles que desejem investir no nosso Concelho, é também muito importante o trabalho no terreno, de captação de investimento, como aquele que tem sido feito até recentemente, com os investidores sul americanos. Todos nós sabemos que a dinâmica industrial no Concelho é uma força motriz, vital e bastante reconhecida, mas que, na minha opinião, se tem encontrado um pouco adormecida nos últimos anos. Nunca é demais reforçar que é importante revitalizá-la.

Vejo também uma rubrica sobre a recuperação de edifícios escolares desativados. Acho que é uma ideia bastante interessante e que é uma aplicação muito boa dos fundos que temos disponíveis. Gostaria era de saber se há algum programa definido ou se a Câmara Municipal está um tanto ou quanto aberta, também, a iniciativas de grupos populares ou de instituições que possam apresentar projetos para este tipo de edifícios, visto que agora temos tantos no nosso Concelho, por força da necessidade óbvia de construção dos Centros Escolares.

Gostaria de falar também sobre o Parque Verde, que não apresenta nenhuma execução orçamental para 2014, apesar de ser um projeto recente, não podendo dizer que este processo vai



MUNICÍPIO DE POMBAL

começar a ser executado entretanto, porque o orçamento de 2015 ainda está longe. Gostaria de saber o porquê de ainda não haver nenhuma dotação orçamental para 2014, para este projeto. Também, no mesmo âmbito, o Parque de Campismo do Osso da Baleia, que é um projeto até mais antigo, que já remonta a 2003, e que tem apenas o grosso do seu investimento em 2015.

Através da minha leitura um pouco leve do PPI, não vi nada relacionado com a Unidade de Cuidados Continuados, sabendo nós que, por força de decisões do Governo, esse processo foi parado, gostaria de saber se já há algum feedback, se tem havido conversações com o Governo no sentido da continuação deste projecto.

Agora, referindo-me às atividades, há uma rubrica que diz respeito a cadastro florestal. Eu queria saber se tem alguma coisa a ver com aquele cadastro florestal que, aquando da discussão do Imposto Municipal sobre Imóveis, levantámos, que era a necessidade de termos cadastro dos terrenos florestais em todo o Concelho.

É de ressaltar também a boa atividade que será o incentivo à instalação de jovens em espaços comerciais. Eu gostaria de saber um pouco mais sobre este projeto, em que é que consiste ou se tem alguma informação que possa disponibilizar à posteriori. Instrumentos de apoio ao Empreendedorismo Jovem temos, além do Centro de Negócios, o Gabinete de Apoio ao Investidor, que penso serem medidas que irão culminar nesse sentido.

Para a Semana da Juventude vejo um orçamento que me parece um pouco reduzido, porque acho que é uma atividade que pode potenciar a visão dos jovens e o gosto dos jovens pelo Concelho e acho que seria importante dar-lhe um outro tipo de reforço. Penso também que teremos oportunidade de falar disto no Conselho Municipal da Juventude e espero que haja flexibilidade para trabalharmos sobre este Orçamento.”

Ofélia Moleiro, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pombal e Senhores Vereadores, analisei a proposta de Orçamento para 2014, bem como as GOP’s. Li as intervenções do Presidente da Câmara e de todos os Senhores Vereadores proferidas na Reunião Camarária, aquando da discussão e votação da proposta de Orçamento para 2014. Detive-me no sentido das votações, votos a favor da maioria e abstenção da oposição e, de facto, o resultado para além deste só poderia ser a unanimidade.

Os argumentos da oposição tiveram ênfase principal no facto dos seus Vereadores não se terem sentado à mesa da elaboração do Orçamento, queixa que aliás o Senhor Presidente acolheu, prometendo essa participação na elaboração do próximo Orçamento. Para além disso, as questões colocadas foram pedidos de esclarecimentos, cujas respostas foram no sentido de explicar que o que está a ser concretizado é, afinal, aquilo que reclamavam. O Orçamento reflete o programa eleitoral apresentado, pelo PSD, aos pombalenses e por eles sufragado, na economia, na educação, na juventude, no desporto, na saúde, no apoio social, no turismo, nas comunicações, nas acessibilidades para pessoas com deficiência e no ambiente e tudo num total, já aqui referido, de quase 50 milhões de euros, que poderão ser transformados em mais receita, com mais dotações nalgumas rubricas.

Congratulo-me com o anúncio, já aqui feito pelo Senhor Presidente, de novas aprovações de candidaturas; de relevar que, a concretizarem-se estas expetativas que tudo indica serem reais, a estrutura da despesa apresentar-se-á com grande equilíbrio e sustentabilidade financeira, com a despesa corrente, como já foi referido, a ser coberta por apenas um terço do Orçamento, sendo os restantes dois terços usados em despesa de capital.

Para além do grande volume das obras em curso, o nosso Município compromete-se a realizar obras estruturais, em 2014, já aqui referenciadas, descritas pelo Senhor Presidente. As obras



MUNICÍPIO DE POMBAL

rodoviárias são prementes para a segurança dos cidadãos, em locais onde já se perderam algumas vidas, ocorreram danos físicos e materiais ou se perde muito tempo em estrangulamentos de trânsito. É o caso da futura rotunda do Alto Cabaço, que eu gostaria aqui de relevar, porque, sendo da responsabilidade da Administração Central, foi a autarquia que lançou o projeto e foi a autarquia que captou o respetivo financiamento. Qualificação de estradas, como na Guia ou na Estrada Nacional 1, na zona das Meirinhas, são contributos indispensáveis para o desenvolvimento da economia das localidades e dos seus Parques Industriais. Avanços significativos no saneamento básico, quer na sua melhoria, quer no lançamento de projetos a localidades, ainda não servidas pela rede pública de saneamento, são necessidades que melhorarão o ambiente e nos aproximarão dos parâmetros europeus.

É com muito orgulho que pertença a um Município que consegue continuar a ser um dos melhores da Região Centro, sem recorrer ao crédito em 2014. Para já, é o primeiro ou segundo no ranking do aproveitamento de fundos comunitários, provavelmente com as aprovações que o Senhor Presidente anunciou hoje, já estaremos em primeiro lugar no ranking, espero que sim. É assim que o maior montante da estrutura da receita provém da participação comunitária, revelando uma forte eficácia na captação de fundos. Em tempos de crise, o Concelho de Pombal é um exemplo nacional de dinamismo, transparência e boa gestão. O legado do Presidente Narciso Mota é enorme e este Executivo saberá multiplicá-lo para todos os pombalenses.

Quanto ao Orçamento Participativo, de que já hoje tivemos notícia pela proposta do Conselho de Educação, é aquilo que esperamos para que a cidadania se faça em pleno neste Concelho.

Quero manifestar o meu total apoio a esta proposta de Orçamento. Obviamente votarei a favor, tanto o Orçamento como as GOP's. Que a imaginação, o empenho, a competência e o amor à causa pública vos guie, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, em 2014. São os meus sinceros votos. Tenho dito e desejo muito êxito para todos."

João Gante, que usou da palavra para dizer o seguinte:

"Naturalmente desejar a todos boas festas.

O assunto de que eu vou falar prende-se com o seguinte: da análise que pude fazer ao Orçamento e olhando mais em concreto para esta folha-resumo, que muito bem fizeram - já agora podiam é ter tido o cuidado de ordenar os algarismos que compõem os números de acordo com o que é prática habitual – temos, efetivamente e recorrentemente, uma grande disparidade entre o que é orçamentado e o que é realizado. Senão vejamos, em 2012, no que respeita ao investimento, nós tínhamos 50 milhões orçamentados e, realizados das contas, 15 milhões, mais concretamente 15,6 milhões de euros. Verificamos aqui uma diferença muito, muito grande. Todos nós sabemos que um orçamento é um orçamento e o realizado é o realizado, mas isto decorre naturalmente e tem implicações no conjunto das outras rubricas, porque, se olharmos para os valores totais das receitas ou das despesas, verificamos que, por exemplo, nas receitas, tínhamos 71,9 milhões de euros orçamentados e, realizado, 41 milhões. Há uma grande diferença. Nós podíamos aqui quantificar isto em termos absolutos e em termos relativos, mas não valerá a pena.

Depois, se olharmos para a ata e para as intervenções que foram feitas, verificamos que, em termos dos fundos comunitários deste mesmo ano de 2012, temos uma expectativa de 34 milhões de euros e arrecadamos 7,4 milhões de euros: estamos outra vez perante uma diferença considerável. Isto leva, necessariamente, a adiar investimentos, como é sabido e penso que todos concordarão, quer seja os da bancada do PS, do PSD ou outros. O que seria desejável era termos aqui uma aproximação muito maior entre o que é orçamentado e o que é realizado e, nos fundos comunitários, procurar chegar mais perto. Eu sei, todos nós sabemos, que a expectativa é uma, a



MUNICÍPIO DE POMBAL

realidade é outra, está muito distante, há uma diferença muito grande entre o que é expetável e o que é alcançável.

Daquilo que deu para ver, e olhando para esta folha de síntese que ajuda o processo, o Orçamento para 2014 tem menos 16 milhões de euros face ao do ano anterior. O corte no investimento foi de 17 milhões, superior à diminuição global do orçamento; as despesas de capital caem 18 milhões, face ao mesmo ano; em contrapartida, as despesas correntes aumentam 1 milhão, face ao mesmo período. As despesas de aquisição de bens e serviços aumentam cerca de 1 milhão face ao período homólogo. Por último, a receita de Impostos Municipais, tem um incremento, é um facto que não é grande, mas tem um incremento.

Depois, em jeito de síntese, para fechar este apontamento, diria o seguinte: a receita dos Impostos Municipais é a maior de sempre, há menos dinheiro para gastar, não há poupança nem racionalização de despesa ou, parece-me que de um modo geral, não há poupança na despesa. Olhando também para esta folha de síntese que temos aqui, os números e as rubricas que sofrem são claramente o investimento que, orçamentado em 2013, foi de 46 milhões de euros e, para 2014, é de 29 milhões de euros. Estamos aqui perante uma descida substancial. E isto é o Orçamento, porque depois o realizado será, porventura, diferente.

Gostava de passar aqui a outro apontamento, que tem a ver com a rotunda da Shell, que já foi aqui referida. Eu congratulo muito o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que, recordar-se-á, quando há dez anos atrás eu propus que fosse criada a rotunda da Shell. O Senhor Presidente disse que era interessante mas desejava mais, se eu bem me recordo, que o que seria desejável era uma passagem desnivelada. Isto foi um assunto que eu acabei por meter aqui, não era para falar dele, mas de certa forma não fui capaz de me conter e falo de uma forma construtiva.

O que eu na altura propus - e se forem ver as atas isso está escrito - foi que ali, em concreto, houvesse duas rotundas. Uma rotunda na E.N.1 e outra no antigo I.C.8. Se pensarmos um pouco nisto, podemos tomar como ponto de referência o que acontece na Gala: temos ali uma hipótese, porque nós não temos só problemas na E.N.1, nós temos problemas também em entrar no antigo I.C.8. Se ainda estivermos em tempo, eu deixo aqui esta sugestão, mais que isso, este desejo de que isso se venha a verificar. Mas nessa altura, só para recordar e sem me alongar muito, eu propunha muita mais que isso, propunha uma intervenção na Nacional 1, desde a zona do Aruncauto, do corte para Santiago, S. Simão de Litém e Albergaria, do corte para a Nacional 1.6, até, no mínimo, à zona da Moncalva.

Se nós pensarmos nos outros Concelhos, citaria aqui o exemplo de Cantanhede, que todos nós conhecemos e em que há duas faixas. O que é que aconteceu em Pombal? Pombal foi reduzindo, ali da zona da COPOMBAL até à Shell, que chegou a ter duas faixas em cada sentido. Hoje temos caixas de corte e um conjunto de outras coisas, que não ajudam a fluir o trânsito, temos um limite de 50km/h, que é outra coisa que me espanta numa Nacional, que era a primeira Estrada Nacional em Portugal.”

José Grilo, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Eu, depois de ouvir esta intervenção do senhor Deputado Gante, peço à Mesa autorização para dar a minha palavra ao Pedro Ferraz, reservando-me, se me permitissem, para intervir a seguir.”

Pedro Ferraz, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Antes de tudo quero agradecer ao Dr. Grilo a gentileza de me ter cedido a palavra. Eu não me quero alongar muito nesta intervenção porque já houve dois deputados da minha bancada que tecnicamente e politicamente analisaram, e muito bem, este Orçamento da Câmara, mas a última



MUNICÍPIO DE POMBAL

intervenção que eu ouvi, que vê de uma forma diferente o Orçamento, com a qual eu não estou de acordo, fez-me pedir para intervir neste ponto.

Para já quero elogiar o esforço de toda a Câmara que em dois meses, em tempo record, conseguiu, articulada com a Divisões de Finanças Municipais, fazer este trabalho muito detalhado do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos. É um trabalho que é de elogiar, porque eu faço orçamentação e sei o quanto isto custa.

Muito sucintamente, dado que certos aspetos já foram abordados, é um orçamento que visa a regra do equilíbrio orçamental em que tem um saldo de gerência zero. Já foi destacada uma das virtudes que é não haver qualquer contração de empréstimos ou dívidas de médio e longo prazo. A outra virtude que também queria destacar e que está prevista no ano 2014, é a amortização de 995 mil euros de dívida de médio e longo prazo, isto é, o endividamento líquido da autarquia a médio e longo prazo vai ser diminuído.

Portanto este orçamento, que muitas pessoas dizem que é curto e que gostariam que fosse mais elevado, permite continuar a ter as finanças da nossa Câmara devidamente saudáveis. É um orçamento que cumpre as escolhas políticas que foram sufragadas nas últimas eleições autárquicas, em 2013, nos campos da saúde, da educação, da ação social, das infra-estruturas, do desenvolvimento económico, do turismo e da cultura. É um orçamento que canaliza cerca de 40% das receitas correntes para despesas de capital, utilizando os números que estão apresentados de 49 milhões de euros, não incluindo os saldos de gerência e outros projetos que poderão vir a ser incorporados.

Tem também outra virtude, é um orçamento que na sua despesa total usa 59% para o investimento e 15% para despesas correntes para cumprir o Plano de Atividades Municipais, as despesas correntes necessárias para servir a população. Só cerca de 25% desse orçamento é que é para o funcionamento da própria Câmara, portanto estamos aqui a ver que cerca de 75% deste orçamento é para prestação de serviços às populações.

No que diz respeito às receitas, temos o FEF, é um dos principais contribuidores desta receita, temos também as vendas de bens e serviços e o aumento dos impostos muito ligeiro, tal como foi dito pelo Senhor João Gante e também já foi referido na última Assembleia Municipal, não tem a ver com o aumento do IMI, mas sim com a existência de mais pessoas a pagar IMI, porque a taxa na generalidade desceu, quem pagava vai pagar menos IMI, portanto que isto fique esclarecido.

A dívida a médio e longo prazo da Câmara, está previsto situar-se nos 8.109.148€ no final deste ano, e isto representa 16,5% da receita total da Câmara. Haverá muitos Municípios neste País que gostariam de ter este rácio e não o têm, portanto é mais uma coisa de salutar deste Executivo e de toda a gestão anterior do Engenheiro Narciso Mota.

Sendo assim, este orçamento permite cumprir as Grandes Opções do Plano, aquilo que está previsto para 2014, ao nível do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades Municipais, e eu na minha atividade profissional discordo em termos de abordagem e de gestão. Discordo neste sentido, o Plano Plurianual de Investimentos dá-nos uma visão estratégica daquilo que o Município espera, durante quatro anos, executar em termos de obras no Concelho. Claro que para o primeiro ano, que é o que estamos aprovar agora, 2014, e também os seguintes, há uma maior precisão de qual a obra que vai ser executada, não quer dizer que não se calendarize e não se elenquem todas as outras obras que o Município quer estar preparado para fazer no futuro.

Não quer dizer que se houver oportunidade de antecipar alguma obra que esteja inscrita em 2015 para 2014 ela não aconteça, tal como se houver alguma obra que tenha que passar de 2014 para 2015 ou 2016 também não aconteça. Seria ideal vivermos num mundo em que todas as previsões



MUNICÍPIO DE POMBAL

fossem certas. Eu nunca tive nenhuma lâmpada de Aladino e penso que as outras pessoas também não, mas o que é importante, é este Plano Plurianual de Investimentos verter tudo aquilo que a Câmara pensa para o seu mandato, nos próximos quatro anos. Este documento espelha bem todas as preocupações que a Câmara tem.

Sendo assim, e para concluir a minha intervenção, acho que este é um Orçamento que responde às necessidades dos pombalenses, vem de encontro àquilo que as pessoas esperavam, a nosso programa que foi sufragado em setembro de 2013, e, ainda assim, continua a deixar as finanças municipais saudáveis de forma que nos quatro, dez, quinze anos, continuemos a ter a capacidade de executar todos estes projetos e todas estas preocupações ao nível da educação, da saúde e também ao nível do desporto, cultura e ação social, que foi evidente em todas as nossas intervenções.

Desejo a todos um feliz ano novo.”

Presidente da Câmara, que usou da palavra para responder, da seguinte forma, às interpelações que lhe foram dirigidas:

“Sobre a preocupação manifestada pelo Senhor Deputado Henrique Falcão, relativamente à menor simpatia que teria pela palavra expropriação, há pouco, quando explicava os termos do desenvolvimento do projeto do Parque Verde da Cidade e a própria inscrição orçamental que está no plano, referi que está fortemente condicionada pelas condições de aquisição do terreno. O que foi proposto à família, aceite por comunicação que nos foi recentemente enviada, é de existir um entendimento quanto à composição de uma comissão que avaliará o valor do terreno. Portanto, a proposta lançada por mim foi que um avaliador designado pelo Município e um avaliador designado pela família cooptem por um terceiro avaliador, para que, em conjunto, a comissão faça uma avaliação e a apresente às partes. Portanto, esse será um ponto de partida para aquilo que deva ser uma avaliação justa e é este espírito que me leva a cumprir aquilo que é a disposição do próprio Código, relativamente ao esforço que deva fazer a entidade pública, que tem o poder de expropriar, após esgotar as vias negociais, de maneira a que possa apresentar uma proposta adequada àquilo que é o valor justo dos terrenos de que estamos a falar.

Relativamente à questão da Casa Varela, de facto, se não fosse o estado muito degradado da cobertura das instalações, o projeto seria um projeto único, até porque, reparem, sob o ponto vista da própria realização da despesa pública, se não houvesse uma razão forte para se fazer esta intervenção imediata, podíamos estar aqui perante um caso de divisão da despesa, que, como sabe, nos termos da lei é absolutamente ilegal. Não há aqui fracionamento de despesa, há aqui uma intervenção que a urgência das condições de segurança e preservação do imóvel reclamava e que foi feita. Foi arranjado o telhado, substituída a cobertura, já em obra, porque não tinha condições, e, agora, procederemos à execução do projeto com outras características. Será entretanto lançado o que diga respeito à questão do fechamento dos vãos e, por consequência, o tratamento das fachadas, os tais arranjos e pinturas exteriores.

Sobre a preocupação que manifestou relativamente ao Parque de Estacionamento, deixe-me dizer-lhe que precisamos mesmo de ultrapassar o problema do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, porque aqueles 500m até à zona da praia mar estão interditos, excepto nos casos que o Plano de Ordenamento viabilize e, portanto, temos de o ultrapassar.

Querida apenas reforçar os valores que o Jorge Cordeiro referiu relativamente às questões da Ação Social, dizendo que estes valores que foram referidos, à volta de 120 mil euros e outro de 50 mil euros, não são valores que digam respeito nem às refeições, nem às atividades extracurriculares, nem aos transportes, nem à ação social escolar. Este valor que eu referi, destas quatro componentes, é um valor superior a 1,5 milhões de euros do erário municipal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Deputado Bruno Loureiro fez aqui uma referência a vários projetos. Deixe-me dizer-lhe que, relativamente à recuperação dos edifícios escolares desativados, existem atualmente mais de 30 escolas que já estão a ser ocupadas pelas mais diversas coletividades e que essa é uma política que tem sido seguida, há muitos anos, e que funciona muito bem. Ainda hoje de manhã estive reunido com a Associação de Pousadas Vedras que, utilizando já uma das salas da escola, ainda não tem a cedência formalizada, digamos assim. Vamos ter que desenvolver esse projeto, mas posso-lhe adiantar que acabámos muito recentemente as obras na Cavadinha; vamos adjudicar as obras na Aldeia dos Redondos; estive, na semana passada, no Vale, com o Senhor Presidente da Junta, para vermos os termos da intervenção na Escola da Aldeia do Vale. Há pouco tempo, foram inauguradas as instalações em Valdeira, portanto, temos um conjunto de intervenções precisamente nessa área.

Quanto à Unidade de Cuidados Continuados Integrados, esta nunca será uma obra do Município, porque a entidade que tinha o acordo com o Estado Português era a Misericórdia de Pombal, portanto, a intervenção que o Município terá neste investimento será na comparticipação da obra, depois de o já ter feito relativamente à cedência do terreno e ao financiamento do projeto da arquitetura e de execução. Estamos dependentes, digamos assim, daquilo que seja a opção, a prioridade, as condições e garantias que a própria Santa Casa tenha para desenvolver este projeto de forma consequente.

Como sabe, houve várias instituições que fizeram as suas obras, assinaram os seus acórdãos e depois tiveram vários anos à espera que existisse dotação, por parte da Segurança Social, para que pudessem funcionar, em muitos casos, com encargos salariais já suportados por força dos compromissos que assumiram com vários funcionários e que se viram obrigados a ter que suportar, pese embora não pudessem ter as unidades a funcionar.

Esta medida inscrita no PAM, relativamente ao cadastro florestal, não tem só a ver com o IMI, porque todos percebemos a importância que tem, sob o ponto de vista da gestão, nomeadamente para o desenvolvimento daquilo que possam vir a ser zonas de intervenção florestal, no auxílio que possa ser dado à Associação de Produtores Florestais para o desenvolvimento de outras intervenções que emparcelem partes florestais, que possam viabilizar planos de floresta.

Nós entendemos que damos aqui um bom contributo para fazer uma gestão do património florestal, mesmo quando ele não é propriedade do Município.

A proposta inovadora que temos sobre a instalação dos jovens nos espaços comerciais, sintetizo-a muito rapidamente. Não se trata de mais do que um acordo com proprietários; um acordo que pode passar por um arrendamento, que viabilize a utilização partilhada de espaços que já estão construídos e têm fruição pública, para que pequenos empreendedores possam ter um espaço onde, comercialmente, possam desenvolver as suas atividades. No fundo, é um canal que viabiliza a união entre vários micro empreendedores, se quiser chamar-lhes assim, que podem não ter condições objetivas para se instalar e poderem proceder à venda dos seus produtos, mas que podem fazê-lo partilhando um espaço e suportando também parte dessa renda, percebendo o Município que o incentivo que deve dar é precisamente viabilizar uma renda que não seja o custo real daquela instalação, mas que possa ter aqui um custo diminuído para esse micro empreendedor e lhe viabilize condições para que ele possa desenvolver o seu negócio.

Dra. Ofélia Moleiro, agradeço as palavras simpáticas e generosas sobre o apoio a esta proposta, bem como ao Jorge Cordeiro, que também o fez.

Sobre a intervenção do Dr. João Gante, eu queria dizer-lhe o seguinte, sob o ponto de vista da construção do nosso Orçamento. Eu tenho tido várias discussões ao longo dos últimos anos, com a Inspeção Geral de Finanças e também com o Tribunal de Contas, sobre a forma que



MUNICÍPIO DE POMBAL

tecnicamente é entendida e adequada para a inscrição em Orçamento das candidaturas que estão aprovadas. Isto é, se o Município tem, à data de hoje, um conjunto de compromissos assumidos por entidades que financiam, através dos fundos comunitários, uma vez que não há contratos-programa celebrados com o Estado Português há muitos anos, e que garantem ao Município, com a execução daquelas obras, a perceção daquele montante, de que maneira é que deve ser cumprido o princípio da inscrição bruta de todas as verbas que estão, sob ponto de vista financeiro, asseguradas por contrato à entidade beneficiária que é o Município de Pombal.

Se nós temos um contrato de financiamento que hoje nos diz que vamos receber uma comparticipação de 1 milhão de euros para a obra X - mesmo que essa obra tenha uma execução que ultrapasse um ano civil, mesmo que possam existir dificuldades ao longo da sua execução, porque o visto do Tribunal de Contas pode demorar; porque a obtenção de um parecer, de uma autorização, pode não ser imediato; porque o ritmo de execução que está no programa de trabalhos pode não ser cumprido; porque a empresa pode ter dificuldade em financiar-se e desenvolver a obra no calendário previsto -, qual é a metodologia adequada para inscrever no orçamento as verbas contratadas, para uma sobreposição daquilo que são as receitas e daquilo que é a execução? Isto é impossível. Na melhor das hipóteses, nós poderíamos, eventualmente, modificar os termos das inscrições orçamentais, em função do calendário da execução da obra. O que é que isto quer dizer? Se nós pensarmos que a obra vai ser feita de junho de 2014 a junho de 2015, adequamos o modelo de programação orçamental aos seis meses de 2014 e aos seis meses de 2015, mas isto tem que ser feito em outubro de 2013, que é a altura em que nós preparamos o nosso Orçamento e o nosso Plano. Perceba-se a enorme dificuldade que isto tem, o que eu quero assumir com os Senhores Deputados é que não há inscrição neste orçamento de nenhuma receita dos fundos comunitários que não resulte da assunção de compromissos firmados por contrato, até porque isso, nos termos da atual Lei das Finanças, que termina amanhã, é impossível, é ilegal, o que significa que nós temos que inscrever estas verbas.

Eu admito que, com a entrada em vigor da próxima Lei das Finanças Locais, no próximo dia 1 de janeiro, que nos vai obrigar a ter a par do Plano Plurianual de Investimentos um Plano de Receitas Plurianuais e que, no fundo, vai já antever que meios financeiros poderão suportar aquelas obras que nós estamos a programar, com um efeito diferido, ao longo do nosso mandato, de maneira a que haja esse melhor acompanhamento e adequação dos meios financeiros à execução.

O que é certo é que, quem estiver distraído, pode entender mal aquilo que é a orçamentação e a execução. Isto porquê? Repare, só este ano, no Orçamento de Estado, aparece uma norma que estabelece exatamente os termos em que, por exemplo, nós podemos prever as vendas de terrenos municipais. Eu percebo que alguns se intriguem dizendo: mas será possível que o Município, naquele mês ou naquele ano, possa vender cinco milhões de euros em terrenos? É razoável a pergunta. Entendeu o governo que devia regular estes termos, introduzindo uma norma que nunca existiu, que tem precisamente a ver com a média aritmética das vendas realizadas nos últimos 36 meses, precisamente para não fazer isso, que nenhum de nós pretende, que é a tal sobreorçamentação do nosso Orçamento.

Se isto faz sentido para a despesa, veja o que acontece na receita, isto é uma discussão muito mais ampla, tem a ver com as regras que estão à disposição. A regra da receita ordinária, vamos falar dos impostos, por exemplo, é de que deve ser a média aritmética simples dos últimos 24 meses. Já reparou que mesmo descendo a taxa do IMI, a receita tem vindo a aumentar, o que significa que nós nunca acertamos e não acertamos por defeito. Porquê? Porque a lei assim determina, portanto, eu creio que devemos ser um bocadinho mais rigorosos naquilo que é uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

interpretação de uma sobreorçamentação e aquilo que é a execução do orçamento. Isto porquê? Porque se eu inscrevo a verba de uma determinada obra, eu só posso lançar essa obra porque tenho essa verba, ou mais. Eu já lancei a obra através do orçamento municipal, vou aguardar que haja um contrato de financiamento, depois disso vamos aumentar o nosso orçamento por força da inscrição dessa nova verba, - que é aquilo que faremos, espero eu, com novos contratos que, entretanto aqui chegaram - mas vamos ter que inscrever esse verba na totalidade. Podemos fazê-lo em Março? A obra pode ser lançada ou pode ser iniciada em maio, podemos ter o primeiro auto em julho e podemos só executar sete autos nos doze meses, mas tivemos que inscrever os doze meses que, eventualmente, a obra demore, no ano de 2014. Portanto vamos chegar ao final do ano e dizemos que sobreorçamentámos.

Admito que os Senhores Deputados com a responsabilidade de aprovar o documento, conhecedores destas regras, estarão mais à vontade para o fazer.

Porque é que isso não acontece nas receitas correntes? Porque nós utilizamos as regras que estão a ser estabelecidas e, se repararem na execução orçamental, nós raras vezes temos menos de 99%.

Sobre o aumento da despesa corrente e aquilo que quis dizer com o aumento de um milhão de euros, informo que só o aumento da contribuição do Município para a Caixa Geral de Aposentações, 15% para 23,75%, custa aos cofres do Município, mantendo a mesma massa salarial, 250 mil euros. Há aqui, manifestamente, um conjunto de obrigações novas que resultam do Orçamento de Estado. Portanto, não quero que os Senhores Deputados fiquem com a ideia que há aqui um Orçamento em que se aumenta a despesa corrente. Aliás posso dizer-vos, por exemplo, que estamos a fazer uma negociação com todos os operadores de telecomunicações, onde se esperam reduções muito significativas, na sequência do que tem sido feito nos últimos anos, porque este concurso é um concurso recorrente para descermos esse mesmo valor.

Assim, não é de estranhar que no último ano do quadro comunitário de apoio, em que há um conjunto de obras que aqui foram apresentadas, o valor global do orçamento seja mais curto, aliás, essa é a prova evidente da verdade deste Orçamento, da inclusão exclusiva daquilo que são os meios financeiros que já temos, por força, por exemplo, das normas do novo Orçamento de Estado que nos garantem esses fundos, ou aqueles que resultam dos contratos que entretanto foram assinados.

Sobre a rotunda da Shell, aproveitando essa sua reflexão, pouco mais posso fazer do que pô-lo em contacto com o projetista, que é um reputado Engenheiro que acompanha, há mais de 20 anos, a execução de obras rodoviárias de uma empresa conhecida e que faz muitos trabalhos para as Estradas de Portugal, para ele ouvir as suas sugestões. Mas posso dizer-lhe que nós até medições de tráfego fizemos, precisamente no antigo I.C.8 para as saídas para a Estrada Nacional 1, a fim de se perceber qual seria a melhor solução para corresponder a esta exigência. Portanto, é essa a avaliação que está a ser feita pelas Estradas de Portugal.

Sobre as suas preocupações relativamente ao crescimento dos Impostos Municipais, eu vou com muita tranquilidade esperar o dia - e espero que seja rápido e será com certeza - em que nós cheguemos aos 0,3% de taxa de IMI e, depois, eu quero ouvir-vos a explicarem porque é que mesmo assim a receita continua a subir, pese embora a taxa seja a mais baixa possível.”

Edite Santos, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Desde já, desejar a todos os presentes um feliz ano 2014.

Passo à minha pequena intervenção, que tem como objetivo demonstrar o desagrado da bancada do Partido Socialista, referente essencialmente a uma verba destinada à ação social. Não vou



MUNICÍPIO DE POMBAL

referir outras verbas porque os meus colegas já tiveram essa oportunidade, e alguns ainda o vão fazer com certeza.

Se me permite, Senhor Presidente, eu gostava de recuar um pouco atrás para chegarmos aqui a alguma conclusão óbvia. Como se deve recordar numa das Assembleias, em que o atual Senhor Presidente substituía o Senhor Engenheiro Narciso Mota, na altura Presidente da Câmara, eu coloquei-lhe aqui uma questão relacionada com um programa que tinha como objetivo acudir a algumas situações de carência, ou seja, famílias carenciadas do nosso Concelho.

Se bem me recordo, o Senhor Presidente nessa altura referiu, o que me deixou um pouco perplexa, que não sabia que existiam situações graves no nosso Concelho.

Isso deixou-me perplexa, porque de facto, a nível do País existem e continuarão a existir e Pombal, de certeza absoluta, não é excepção.

Posteriormente, depois de me ter dado essa resposta, houve nesta Câmara uma iniciativa para ajuda a famílias carenciadas. Sei que o Executivo se associou a essa iniciativa e ainda bem, mas aquilo que nós esperávamos era que, de facto, o atual Executivo ficasse um pouco mais sensível relativamente a estas matérias, carência económica, famílias carenciadas em situação difícil. É com muito desagrado que, efectivamente, vejo aqui uma verba destinada a famílias carenciadas, no valor de 2 mil euros.

Ficámos perplexos e, quando alguém aqui, um Deputado Municipal, diz que há uma verba enorme na ação social, eu pergunto, Senhor Presidente, se essa verba tem a ver com instituições de solidariedade social.

Portanto, temos que ter algum pesar pelo facto de haver crianças, e volto a repetir que já nessa altura lhe referi, que não têm nada para comer, que os professores já referenciaram e que as técnicas de serviço social deviam também referenciar.

Vou-lhe dar outro exemplo Senhor Presidente, nós temos aqui, isto para não falar e não ir mais além, até na nossa bancada, não é na nossa bancada, uma técnica de serviço social que tem alguma responsabilidades numa loja social que existe em Pombal, como existem várias noutras freguesias, que se propunha distribuir vestuário, calçado, brinquedos às crianças, etc.

O que é que se verifica? Verifica-se que essas lojas sociais são solicitadas diariamente para bens alimentares, verifica-se também que muitas vezes se bate à porta dessas lojas sociais e não há bens alimentares para distribuir a essas pessoas. Vemo-las virar as costas sem um litro de leite para dar aos filhos, sem um quilo de arroz para fazer um prato essencial.

Pergunto-lhe, Senhor Presidente, o que são para si € 2.000,00 para fazer face a famílias carenciadas?

Pensava, e pensávamos todos nós da bancada do Partido Socialista, que este Executivo fosse um pouco mais sensível relativamente a estes munícipes. Porque há muitos, há visíveis e há muitos encobertos, porque como sabe muitas pessoas têm vergonha de se dirigir aos serviços, e não foi por acaso que eu perguntei ao Senhor Presidente, substituto na altura, se tinham algum programa neste Executivo para fazer face a estas situações. Há muita gente que não se dirige à loja social, que não se dirige a outros locais porque têm vergonha, Senhor Presidente.

Se houvesse um programa nesta Câmara Municipal, que fosse coerente, um gabinete onde as pessoas se dirigissem sem estar expostas, como no Intermaché ou numa Segurança Social onde entra toda a gente, de certeza que algumas destas situações seriam colmatadas, não tenho dúvidas nenhumas.

Dizer-lhe também que tenho conhecimento, tal como a Câmara Municipal devia ter, porque tem aqui um gabinete de Ação Social, tem um Vereador da Acção Social, e se não sabem é porque alguma coisa não funciona bem, porque se há professores nas escolas que sabem que há crianças



MUNICÍPIO DE POMBAL

que não têm o que comer, se há pessoas que não têm dinheiro para comprar uns óculos, uma cadeira de rodas, um aparelho auditivo, se neste Concelho ninguém sabe quem são, têm que saber, têm que pôr os gabinetes a funcionar como deve ser, porque se as pessoas não vêm até nós, nós temos que ir até elas.

Eu peço encarecidamente em nome da bancada do Partido Socialista, ao Senhor Presidente, que tome algumas medidas neste sentido, porque há pessoas, e muitas, a passar bastantes dificuldades e, se este Município que se orgulha tanto de estar em boa situação financeira, como afirma diariamente, e ainda bem que assim é todos nós nos orgulhamos disso, agradeço realmente que esta situação seja tida em conta.

Na altura esta bancada disponibilizou-se para trabalhar convosco num programa que eventualmente pudesse vir a surgir, continuamos a reiterar essa mesma afirmação, de que estamos disponíveis para acabar com estas carências no Concelho de Pombal. É uma vergonha a Câmara Municipal dizer que está bem financeiramente e haver estas famílias com tantas dificuldades. Poderei referenciar-lhe algumas, depois desta Assembleia Municipal, estou disponível para isso, mas fui eleita nesta bancada tal como os meus colegas, onde não queremos que estas situações continuem, porque nos envergonham.

Há uma verba de dez mil euros também inscrita neste Plano que também me deixa intrigada.

Que verba de dez mil euros é esta? Que emergências sociais são estas? Qual é a população alvo e quem vai sinalizar essas situações?"

Pedro Pimpão, que usou da palavra para dizer o seguinte:

"Queria fazer aqui uma intervenção relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, mas esta intervenção da Senhora Deputada Edite, merece um ponto de ordem à discussão que temos em cima da mesa.

Eu ouvi dizer, por parte da Dra.Edite, que tem responsabilidades ou que tem conhecimento profundo na área social no nosso Concelho, relativamente àquilo que foi feito nos últimos vinte anos.

Ouvi dizer que é uma vergonha aquilo que é gasto na Ação Social do nosso Concelho. Eu vou-lhe dizer que a mim não me envergonha, a mim orgulha-me. A Senhora Deputada utilizou, para caracterizar como vergonhoso, aquilo que é o esforço desta Câmara para a ação Social no nosso Concelho. Vou dizer mais, todo o esforço feito pelo Município, não é feito por estes homens que estão à frente nem por estas mulheres, é feito pelas instituições sociais que bem conhece, pelas IPSS's que bem frisou na sua intervenção. Esse é um esforço louvável, de quem acompanhou, nesta quadra natalícia, a maior onda de solidariedade que eu vi no meu Concelho, e não foi por obra e graça deste Executivo, foi por obra e graça dos homens e mulheres voluntários que, no nosso Concelho, passaram os dias todos desta quadra natalícia à frente de supermercados, a tentar fazer cabazes de Natal para depois distribuir pelas famílias carenciadas.

Até aponteí, durante a sua intervenção, aquelas em que eu tive oportunidade de participar, de assistir e de contribuir e, desde a Cruz Vermelha, desde o Banco Alimentar, com a ajuda da Pastoral Juvenil, com centenas de jovens pelos supermercados no nosso Concelho a recolher alimentos para ajudar as famílias carenciadas, desde a Loja Social da APEPI, que é uma loja social do nosso Concelho com sede na nossa freguesia.

A Loja Social, em cuja inauguração muitos de nós estivemos, já na altura era para alimentar as famílias carenciadas, não era só para roupa, era para alimentos. Sabe o que é que acontece quando há falta de alimentos naquela Loja Social? A Câmara financia os alimentos. Portanto, é falso dizer que há famílias carenciadas que não têm alimentos porque não existem na loja social.



MUNICÍPIO DE POMBAL

É verdadeiro que a Câmara Municipal, em parceria com as IPSS's, no caso com esta IPSS em particular, ajuda as famílias carenciadas.

Em relação à pobreza envergonhada, temos que assumir que existe e cada vez em classes sociais de melhores rendimentos, naturalmente, é um problema sério e grave, mas os serviços da Ação Social deste Município têm essas famílias todas diagnosticadas e referenciadas e a entrega dos bens que essas pessoas precisam é feita nas suas próprias casas, para garantir a sua privacidade, para garantir que não são enxovalhadas na praça pública, porque conhecemos este trabalho e sabemos que muitas delas têm vergonha, elas sim de se deslocarem a pedir ajuda.

Portanto Senhora Deputada eu tenho todo o direito de valorizar o esforço das pessoas, tal como também tem o direito de criticar. Falar de pobreza, falar na ação social e falar nas pessoas que têm dificuldades é muito difícil em política, porque caímos muitas vezes no populismo e na crítica fácil.

Falar nas pessoas que menos têm, é falar naquilo que é a existência dos nossos órgãos autárquicos, nós existimos aqui e noutros cargos para ajudar as pessoas que menos têm, a ter melhores rendimentos, a ter melhor nível de vida, porque se não for por isso não estamos aqui a fazer nada. E é isso que me compete a mim, elucidar os Senhores membros da Assembleia Municipal, por muito que me custe esta intervenção.

Continuando, dizer que eu próprio assisti à Conferência São Vicente Paulo, nas suas carrinhas a distribuir alimentos, a recolher alimentos, a ajudar essas famílias mais carenciadas. Eu próprio assisti, para além de todas estas instituições, a outras IPSS's como o Rotary, as Juntas de Freguesia, as comissões locais das Juntas de Freguesia. Custa-me muito ver este tipo de intervenção e ainda mais ridicularizar aquilo que é o investimento deste Município, porque também todos sabemos, há duas décadas atrás, como é que estava o nosso Concelho dotado de lares e centros sociais, lembram-se? Todos nos lembramos como é que estava, e todos hoje temos noção do esforço feito por esta Câmara Municipal para apoiar as IPSS'S, apoiar as nossas misericórdias na construção de lares e de centros sociais, e todos nós ainda - como à pouco o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ilha, Guia e Mata Mourisca salientou - o facto de construirmos uma nova residência para pessoas com deficiência na zona Oeste do nosso Concelho, mas V. Ex.^{as}, em vez de frisarem aquilo que é o esforço financeiro para ajudar estas instituições, não, vêm ridicularizar o investimento na área social.

Para além disso, dizer que pela primeira vez no Orçamento Grandes Opções do Plano que aqui estamos a discutir, está previsto um Plano de Emergência Social, pode-me dizer são €10.000,00, sabe porquê? porque é preciso planear e com €10.000,00 pode fazer-se um bom plano. Como sabe para executar pode haver um reforço da verba que está cabimentada, mas está lá cabimentada, está lá a preocupação.

Aquilo que deveria ser a intervenção construtiva e séria dos membros da Assembleia Municipal, era dizer: Senhor Presidente, relativamente ao Plano de Emergência Social eu proponho isto, aquilo e aqueloutro, era isso que se precisava neste momento, era que dessem ajudas e contributos para melhorar aquilo que está previsto, não é ridicularizar aquilo que é o esforço de todos. Portanto Senhor Presidente, relativamente a esta questão dizer, para além de outras coisas que existem em Pombal instituições como o Banco de Ajuda Técnicas, etc. que ajudam as pessoas que têm menos condições.

Eu queria falar pouco no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano, mas sinceramente custa-me ver - e Senhora Deputada Edite, isto não é nada pessoal, tenho uma enorme estima e consideração por si e sabe bem disso, admiro-a no seu trabalho na área social como admiro



MUNICÍPIO DE POMBAL

pouca gente - com a responsabilidade que teve nesta área e com o seu conhecimento de causa, fazer intervenções deste género na Assembleia Municipal e portanto, tinha que lho dizer.

Senhor Presidente, relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano muito para além desta área social, é importante salientar algumas considerações prévias, que eu acho que foram também unânimes nas intervenções, até algumas da bancada da oposição que, no sentido construtivo, deram a sua opinião relativamente a alguns investimentos que o Município de Pombal se prepara para lançar, nomeadamente, o Senhor Deputado Bruno Loureiro e o Senhor Deputado João Gante, que deram opiniões construtivas sobre algumas áreas, e acho que deve ser esse o contributo dos Senhores Deputados.

Senhor Presidente, dizer-lhe que a solidez orçamental e financeira que o nosso Município tem não é por demais referenciá-la, porque nós vivemos numa altura de crise, em que as instituições passam por inúmeras dificuldades financeiras e isso põe em causa o cumprimento dos seus projetos, portanto quando uma instituição como é o caso da Câmara Municipal tem solidez financeira para avançar com os seus compromissos, devemos destacá-lo e referenciá-lo porque não é o que se passa na grande maioria das instituições, algumas delas vizinhas no nosso Concelho.

Senhor Presidente, conseguir manter estes níveis de investimento no nosso Concelho, apesar de estarmos num ano de transição dos fundos comunitários, e todos sabem aquilo que é a intranquilidade, a imprevisibilidade, a calma que normalmente existe quando se transita de fundos comunitários de um quadro para outro.

O facto de continuarmos a ter estes níveis de investimento ao abrigo do ainda atual quadro comunitário, significa que continuamos a investir no desenvolvimento do nosso Concelho e, por isso, Senhor Presidente, queria salientar este facto, que é por demais relevante e só se faz porque há gestão, há capacidade de visão e, sobretudo, há rigor e muito trabalho, porque os fundos comunitários e estas candidaturas obedecem a processos muito complexos de análise, de discussão, de visto pelo Tribunal de Contas etc.

A Câmara Municipal tem trabalhado bem nesta matéria, como foi dito pela Senhora Deputada Ofélia Moleiro. É o terceiro Município na Região Centro com mais candidaturas aprovadas e com melhor nível de aproveitamento dos fundos comunitários. Isto é muito importante porque o dinheiro não vem do céu, naturalmente que se a Câmara consegue ir buscar fundos comunitários para os seus projetos, significa que conseguimos continuar a ter investimento sem pôr em causa a solidez financeira da nossa Câmara.

Relativamente às grandes prioridades já aqui foram faladas, da educação, da economia, do reforço de infra-estruturas etc., mas eu queria destacar algumas.

Desde logo a aposta na educação, que é uma aposta essencial para o futuro do nosso Concelho. Continuar a modernizar os nossos Centros Escolares é uma aposta de futuro, é uma aposta em que nós somos percussores e que vamos continuar a ser no futuro. Para além dos centros escolares de Abiul, S. Simão de Litém, Redinha, Albergaria dos Doze e Ilha, vamos ter também os Centros Escolares da Mata Mourisca e de Almagreira. Espero que haja condições para, no decurso dos próximos quatro anos, podermos dotar as Freguesias de novos e mais desenvolvidos Pólos Escolares.

Para além disso, queria também falar aqui num assunto que o Senhor Presidente frisou mas que ainda não foi salientado, a adoção de um plano de combate ao absentismo e insucesso escolar. É importantíssimo que, neste momento, tendo nós a escolaridade obrigatória até ao 12.º ano, façamos um investimento decisivo no combate ao abandono escolar e na promoção de condições para que os nossos jovens frequentem com sucesso as nossas escolas, porque isso é motivo de



MUNICÍPIO DE POMBAL

ascensão social, de motivação para os nossos recursos humanos, é motivo de desenvolvimento do nosso Concelho, porque este investimento nas pessoas, mormente nas nossas crianças e nos nossos jovens, tem que ter retorno no futuro.

Relativamente ao saneamento básico, já foi feita aqui referência a isto, há um investimento que é muito grande. Relativamente ao abastecimento de água, à sinistralidade ocorrida no I.C.2 e na Estrada Nacional 109, os investimentos já aqui foram salvaguardados. O investimento na rotunda no Alto do Cabaço e o investimento da Estrada 109, que liga Figueira a Leiria, são investimentos prioritários. Em boa hora a Câmara Municipal decidiu substituir-se às Estradas de Portugal para avançar com estes projetos.

Senhor Presidente, tinha aqui muitos outros assuntos para falar mas queria só aqui fazer uma referência a alguns investimentos que eu considero mais estruturantes para o nosso Concelho, porque tal como o Senhor Deputado Henrique Falcão, eu também calcorreei a Serra da Sicó, e ainda o faço de vez em quando, apesar de ter menos disponibilidade. Tenho a certeza que o CimuSicó, que é um investimento de que já aqui falamos há vários anos, avançando como está previsto nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento do próximo ano, vai ser um investimento estruturante para o desenvolvimento daquilo que é um dos patrimónios naturais mais ricos do nosso Concelho. Portanto, em boa hora a Câmara lançou este projeto para o ano que vem e espero que consigam ir ao Overbooking e ter o financiamento, porque esta é uma obra que, realmente, pode ser uma mais valia para o nosso Concelho.”

Patricia Carvalho, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“A todos os meus sinceros cumprimentos e desejo de boas entradas no próximo ano.

2013, foi um ano difícil, 2014 avizinha-se igualmente desafiante. Enquanto profissional, pessoa, pombalense, assisti nos últimos tempos às cenas de um filme muito pouco romântico, muito pouco cómico. Diria até, com alguma inação e com umas pitadas de terror à mistura, ou seja, assisti à emigração dos jovens do meu Concelho à procura de melhores oportunidades, para outras regiões, para outros Países, taxas de desemprego elevadíssimas, aliás a minha profissão permite-me ter uma noção, penso eu, realista do cenário, nomeadamente, nas camadas mais jovens e numa das gerações mais qualificadas de sempre.

Vemos pais com graves dificuldades em sustentar os seus filhos, vemos filhos que não têm capacidade de se sustentar para criar as suas próprias famílias.

Sei que o Município e o poder local não podem fazer tudo, mas podem fazer muito, aliás o Município pode ser uma das principais personagens neste filme, pode no final vir a ser o herói do argumento, colocando as peças certas nos sítios certos, com estratégia, com pragmatismo e com visão.

Não é necessário que a Câmara Municipal se torne o maior empregador do Concelho, nem é desejável, é sim necessário que saiba atrair e, essencialmente, reter as empresas, os projetos, os investimentos com potencial para, num curto, médio e longo prazo, se transformarem nos maiores empregadores e geradores de riqueza do Concelho.

Senhor Presidente, embora tudo esteja ligado à economia e a economia ligada a tudo, não sendo possível sectarizar de uma forma rígida aquilo que são os investimentos previstos na área da economia, a mim parece-me, tendo apenas em linha de conta os investimentos previstos, que a meu ver poderiam ter uma interferência mais direta, mais significativa, cirúrgica, no estímulo da economia local.

Parece-me que, num Orçamento de cerca de 49 milhões, a dotação global prevista para esta área em 2014, é manifestamente insuficiente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pergunto, Senhor Presidente da Câmara, como é que vamos captar, atrair investimento privado para o nosso Concelho? Como é que vamos apoiar o empreendedorismo? Como é que vamos apoiar os investidores? Existirá ou não uma incubadora de empresas? Uma que funcione, de preferência, porque conhecemos muitos casos em que elas não servem os interesses das empresas.

Quando a economia local desfalece, o desemprego aumenta obrigando os jovens a procurar oportunidades de trabalho noutras regiões e noutros Países. Fará sentido investir 5 milhões de euros em estradas e apenas metade desse valor em medidas de ação direta no estímulo da economia? Tenho a certeza que o Senhor Presidente da Câmara comunga desta minha preocupação, é uma preocupação que eu tenho enquanto pombalense e enquanto portuguesa, mas, a meu ver, este Plano Plurianual de Investimentos não reflecte, de todo, esta preocupação.”

Pedro Brillhante, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“A minha intervenção prende-se com o princípio base da análise ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos para os próximos quatro anos, nomeadamente na área da juventude, que é aquela que gostava aqui de abordar e ter uma visão um pouco mais realista daquilo que é a realidade dos factos aqui apresentados e, nomeadamente, daquilo que estamos a analisar, e que, no fundo que é um Orçamento que tem um objetivo que depois se verá ou não se é cumprido. É disto que estamos a falar aqui.

Relativamente à juventude, muito telegraficamente, falando em números, dizer que existe um grande investimento na parte da educação, da cultura, do desporto, obviamente saliento esta parte da cultura que tem cerca de 3,5 milhões de euros afetados, algo que é inédito neste Concelho e que, portanto, sinaliza uma importante evolução e uma importante novidade. É um investimento e um sinal muito importante que é dado por este Município, em contraponto do que foi dito pela Senhora Deputada, ainda há pouco, mas, obviamente, são legítimas aquelas preocupações que aqui expressou e que também acompanho, apesar do que se passa ser exatamente o inverso.

Acho que existe, da parte deste Município, uma preocupação grande. Falou há pouco das ajudas e acho que é importante olharmos também para aquilo que são as ajudas do País, ou seja, existe um Programa que é o Impulso Jovem que trabalha muito bem essas áreas. Não veria eu com bons olhos ou alguma eficácia, que fosse um investimento por parte da Câmara.

Aqui entram outras medidas que me parecem muito mais importantes, medidas em que o Município realmente pode ter alguma intervenção. Falo com clara abertura porque também sou um jovem investidor, investi no meu Concelho, na minha Cidade e, portanto, estou à vontade para o dizer.

Relativamente a novas medidas e à nova visão, temos que salientar aqui a captação de investimento ativo feito por parte da Câmara Municipal, que Senhor Presidente há pouco, e muito bem, explicou.

Falo também do empreendedorismo, e aqui acompanhar o colega Deputado Bruno Loureiro nas relativamente ao GAI – Gabinete de Apoio ao Investimento, que fez uma exposição muito interessante acerca desta temática.

Realmente acho que estes novos apoios, estes apoios mais técnicos são muito mais interessantes para o desenvolvimento autárquico do que propriamente o investimento monetário e, relativamente à ligação daquilo que são os novos investimentos dos jovens mas ligados ao comércio local.

Referir também aquilo que são as propostas da JSD e que veem agora algum reconhecimento neste Orçamento o que muito nos agrada. Relativamente ao arrendamento jovem na zona



MUNICÍPIO DE POMBAL

histórica, alguma preocupação que já tínhamos defendido há algum tempo, sabemos que já está uma casa com cerca de dois apartamentos, julgo eu, corrija-me depois Senhor Presidente se estiver errado, afetas a este programa. A minha pergunta é se depois o programa já tem alguma continuidade prevista, ou não, ou se este é um projeto piloto para depois seguirmos mais adiante com uma outra proposta.

A questão do Parque Verde que está já orçamentado para 2015, não está orçamentado para 2014, devido ao que o Senhor Presidente explicou há pouco, dos terrenos, e portanto é uma proposta da JSD que foi feita nesta Câmara, tem um milhão de euros orçamentados, ficamos muito satisfeitos com este investimento previsto.

Relativamente à Casa Varela, ligamos aqui obviamente aquela que foi a proposta da JSD também feita nesta Assembleia, que tinha a ver com a Casa da Juventude. É uma proposta que voltaremos a apresentar, não neste fórum mas em fórum de Conselho Municipal da Juventude, voltaremos a apresentá-la visto haver uma boa abertura por parte do Município, abertura que agradecemos, não em nosso nome, mas em nome da juventude, porque acreditamos mesmo que este projeto é essencial para o desenvolvimento dos projetos da Juventude em Pombal.

Ressalvar também o facto de estar prevista a construção de uma piscina ao ar livre, não é uma proposta da JSD mas é uma preocupação levantada por nós há algum tempo, portanto deixar aqui também o meu agradecimento a este Executivo Camarário, relativamente às inovações.

Por fim, dizer que existe um projeto absolutamente inovador por parte desta Câmara Municipal que tem a ver com a educação e que é focada sobretudo na igualdade e na aproximação das condições de ensino para os jovens mais carenciados e os menos carenciados do nosso Concelho. É um aproximar de duas realidades, é um esforço muito importante, é algo que devemos salientar todos e a que devemos dar muita importância. É único, é inovador, e portanto vou deixar aqui os parabéns à Autarquia, também por esta iniciativa.

Por fim, desejar boas festas a todos e um feliz ano novo.”

Maria Brito, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Desejo a todos os presentes nesta sala, um Bom Ano.

Permitam-me algumas questões sobre matéria de investimento na área da educação.

Há freguesias que têm centros educativos em funcionamento há vários anos e usufruem de condições que tardam a chegar a outras freguesias do Concelho. Às crianças que frequentam as escolas dessas freguesias não são garantidas as mesmas condições de ensino e de aprendizagem, o que impede a igualdade de oportunidades entre todos os alunos do Concelho. Assim, pergunto, quando teremos concluída a reorganização da rede escolar e centros educativos para todos no nosso Concelho?

Também o absentismo e o insucesso escolar são matérias preocupantes. Desde 2005, foram tomadas, pelo Ministério da Educação, medidas muito eficazes para a redução do abandono e do insucesso escolar, nomeadamente, o alargamento de cursos profissionais, os programas específicos no âmbito da matemática e da língua portuguesa e a criação de ofertas formativas diferenciadas em função do perfil dos alunos.

No plano de atividades do Município para 2014, está inscrito um plano de combate ao absentismo e insucesso escolar, com uma dotação de 50 mil euros. Pergunto: que medidas se pretendem implementar para prevenir o abandono escolar e reduzir o insucesso? Eu sei que o Senhor Presidente já referiu algumas dessas medidas, mas não quis deixar de fazer a pergunta.

E já agora, para finalizar, gostava de deixar uma pequena nota acerca do habitual desfile de Carnaval. Gasta-se dinheiro em deslocações, trajes e coreografias e depois é um caminhar rápido pela Avenida, que nem permite, na minha opinião, que todos os participantes se vejam uns



MUNICÍPIO DE POMBAL

aos outros. Acho que deveríamos continuar esta festa por mais duas ou três horas, por exemplo, com um lanche-convívio, trazido por cada um, claro, com jogos e outras atividades, num espaço adequado da cidade.”

Nascimento Lopes, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“O que vou fazer é defender a minha dama, não me levarão a mal por isso.

Após uma detalhada análise às Grandes Opções do Plano, que gostei do que li, pese embora me pareça que os prazos e o tempo de construção de algumas obras ou aquisição de meios necessários ao bom funcionamento de toda a estrutura do Município sejam demasiado longos, tendo em atenção a sua necessidade.

No entanto, congratulo-me com a inclusão de algumas obras que entendo prioritárias para a Freguesia de Pombal, inseridas no Plano de Investimentos, assim como maiores e melhores meios de comunicação e transporte para os residentes na Freguesia de Pombal. De todas estas, destaco algumas, que me parecem prioritárias.

Relativamente à rubrica de aquisição de viaturas para os transportes públicos urbanos, a primeira aquisição - eu não sei quantas viaturas são, mas parece-me que serão duas - está prevista apenas para 2015, o que me parece ser um tempo de espera demasiado longo, tendo em atenção a necessidade deste tipo de transportes para o maior número possível de utentes na Freguesia de Pombal.

Quanto à construção e beneficiação de centros escolares, falemos do Pólo Escolar de Pombal e, relativamente a este, Senhor Presidente, o Executivo da Freguesia de Pombal, como sabe, luta há muitos anos pela sua construção, defendendo a necessidade de uma solução no mais curto espaço de tempo, tendo em atenção, não só o facto de as crianças do 1.º ciclo estarem distribuídas por duas escolas afastadas uma da outra, que não oferecem nem condições de espaço, nem de estrutura, para continuar a funcionar nos tempos que correm e com o número de crianças que cada uma tem, como também, por outro lado, o edifício da pré – primária, grande em demasia e não funcional, para o número de crianças que o frequentam, necessitando com urgência de obras de grande vulto.

Assim, entendemos – e demos conta disso ao Senhor Presidente - que esta situação não pode continuar, havendo necessidade urgente em se avançar para um edifício novo. Como primeira hipótese, é da nossa opinião, obviamente, que se situe no espaço ocupado pela escola n.º1 e pela pré, não pondo objeções a que possa ser construído noutra local, sendo que o importante é mesmo a sua rápida construção.

Vamos aguardar que esta nossa pretensão seja uma realidade em 2014, pese embora o valor para a construção esteja orçamentado para 2015, o que nos desagrada de sobre maneira por razões acima evocadas e pelo que solicitamos ao Senhor Presidente que, num esforço de boa vontade, a obra tenha início já no próximo ano.

Na eliminação de barreiras arquitetónicas, como sabe, Senhor Presidente, na regeneração urbana na cidade, não foram tidas em conta algumas situações de perigo eminente para os piões que, ou por distração ou por outro motivo, como a falta de luminosidade, podem sofrer mazelas graves, que serão imputadas ao Município. Assim, solicito a vossa excelência que tenha em conta esta minha chamada de atenção e proceda em conformidade, salva-guardando a segurança das pessoas e bens.

Quanto à reabilitação da Torre do Relógio Velho, fico contente com o facto de neste orçamento estar contemplada uma verba para isso, já que esta está em degradação e desvirtuada historicamente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

No que se refere à construção de passeios na estrada camarária Pombal – Mouriscas, julgo ser uma excelente obra, não só porque há tantos anos que se fala nela, como pela necessidade de segurança pedonal para quem utiliza, e alegra-me o facto de ter início já no próximo ano.

No caso da requalificação urbana de Governos e Vinagres, sabemos do estado de degradação em que se encontram as ruas destas duas localidades, sem passeios, muitas delas já sem asfalto, sem saneamento básico adaptado às necessidades dos seus residentes, inseridas no perímetro Urbano da Cidade, o que é de todo lamentável, situação que não é aceitável nos tempos que correm, mas que se arrasta há muitos anos a esta parte. Mas, olhando para os valores inscritos no PPI, entristece-nos constatar que só em 2015 e 2016, as obras de vulto terão início e fim. Aqui, Senhor Presidente, lanço-lhe um apelo muito sincero, tenha em consideração o que já conhece de toda esta situação e inicie as obras tornadas necessárias e urgentes, já no próximo ano, para que toda aquela população merecedora do nosso respeito e consideração, possa de uma vez por todas sorrir de contentes, porque afinal o que aspiravam tornou-se realidade.

Quanto aos parques verdes, parque verde da cidade, parque verde da charneca, parque verde e desportivo de Flandes, Senhor Presidente, vamos a isso, Pombal merece. Invista nos espaços livres, saudáveis, de lazer, onde cada um de nós possa respirar ar puro, mas invista já no próximo ano e não deixe para amanhã o que pode fazer hoje.

No que se refere ao saneamento básico, é obvio que nesta rubrica, só tenho que me congratular com o número de localidades abrangidas com a construção do saneamento básico, ficando a freguesia de Pombal, quase toda servida deste bem precioso.

Por fim, a rede viária e sinalização, a freguesia de Pombal, é de todas as freguesias do concelho, que percentualmente menos asfaltagens e/ou reasfaltagens tem, tendo em atenção a sua dimensão, devendo-se esta facto ao atraso por que passou até 2001. De lá para cá, muitas ruas foram asfaltadas, recuperadas e sobretudo alargadas, mas, no entanto muito há ainda a fazer, e neste PPI estão algumas identificadas, que me parecem importantes, mas baseando-me no valor total inscrito nesta rubrica – 1.816.000,00€ - parece-me demasiado escasso para tantas ruas já preparadas para asfaltar e a degradarem-se com o mau tempo, tornando-se intransitáveis a muito curto prazo.

Muito mais haveria a dizer, mas fico-me por aqui, deixando desde já bem claro o meu voto a favor das Grandes Opções do Plano, com a certeza de que o que acima referi, terá a anuência do Senhor Presidente da Câmara, já que as conhece de sobremaneira e tudo fará, disso tenho a certeza, para que possam ser concretizadas a curto prazo.”

Presidente da Câmara, que usou da palavra para responder, da seguinte forma, às interpelações que lhe foram dirigidas:

“Eu fico muito agradecido por esta oportunidade que a Dra. Edite me dá de recordar a Assembleia Municipal em que lhe pedi para que todos os casos que conhecesse e que manifestavam o desagrado, que naquela altura pôs na sua intervenção, nos fossem comunicados. Continuo à espera e ainda não recebi nenhuma proposta sua.

Quero dizer-lhe que se for ler a ata e ouvir as gravações, vai entender que aquilo que eu disse na altura foi que todas as situações que eu conheço são, imediatamente, acompanhadas por nós. Portanto, quanto àquelas que eu não conheço, não posso fazer nada, mas esta é uma oportunidade para nós também sublinharmos bem aquilo que são as diferenças dos modelos que preconizamos e, se há matéria que, de facto faz diferença, esta, de intervenção social, é uma matéria que nos divide. E divide-nos porque eu não sou da conceção do rendimento social de inserção. Não sou, nunca fui e parece-me que estes 15 anos de RSI mostraram o que é a falência de um modelo que apenas dá dinheiro e pouco mais do que isso.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Não são os exemplos pontuais de casos que correram bem que me fazem mudar de opinião, porque hoje nós temos muitas famílias que já têm filhos e que foram completamente acompanhadas, ao longo destes últimos anos, por Rendimento Social de Inserção e aquilo que deu foi em famílias que são mais incompetentes, que gerem pior os seus orçamentos, que acompanham pior os seus filhos, que têm piores resultados escolares e esta é a verdade crua do modelo falhado.

É um modelo em que o Município tem procurado fazer mais do que aquilo que fazem os outros que estão à nossa volta. Eu desafio-a, Senhora Deputada, a pegar nos programas de ação social dos Municípios aqui à nossa volta e ir lá ver quem é que desenvolve as atividades que nós fazemos; quem é que apoia as IPSS's, no financiamento de terrenos e projetos; quem é que viabiliza, há quase 20 anos, o funcionamento do CAT; quem é que tem a maior rede de habitações sociais da região; quem é que faz o apoio social escolar nos termos em que o fazemos, com candidaturas sempre abertas, precisamente para combater as situações que se alteram ao longo do ano; os projetos que são desenvolvidos pelas IPSS's, nas cantinas escolares; o programa de apoio aos munícipes economicamente carenciados; o lançamento do programa das bolsas de estudo para os alunos carenciados; os investimentos feitos nos transportes escolares; o financiamento que demos ao contrato local de desenvolvimento social; o apoio que damos à CPCJ; o apoio nas consultas jurídicas às famílias mais carenciadas; o projecto da Teleassistência; o apoio às atividades da terceira idade e ainda o orçamento que a Câmara dedica para estas intervenções.

Eu quero sossegar os Senhores Deputados, dizendo-lhes que não será por força do orçamento que quem precise não será apoiado, porque a Câmara tem sempre meios para fazer esta intervenção. Acho é que este tipo de intervenções não ajuda nada porque haverá sempre pobreza e principalmente a pobreza daqueles que acham que tudo está mal, que nada serve, que nada resulta, que nenhum esforço tem bom resultado. Essa é uma grande pobreza e essa, confesso-lhe, que não a consigo combater, porque essa é daquelas que mais dificilmente se ganha e mais dificilmente se perde, que é a da incapacidade de criação de soluções, de participar e eu não sou daqueles que acha que os problemas se resolvem com dinheiro.

Este programa que nós aqui estamos a conceber para combater o absentismo tem a ver com a falência do modelo que não conseguiu fazer praticamente nada e que permite, passados 20 anos, que as famílias que estão nas habitações sociais, que beneficiam de apoios sociais, que têm apoios nas escolas para os seus filhos terem atividades extracurriculares, não tenham resultados por falta de vontade de coordenação destas medidas, por falta de vontade de uma coisa importante e que eu sei que faz estremecer a esquerda, a exigência do trabalho, do rigor, da imposição de regras e da respetiva responsabilização.

Eu não acho que a sociedade se faça assim e, portanto, aqui temos enorme divergência, mas temos um histórico de 20 anos, que mostra qual é a diferença. E se tem havido entidade local que tem procurado acompanhar com criatividade, com proximidade, com soluções, com meios, os problemas sociais, tem sido o Município de Pombal, que é muito mais ágil que todas as outras. Mas eu, deixe-me dizer-lhe isto, porque é oportuno fazê-lo, sou dos que acha, sem querer ofender ninguém, que há uma economia do desfavorecido, há uma economia do setor público que quer manter gente para justificar o seu posto de trabalho e eu não acho que isso esteja bem, acho que deve ser combatido. E isto existe, sabe porquê? Porque em Portugal, em tempos, esta força tinha mais votos que o terceiro partido mais votado. Eu não acho que isto deva ser utilizado desta maneira e foi, porque era preciso mantê-los, era preciso financiá-los, porque a seguir era preciso



MUNICÍPIO DE POMBAL

ter o voto deles. Eu não me especializei nem me vou especializar em torturas, nem comentando e estudando aquilo que os outros fazem, nem cometendo as minhas próprias torturas, percebe?

Portanto, recuso liminarmente as suas observações e a Câmara está sempre atenta, porque eu vou falar com as pessoas, acompanho-as quando há problemas. Quando, há oito dias, morreu um homem, caído numa lareira, tetraplégico, chegaram os bombeiros, chegou a GNR e eu estava lá a seguir. Saí do circo, onde estava com os idosos, e fui acompanhar a medida. Cheguei antes dos serviços sociais da Câmara e cheguei para acompanhar as pessoas, para prosseguirmos com esse apoio. Portanto, não fico satisfeito quando vem falar de sensibilidades. Há carências, há dificuldades, mas também lhe quero dizer que há muitas políticas e não será este Executivo que vai segregar qualquer valor para poder financiar as políticas que venham aqui a ser desenvolvidas, porque conheço bem aquelas que aqui foram propostas e foram sempre baseadas no mesmo critério: tem que se pôr dinheiro. Acho que se tem que pôr dinheiro, mas tem que se exigir, tem que haver resultado, tem que se pôr esforço e tem que se envolver todas as entidades, para reclamar a salvação dessas pessoas. Por isso é que o queremos fazer nas escolas, para podermos, com as crianças, quebrar esse elo, para lhes mostrar que o estudo é importante, que a assiduidade é importante, que o trabalho e o resultado são importantes, que a participação desportiva é importante, que os seus treinadores devem ser respeitados, que há prémio quando há trabalho, que há resultado porque houve esforço, que há disciplina e que há ordem.

Nós hoje vemos - e estão aqui muitos professores que sabem - que muitas vezes são os alunos de famílias que não trabalham que chegam tarde, que faltam, que não são bem acompanhados, porque as suas famílias não cumprem a sua missão. Isto é uma pobreza que não é só económica, não é só financeira, e essa não se combate com dinheiro, essa combate-se com outras políticas. Nós fizemos muito trabalho de investimento na formação profissional, na construção de habitações, na criação de condições para os alunos irem às escolas, no acompanhamento das mulheres. Há alguma coisa que não tem funcionado.

Por isso é que nós dissemos, também, que queríamos o atendimento integrado, que durante muitos anos foi apresentado como uma coisa boa nos governos do Partido Socialista. Mais tarde, quando nós dissemos que íamos avançar, fecharam as portas todas e eu acho que há uma razão para isso, é que nós vamos ter sempre este problema.

É estranho o que aconteceu aos valores das famílias que, há 40 anos, conseguiam, com imenso sacrifício, organizar as suas vidas, sem assistência social, fazer as suas refeições, educar os seus filhos na pobreza e que, ainda assim, passavam um conjunto de valores, de trabalho. E, hoje, muitos desses homens que fizeram os seus cursos, que passaram essas dificuldades, reconhecem a crueza desses tempos, mas o que é certo é que nós percebemos que essa desmoralização do trabalho, do toma lá e fica quieto, da pouca exigência, tem dado mau resultado.

Eu não acho que vamos ser muito condescendentes com estas pessoas. Posso-lhe dizer mais, temos inquilinos no bairro social que devem milhares de euros de água e que eu não mando ligar enquanto não pagarem metade da dívida, porque são beneficiários do RSI, têm filhos nas escolas, não cumprem as suas obrigações, não chegam a horas à escola e o povo de Pombal e os Portugueses não têm que ser condescendentes com quem não é cumpridor, com quem não quer assumir as suas responsabilidades e quer viver anos e anos à custa do erário público. Não me revejo nessas pessoas, enfrento-as. E digo-vos isto porque acho que é desonesto para as pessoas como a Senhora, que trabalharam a vida toda, que descontaram, que fizeram um esforço e que não têm de ser sistematicamente condescendentes com situações destas. Portanto, acho que chegou uma altura em que, de facto, estas medidas têm que mudar, porque aquelas que temos tido não têm funcionado.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Fique descansada que nós não vamos faltar com apoios para que estas intervenções se realizem, nenhuma delas. Temos aqui mais de uma vintena de projetos de intervenção social e até me esqueci das ajudas técnicas, um banco de ajudas técnicas que é dispensado com a colaboração do Centro de Saúde, do Hospital, de privados, de várias instituições que disponibilizam os meios e que os facultam gratuitamente a quem não tem condições.

Nas escolas, as informações que chegam, em qualquer altura, são tratadas devidamente. Ainda agora chegaram informações que fornecemos à Pombal Jovem, de 70 famílias que receberam apoios através da Associação. Temos feito colaborações com as Conferências São Vicente Paulo e reunimos com a Comissão Local da Ação Social. Venha cá ver, ouça-os, não vive mais indignada do que eu, relativamente àquilo que é a incapacidade das políticas poderem surtir resultados, mas há uma coisa com que eu não vou ser muito condescendente: há muitos cidadãos que são beneficiários de apoios do Estado, que não fazem um mínimo de esforço para tirar o pé da situação onde estão, porque têm uma casa, têm rendimentos, apoio para os seus filhos e acham que assim é que está bem e não querem ir mais longe. Isto não está correto.

Dra. Patrícia Carvalho, relativamente à intervenção que fez, sobre as questões do desemprego elevado e das intervenções na economia, repare que nós já aprovámos, nesta Assembleia, várias situações em que o resultado final destas opções são incentivos económicos e estímulos.

Quando nós decidimos mais do que baixar a taxa do IMI, dar condições especiais para os proprietários e investidores que, no Centro Histórico - e foi apresentado como uma solução experimental -, possam, através do arrendamento ou da preservação do seu património, pagar menos impostos, tornando a zona mais atrativa, é um estímulo à economia; quando nós discutimos a transferência da feira para o centro da nossa cidade, estamos a pensar naquilo que possa constituir o resultado dessa maior movimentação que a nossa cidade tem; quando nós fazemos os parques de estacionamento para acolher estas soluções e não levamos dinheiro - vão funcionar gratuitamente durante os próximos cinco anos, pelo menos -, estamos a garantir condições diferentes aos outros cidadãos que não contam com elas; quando nós fazemos as candidaturas para qualificar espaços industriais, para os ampliar ou construir novos, como são as três intervenções de que já aqui falámos hoje, estamos a fazer estímulos à economia; quando vamos ao encontro dos investidores, estamos a fazer esta procura; quando, internamente, temos a opção de abrir as oportunidades aos jovens que estão inscritos no Centro de Emprego e que podem aqui fazer os seus estágios, estamos a dar oportunidades àqueles que precisam, que estão inscritos, que querem, que têm vontade e, só no último mês, duplicámos os jovens que trabalham na Câmara de Pombal, através dos programas do Instituto de Emprego; quando concebemos um programa com a Associação Comercial, para o Natal, estávamos a pensar também na dinamização da economia; quando pensámos nas acessibilidades às zonas industriais, pensámos na dinamização económica - deixe-me dizer-lhe que não concordo com a sua opção de que investir em estradas não é incentivar a economia, porque é pouco provável que os empresários que não têm condições para chegar ou para expedir as suas mercadorias, em condições, queiram fixar-se no nosso Concelho.

Sobre o Pedro Brilhante e a pergunta que fez relativamente à continuidade do arrendamento jovem, vamos lançar esta iniciativa. Está previsto que os apartamentos do edifício que está a ser construído na Rua do Cais sejam destinados a este fim e queremos estender esta iniciativa para outros locais, nomeadamente, no Centro Histórico, porque achamos que também aí este rejuvenescimento da zona é um incentivo económico, também é uma zona de dinamização, uma área de intervenção para a nossa economia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A professora Emília Brito fez aqui várias observações relativamente a uma matéria que é verdade. De facto, aqueles que têm Pólo Escolar e aqueles que não têm vivem momentaneamente uma situação de desequilíbrio e nós queremos combatê-la o mais rapidamente possível, por isso gostávamos muito de concluir, neste mandato, toda a rede concelhia, porque isso significava que iríamos rapidamente propiciar o mesmo conjunto de soluções.

Deixe-me dizer-lhe que vamos fazê-lo, mesmo sabendo os níveis demográficos que temos. Vamos fazê-lo porque nós não podemos reduzir a nossa leitura destes investimentos públicos, nem o ano em que a fazemos, nem aos seis anos anteriores em que nasceram crianças que serão utilizadoras, desde o primeiro ano, dessas mesmas escolas. Fazemo-lo porque são equipamentos que vão durar 40 ou 50 anos e que, muitas vezes, constituem aquilo que é um dos únicos edifícios públicos que determinadas localidades passam a ter.

Eu agradeço, também, a intervenção do Senhor Nascimento Lopes, mas quero começar por lhe dizer que, se fizer uma leitura mais atenta do nosso PPI, vai ver que, relativamente à rede de drenagem na zona poente da freguesia de Pombal, se trata da execução dos projectos, não se trata da execução das obras e, portanto, não fique com essa expectativa.

Se para si é pouco 1 milhão e 800 mil euros de acessibilidades para Pombal, a Dra. Patrícia acha que os 5 milhões para as estradas é muito e esta é a dificuldade de ser Presidente de Câmara, é conseguir fazer este equilíbrio trapezista com leituras tão diferentes.

Quero também dizer ao Senhor Nascimento Lopes o seguinte: a proposta que aqui apresentou de desenvolver, no atual espaço da escola N.º1 e da pré-primária, um edifício com as características de um pólo escolar não me parece muito realizável, porque significa que vamos ter que demolir aqueles edifícios, que vamos ter que os pôr a funcionar durante um ano ou ano e meio noutra local e fazer um investimento novo em todo aquele espaço. Não me parece, à primeira vista, uma grande solução, até porque me parece que as áreas destinadas ao recreio das crianças ficam definitivamente condenadas, porque se trata de uma ilha que tem estradas por todo o lado - não são os quatro lados, mas são três -, portanto, acho uma solução difícil.

Sobre os transportes públicos, deixe-me dizer-lhe que pode não ser verdade que só seja possível ampliar a rede de transportes públicos, comprando autocarros. Isto pode parecer uma coisa difícil, mas hoje, quando apreciamos a frequência e o número de passagens que os transportes públicos fazem em determinados locais, percebemos que pode ser bastante mais útil noutros, ao invés de insistir nos mesmos. Significa que nós, com a mesma estrutura, podemos servir mais população e não desadequar os níveis de cobertura e de frequência de passagem dos autocarros, pelos vários locais que já são servidos hoje, se tivermos percursos que sejam mais demorados e, portanto, mais trespassados, mas que sirvam mais população. É esse estudo que vamos iniciar e por isso não temos vertido, expressamente, esse valor. Deixe-me dizer-lhe, contudo, que para mantermos os quatro autocarros a funcionar - até porque há trabalhos de manutenção e pontualmente pode haver acidentes -, precisamos de reforçar a frota com, pelo menos, mais um.

Sobre a iluminação de barreiras arquitetónicas, deixe-me dizer-lhe também que, como sabe, o Município candidatou-se ao Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades, que está a ser desenvolvido, assim como o Plano Local. Significa que a cidade de Pombal tem um plano expressamente para este fim e, sendo certo que às vezes não é possível resolver todos os problemas de acessibilidades, seja pelas condições objetivas das ruas, sejam pelas cotas, a cidade de Pombal está longe de constituir um mau exemplo, relativamente à política das acessibilidades. Aliás, deixe-me dizer-lhe que, na última Reunião de Câmara, foi decidido, precisamente, integrar a rede de vilas e cidades de excelência, onde estas matérias de mobilidade são, de facto, uma condição especial e, no final deste mês, teremos, no âmbito destas candidaturas, oportunidade de



MUNICÍPIO DE POMBAL

ir a uma cidade Europeia ver as soluções que foram encontradas e o resultado dessas intervenções.

Por fim, um obrigado à professora Emília pelas suas propostas para o desfile de Carnaval. Nós já tínhamos iniciado, internamente, uma discussão relativamente ao modelo do desfile de Carnaval, porque sentíamos essa sua perceção de que era muito pouco, muito trabalho, um desfile um bocadinho rápido, às vezes muito mau tempo e depois cada um vai para seu lado e não se tira tanto partido do esforço e do empenho que as escolas e os seus professores. Portanto, estamos a pensar numa solução que, rapidamente, espero, com a ajuda do Senhor Vereador da Educação, possa corresponder a essa expectativa.”

José Grilo, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Antes de mais, quero dizer ao Senhor Presidente da Câmara que estou perfeitamente em consonância com ele, nos pontos de vista que acabou de expressar quanto à organização social deste País. Quero regozijar-me relativamente ao discurso que fez no jantar de Natal e de que deu nota, em que exortou os funcionários da Câmara ao profissionalismo, ao aumento da natalidade e, sobretudo, à união familiar.

Eu revejo-me, exatamente, em cada um dos exemplos que acabou de dizer, e destaco principalmente a exortação ao profissionalismo e o estímulo à família. Realmente, quando diz que dá a tarde do aniversário do filho, quando diz que o executivo procurará dar o enxoval para o filho, quando diz que estimula a formação escolar do filho dando os livros ao melhor aluno, realmente está a estimular a educação, a família que é a base estrutural de toda esta organização.

Infelizmente falou-se aqui muito de Segurança Social. Eu ouvia e pensava, veio-me à ideia uma coisa interessante, porque não transportar para Pombal o Ministério dos Assuntos Sociais? Realmente, há responsabilidades próprias do Ministério dos Assuntos Sociais e há responsabilidades sociais de um executivo, um não pode substituir o outro.

Eu não conheço no meu concelho ninguém, nenhum Presidente, seja de Junta, seja de Câmara, mesmo do passado - e deixem-me recuar 30, 40, 50 anos atrás - que não tivesse sensibilidade pró social. Ainda ontem, permitam-me que conte este exemplo, o Senhor Presidente da Junta do Louriçal nos confidenciava que, confrangido, foi à procura de uma família depauperada e nunca tinha visto tanto lixo. Levou-a, alimentou-a, repô-la na sociedade. Isto é um político honesto, isto é ação social. Ele não tinha dinheiro para o fazer, mas soube mobilizar a sociedade civil para resolver este problema.

Deixe-me dar um outro testemunho, confranje-me, minha querida amiga Edite, seriamente, nos hospitais que eu conheço e naquele onde tenho agora responsabilidades, encontrar casos sociais abandonados num serviço de urgência, porque os serviços do Ministério dos Assuntos Sociais não fizeram uma ficha social àquele doente e o hospital é o último recurso. Quando solicitamos ajuda às Juntas de Freguesia e aos Municípios, que não daqui deste Concelho, dizem-nos que isso é da responsabilidade da Segurança Social. Quando confrontamos a responsabilidade da Segurança Social, mandamos cartas e só temos uma solução: introduzir os serviços jurídicos para resolver o problema. Temos a Segurança Social instalada, sim senhora, no nosso País, mas não funciona e não funciona porque é burocrata, pesada, vive distante, vive longe dos casos sociais.

Gostei do Orçamento deste Executivo para o ano 2014. Nas Opções do Plano inseridas nesse orçamento, há três pontos que eu destaco, que me sensibilizaram. Um é o saneamento básico, com 6,7 milhões de euros inscritos, e a olhar para o emissário de Carnide-Louriçal, obra anunciada e projetada no anterior Executivo que, agora, Diogo Mateus leva a bom termo. O



MUNICÍPIO DE POMBAL

outro é o abastecimento de água, 1 milhão e 600 mil euros, toda a rede de abastecimento de águas através da Mata do Urso, obra iniciada por Narciso Mota, que este Executivo leva a seu termo. Entretanto, sinto-me satisfeito porque finalmente o Centro Escolar da Mata Mourisca tem a empreitada entregue, 1 milhão e 300 mil euros, e dentro de dois anos será entregue aos alunos. Outro aspeto muito importante são os Centros de Saúde da Guia e de Pombal. O da Guia já com a empreitada entregue, o de Pombal à espera da última proposta. Os Centros de Saúde, outra menina dos olhos deste Presidente do Executivo - eu conheci o labor deste homem quando, há dois anos, corria para a CCDR, para o Centro de Saúde e para ARS de Coimbra à procura de soluções, como Vice-presidente do Executivo. Realmente, o Centro de Saúde de Pombal andava-nos atravessado há muito tempo, há muitos anos; muitas linhas correram nesta sala acerca do Centro de Saúde de Pombal. Finalmente, vamos ter o problema resolvido, 1 milhão e 600 mil euros. O Centro de Saúde da Guia, a Unidade de Saúde Familiar, com 800 mil euros, toda legalizada, à espera do timing apropriado para entrar em funcionamento irrevogável, vai ser implementada. Hoje, o Centro de Saúde é a aposta que qualquer política social, qualquer política de saúde faz para cuidar da saúde dos seus cidadãos. É impossível fazer profilaxia, é impossível prolongar a longevidade das pessoas, se não houver um Centro de Saúde. De tal forma que estão criados programas informáticos comuns em que o doente circula de um lado para outro sem ser preciso outro tipo de comunicação. Investe-se num grande centro de saúde, aliviam-se as consultas externas dos hospitais, todas elas afogueadas.

Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado Senhores Vereadores pelo esforço que têm feito e pela forma como chegaram e levaram a bom termo, neste orçamento, os projetos iniciados pelo anterior executivo e que também foram calcorreados pelo Senhor Presidente.”

Fernando Matias, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Já falaram do Orçamento e das Opções do Plano e a posição em que estou, de facto, ditou-me este momento para intervir, só para sublinhar que o Orçamento participado já existe em Pombal. O Senhor Presidente da Câmara e o Executivo convidaram os Executivos de todas as Juntas a falar sobre os projetos que tinham para as suas freguesias, para o ano 2014. Era só isto que queria salientar e também que, por isso, o executivo da Freguesia de Almagreira entende que uma parte daquilo que deseja para os seus fregueses, para os seus municípios, está vertido nesta proposta e nas GOP’s.

Desejo a todos um santo e feliz Ano Novo.”

José Marques, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Eu queria aqui salientar uma situação que também me preocupa e quero agradecer todas as obras que se proponha executar na Freguesia do Louriçal.

Esta é uma obra já existente e queria perguntar, ao Senhor Presidente, se, depois de ligado o emissário de Carnide à Etar do Louriçal, vamos ficar com aquela Etar com esgotos residuais em maior afluência, porque não sei até que ponto ela tem capacidade, ou terá no futuro, para poder absorver todos estes resíduos.

O que acontece é o seguinte: nós somos abrangidos pela maior dimensão de cultura do arroz, que abrange o Porto de Ferro, o Campo Velho e Marrodo e que termina no Mondego, junto à Quinta do Canal. Há proprietários que se manifestam pelo facto de esta cultura ser sensível a determinada poluição de água que pode criar um azoto forte ao arroz, que posteriormente não dá qualquer produção. Era aqui que eu queria perguntar, além de aquilo que está projetado para a Freguesia do Louriçal a nível dos esgotos, que tenham em conta que temos, realmente, naquela situação, uma Etar que vai ter a maior absorvência de esgotos do Concelho de Pombal. E tenham em conta, também, no futuro, obras que requalifiquem não só a agricultura, na abertura de



MUNICÍPIO DE POMBAL

estradas, de acessos e que compensem os agricultores, mas também o acompanhamento especial na Etar do Lourçal, porque sabemos perfeitamente que existem situações de emergência que podem provocar algo menos bom aos campos de arroz. Portanto, isto é só uma chamada de atenção, sobre a qual me têm também abordado e que eu queria aqui deixar.”

Edite Santos, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“É só um esclarecimento. Quando eu comecei a minha intervenção, disse – e eu vou ler exatamente as palavras que disse, para que não haja dúvidas - “A minha intervenção tem como objetivo demonstrar o desagrado da bancada do Partido Socialista, relativamente a uma verba inscrita, referente à área social”, que tinha única e exclusivamente a ver com 2 mil euros. Já agora, se me permite, 2 mil euros esses que, de facto, ao analisarmos o Plano, em comparação com os 4 mil euros para o Carnaval e os 5 mil euros para festejar o Dia da Educação, me pareceram manifestamente horríveis, vergonhosos, volto a repetir, e não me vou adiantar mais sobre isso, até porque não vou responder ao Dr. Pedro Pimpão, porque foi ao Senhor Presidente da Câmara que me dirigi na altura. Só queria esclarecer este ponto.

No entanto, se me permite dizer-lhe, fiquei muito mais preocupada depois do Senhor Presidente ter proferido as suas palavras. Nomeadamente, não gostei de ouvir defender a pobreza por dela saírem grandes exemplos de sucesso e sacrifício. Não defenda essa sociedade, defenda sim - isto é o meu ponto de vista - uma sociedade que não discrimina em função da origem social e económica. Defenda uma sociedade com igualdade de oportunidades.”

Jorge Cordeiro, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Muito rapidamente, isto não é, de modo algum, pelo contrário, uma defesa da honra. Talvez um esclarecimento, porque eu fui um dos deputados, penso que o primeiro, que fez alusão a estes números da ação social inscritos no Plano de Acção Municipal e, portanto, orgulho-me deles. Porque eles, em si mesmos, não refletem a política social da Câmara - o Senhor Presidente, há pouco, logo a seguir à minha intervenção, falou em valores da ordem de 1 milhão e tal de euros. Foi feita aqui apenas menção a valores, comparativamente ao ano passado e à inscrição de um item, exatamente para situações que não se encaixarão em qualquer regulamento da ação social que existe - ação social escolar, habitação e outros apoios.

Até é salutar esta troca de ideias, daqui nasce a luz, mas também quero aproveitar a oportunidade para dizer que me revejo totalmente nas palavras, de há pouco, do Senhor Presidente da Câmara.”

Rodrigues Marques, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Peço desculpa, eu estava aqui muito caladinho, mas, por uma questão de justiça, eu não posso ficar calado. Porquê? Eu faço parte do Núcleo Executivo do CLAS e este tem tido a preocupação de ter olheiros em todas as freguesias. São as Juntas de Freguesia, são as IPSS’s, a quem é pedido que, efetivamente, sinalizem os casos graves que possam passar ao lado. Temos feito reuniões com a PSP e com a GNR, têm estado aqui, na sala anexa, e tem-se lhes pedido para sinalizarem e informarem o Núcleo Executivo do CLAS das situações que encontram, quer na cidade, quer na parte rural do Concelho.

O único apelo que eu agora gostava de fazer, enquanto elemento do CLAS, sem ter, enfim, mandato para isso, é que cada um dos membros desta Assembleia Municipal que conheçam esses casos, os sinalizem e vão junto da Laurentina, que é a senhora que nos está a coordenar o Núcleo Executivo, e lhe digam que em tal lado é necessário apoio para este casal ou para este idoso ou para esta criança. Era um bom serviço que faziam, um telefonema diretamente à Laurentina, a dar-lhe as coordenadas, que ela depois conseguirá dar a volta à situação.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com oito abstenções.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2014/2017

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu, sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

“Ponto 7.2. Grandes opções do plano para o quadriénio 2014/2017

Foi presente à reunião proposta das grandes opções do plano para o quadriénio 2014/2017 elaborado pela Divisão de Finanças Municipais que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado nos respetivos serviços.

O Senhor Presidente e os Senhores Vereadores, disseram que as considerações tecidas na deliberação anterior, se aplicam de igual modo à proposta de Grandes Opções do Plano em presença.

A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Dr. António Pires, Dr. Fernando Parreira, Eng. Pedro Murinho, Dr.a Ana Gonçalves e Dr.a Catarina Silva e com três abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Adelino Mendes, Dr.a Marlene Matias e Eng. Jorge Claro, aprovar as grandes opções do plano para o quadriénio 2014/2017.

Mais deliberou, por unanimidade, submeter os documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, com o pedido de deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição pelo que se passou à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com oito abstenções.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de Autorização Prévia à Assembleia Municipal para a Assunção de Compromissos Plurianuais, nos termos do Art. 12º do DL 127/2012 de 21/06

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu, sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

“Ponto 7.3. Pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do art. 12.º do DL n.º 127/2012 de 21/06



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Foi presente à reunião a informação n.º 50/DFM/13, da Divisão de Finanças Municipais, que a seguir se transcreve:

"Assunto: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS DO ART. 12º DO DL 127/2012 DE 21/06

Determina a alínea c) do n.º 1 do Artº 6º da Lei 08/2012 de 21/02 (LCPA), que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.

O Artº 12º do DL 127/2012 de 21/06 que veio regulamentar a LCPA, estabelece que para efeitos de aplicação dessa alínea, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente, poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Nestes termos, propõe-se que o Órgão Executivo delibere solicitar ao Órgão Deliberativo, autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais dos Projectos e Acções inscritos nas Grandes Opções do Plano, aquando da sua aprovação para o quadriénio 2014/2017."

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal competente autorização para a assunção do respetivo compromisso para a despesa relativa a exercícios seguintes, conforme determina a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 08/2012 de 21 de fevereiro.

Mais deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal que a deliberação a tomar seja por minuta, para efeitos de imediata execução."

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição pelo que se passou à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal para o ano económico de 2014

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu, sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

“Ponto 13.1. Mapa de Pessoal para o ano de 2014

Foi presente à reunião o mapa de pessoal para o ano 2014, que se dá por reproduzido e fica arquivado na Divisão de Recursos Humanos.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em linha com o Orçamento 2014, o Mapa de Pessoal para o próximo ano.

Mais deliberou, por unanimidade, e em conformidade com os artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, ambos na sua atual redação, submeter o Mapa de Pessoal para o ano de 2014 à apreciação da Assembleia Municipal. Solicita ainda que o pedido de deliberação a tomar seja por minuta, para efeitos de imediata execução."

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição pelo que se passou à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta de Seguro dos eleitos locais – Lei n.º 29/87 de 30/06 alterada pela Lei n.º 52 – A/2005 de 10/10

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu nesta matéria, sobre a necessidade de deliberação da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

“Ponto 14.1. Seguro dos Eleitos Locais - Lei n.º 29/87 de 30 de Junho, alterada pela Lei n.º 52-A/2005 de 10 de Outubro

Foi presente à reunião a informação n.º 21/DMF/13, do Departamento Municipal de Finanças, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Seguro dos Eleitos Locais - Lei n.º 29/87 de 30 de Junho, alterada pela Lei n.º 52-A/2005 de 10 de Outubro

Sr.Presidente,

Tendo em consideração o que estabelece o artigo 17.º da Lei n.º 29/87 de 30 de Junho, alterada pela Lei n.º 52-A/2005 de 10 de Outubro, informa-se o seguinte:

1 . Nos termos do n.º 1 do artigo acima referido, os membros de órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais, mediante deliberação do respectivo órgão, que fixará o seu valor. Diz o n.º 2, que para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência, o valor do seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respectiva remuneração mensal.

2 . A apólice de seguros de acidentes pessoais actualmente existente, tem data de vencimento em 06.01.2014.

3 . Procedeu-se à consulta para as coberturas e capitais constantes do quadro abaixo, às seguintes Companhias de Seguro:

- Companhia de Seguros Fidelidade, S.A.*
- Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.*
- Companhia de Seguros Allianz, S.A.*
- Companhia de Seguros AXA Portugal, S.A.*
- Crédito Agrícola Seguros, S.A*

<i>Coberturas / Capitais</i>	<i>Presidente da Câmara</i>	<i>Vereadores em regime de permanência</i>	<i>Restantes Vereadores</i>	<i>Membros da Assembleia Municipal</i>
<i>Morte e/ou Invalidez Permanente</i>	<i>425.000,00 €</i>	<i>350.000,00 €</i>	<i>95.500,00 €</i>	<i>95.500,00 €</i>
<i>Subsídio Diário por Incapacidade Temporária (Dia)</i>	<i>200,00 €</i>	<i>150,00 €</i>	<i>25,00 €</i>	<i>25,00 €</i>
<i>Subsídio Diário por Internamento Hospitalar (Dia)</i>	<i>200,00 €</i>	<i>150,00 €</i>	<i>25,00 €</i>	<i>25,00 €</i>



MUNICÍPIO DE POMBAL

Despesas de Tratamento e Repatriamento	25.000,00 €	25.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €
Despesas de Funeral	5.000,00 €	5.000,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €

4. Apresentaram proposta as Seguradoras, cuja cópia das propostas se remete em anexo:

- Companhia de Seguros Fidelidade, S.A..
- Companhia de Seguros Allianz, S.A.
- Crédito Agrícola Seguros, S.A,

No quadro abaixo, consta a análise e comparação das mesmas:

	Prémios					
	Presidente da Câmara	Vereadores em regime de permanência	Restantes Vereadores	Total Câmara	Membros da Assembleia Municipal	Total Câmara + Assembleia Municipal
Número de pessoas	1	5	3		40	TOTAL
Fidelidade	344,79 €	1.370,10 €	69,66 €	1.784,55 €	240,80 €	2.025,35 €
Allianz	446,28 €	1.906,00 €	40,77 €	2.393,05 €	152,40 €	2.545,45 €
CA seguros	377,65 €	1.273,81 €	162,93 €	1.814,39 €	2.004,37 €	3.818,76 €

5. Tendo em conta o acima exposto e da comparação do valor global de cada proposta para cada órgão, as propostas mais vantajosas são as seguintes:

Câmara Municipal: Companhia de Seguros Fidelidade, S.A, com um prémio total de € 1.784,55

Assembleia Municipal: Companhia de Seguros Allianz, S.A., com um prémio total de € 152,40

Admitindo a possibilidade de adjudicação de ambos os órgãos apenas a uma Companhia de Seguros, a proposta mais vantajosa é a da Companhia de Seguros Fidelidade, S.A.

6. Em face do exposto, sugere-se que o assunto seja encaminhado à reunião de Câmara, no sentido de ser apreciado pelos respectivos órgãos, em termos que sejam tomadas as deliberações sobre:

- as coberturas e capitais objecto de consulta, ou decididas as alterações que sejam entendidas como convenientes,
- a Companhia de Seguros à qual cada um dos órgãos decide adjudicar."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as coberturas e capitais constantes da informação, no que se refere ao órgão executivo, bem com adjudicar à companhia de seguros Fidelidade S.A., por ser a proposta mais vantajosa.

Mais deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal para decisão das coberturas e capitais, referente aos membros daquele órgão deliberativo."

Colocado este assunto a discussão, inscreveu-se o seguinte membro:

Pedro Ferraz, que usou da palavra para dizer o seguinte:

"Peço desculpa, eu queria perceber o que é que vamos votar? É a proposta da Fidelidade num todo, é a proposta da Fidelidade para a Câmara, é a proposta da Allianz para a Assembleia, é abrimos o concurso? Só queria um pequeno esclarecimento nesta matéria antes de passarmos a votação."



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, para responder à interpelação que lhe foi dirigida:

“A Câmara procedeu a esta proposta e às consultas de mercado, para conhecer os valores de cada uma destas coberturas. Acontece que à Assembleia compete estabelecer o valor da respetiva cobertura e se concordar com as propostas aqui apresentadas, nomeadamente o valor para cada uma das quatro coberturas que estão previstas, ser consequente relativamente ao procedimento concursal a lançar. Se eventualmente a Assembleia entender, que o valor dos membros da Assembleia Municipal, não está adequado, esta consulta ao mercado não servirá. Assim, numa primeira oportunidade temos a apreciação dos montantes das coberturas e em consequência a adesão ao procedimento, que nos termos das consultas efetuadas resultaram nos valores que estão apresentados nesta proposta.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto à votação, no sentido de se votarem as coberturas e capitais constantes da Informação n.º 21/DMF/13, e de se adjudicar à empresa que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa, que no caso concreto, para o órgão Assembleia Municipal, foi a Allianz, SA.

Colocado este ponto à votação, a Assembleia Municipal, deliberou, aprovar as coberturas e capitais constantes da informação, no que se refere ao órgão deliberativo, bem como adjudicar à companhia de seguros Allianz, SA., por ser a proposta mais vantajosa.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.7 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara referente ao Projeto de Regulamento dos Museus Municipais de Pombal

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu, sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

“Ponto 7.1. Projeto de Regulamento dos Museus Municipais de Pombal

Foi presente à reunião a informação n.º 147/UAM/13, da Unidade Administrativa e de Modernização, que a seguir se transcreve:

“Assunto: Aprovação do Projeto de Regulamento dos Museus Municipais

Ex.mo Senhor Presidente:

Foi submetido à reunião de Câmara do passado dia 03 de setembro de 2013, o projeto de Regulamento dos Museus Municipais de Pombal, tendo o mesmo sido aprovado. De acordo com a deliberação da Câmara Municipal de Pombal e nos termos dos n.s 1 e 2 do art. 118.º do Código do Procedimento Administrativo, o Projeto de Regulamento em questão esteve em apreciação pública durante 30 dias, no Portal do Município. Decorrido o prazo previsto, não houve qualquer reclamação ou sugestão. Assim, na sequência do supra exposto, propõe-se que a Câmara delibere aprovar o Projecto de Regulamento dos Museus Municipais de Pombal e remete-lo à Assembleia Municipal para aprovação.”

O projeto de regulamento supra mencionado é do seguinte teor:

“Preâmbulo



MUNICÍPIO DE POMBAL

De acordo com a Deliberação n.º 129/2011, publicada no DR, 2ª série, de 12 de janeiro de 2011, que aprova o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Pombal e de acordo com o art.º 57, os Museus Municipais inserem-se na Unidade de Cultura.

Sendo serviço relevante pela sua função cultural, pelo valor dos seus bens patrimoniais, pelo contributo que fornece para a definição da imagem do município e para a atração de públicos e afirmação institucional, necessitam que toda a sua ação se encontre devidamente regulamentada.

O presente regulamento visa assim disciplinar formas e procedimentos de organização, gestão e funcionamento dos Museus Municipais de Pombal e é elaborado em conformidade com os princípios da política museológica previstos na Lei – Quadro dos Museus Portugueses (aprovada pela Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto), com os princípios básicos da política e do regime de proteção e valorização do património cultural previstos na Lei de Bases do Património Cultural Português (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro) e de acordo com as atribuições e competências transferidas para as autarquias locais nos termos da Lei n.º 159/99 de 14 de setembro, nas suas redações atuais.

De acordo com os Estatutos do ICOM, adaptados na 16.ª Assembleia Geral do ICOM (Haia, Holanda, 5 de setembro de 1989) e alterados pela 18.ª Assembleia Geral do ICOM (Stavanger, Noruega, 7 de julho de 1995) e pela 20.ª Assembleia Geral do ICOM (Barcelona, Espanha, 6 de julho de 2001), «um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição».

A Câmara Municipal de Pombal, através da deliberação de 19 de maio de 1978, decidiu criar, por unanimidade, um Museu Municipal na sede concelhia. Para concretizar esse objetivo decidiu que o referido museu se instalasse no rés do chão do edifício dos Paços do Concelho, no Antigo Convento de Santo António. Assim, o Museu Municipal de Pombal, abriu as suas portas ao público em 8 de maio de 1982, por ocasião das Comemorações do 2.º Centenário da Morte do Marquês de Pombal, com 5 salas de exposição dedicadas à Vida e Obra de Sebastião José de Carvalho e Mello e designando, apenas, por Museu Marquês de Pombal.

As doações aumentaram e os acervos museológicos foram crescendo, constituídos com coleções variadas. Em 24 de outubro de 1997 foi celebrado um Protocolo de Doação de uma coleção de Artesanato e, na sua sequência, deliberada a criação de um novo Museu em Pombal, o Museu de Arte Popular Portuguesa, a ser sediado em local nobre, de preferência no Celeiro do Marquês. Este Museu abriu ao público em 2001, por ocasião da inauguração do Centro Cultural de Pombal, tendo sido disponibilizadas condições, com uma sala de exposições dedicada ao Artesanato Nacional, localizada no piso inferior do antigo Celeiro do Marquês.

O Município de Pombal, acompanhando os novos tempos, criou a Unidade da Cultura, consolidando a ação do Museu. Remodelou espaços públicos, adaptando-os às coleções dos Museus, repensaram-se e reprogramaram-se os espaços museológicos, numa óptica diferente e de acordo com os parâmetros da nova museologia e fruto das atividades desenvolvidas, resultou a transferência do Museu Marquês de Pombal, em julho de 2004, para o edifício pombalino, outrora a cadeia e a ampliação do Museu de Arte Popular Portuguesa, em julho de 2007, com a abertura de uma segunda sala.

A ausência de espaço para o desempenho de todas as novas funções definidas, nomeadamente as respeitantes às atividades educativas, reservas museológicas, arrumos, conservação e restauro, montagem de exposições e centro de documentação, levou à criação de um espaço de apoio ao Museu, em 2005 e aos Serviços Educativos em 2009. Modificavam-se, definitivamente os



MUNICÍPIO DE POMBAL

objetivos que norteavam inicialmente os Museus, perspetivando-se uma renovação programática que redefiniria a sua intervenção, com uma nova função social sobre a sua zona de influência, dedicando a sua ação a toda a população.

Segundo as funções museológicas definidas pelo Conselho Internacional dos Museus, a missão e os princípios gerais que norteiam os núcleos museológicos de Pombal assentam nas funções básicas de investigar, recolher, conservar, documentar e divulgar os diferentes patrimónios na sua dependência. Esta ação tem como palco de atuação o concelho de Pombal e destina-se à população em geral.

É atualmente desejável que a estrutura “Museu Municipal de Pombal”, estabeleça um programa polinucleado, constituindo uma estrutura de núcleos museológicos a funcionarem em rede, desenvolvendo-se a partir de um núcleo sede, onde funcionam os serviços de gestão museológica e alargando-se aos núcleos distribuídos pela área geográfica da sua influência. Estes intuitos contribuem para potenciar os recursos histórico-patrimoniais concelhios com vista à sua divulgação junto dos diferentes públicos, proporcionando o seu conhecimento, proteção e dinamização, implementando uma identidade local ativa e impulsionadora de desenvolvimento das comunidades locais.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento tem como objeto:

- 1) Institucionalizar a missão do Museu Municipal de Pombal enquanto estrutura polinucleada;*
- 2) Definir o seu enquadramento legal;*
- 3) Estabelecer o cumprimento das funções museológicas;*
- 4) Definir o horário e o regime de acesso público;*
- 5) Instituir mecanismos de regulação e supervisão do funcionamento dos Núcleos Museológicos e da utilização das suas instalações;*
- 6) Definir e estabelecer procedimentos para a elaboração de instrumentos de gestão.*

Artigo 2.º

Identificação e Enquadramento Orgânico

1 - O Museu Municipal de Pombal adiante designado por MMP consubstancia um serviço público, tutelado pelo Município de Pombal.

2 – É uma instituição permanente, sem fins lucrativos, aberta ao público, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento e que coleciona, conserva, pesquisa, comunica e exhibe, para possibilitar o estudo, a educação e o entretenimento, promovendo a evidência material e imaterial do meio e contexto em que se insere.

3 – O MMP depende da Unidade da Cultura, da Divisão Cultura, Turismo, Desporto e Juventude, por regulamento orgânico da CMP de 12 de janeiro de 2011, deliberação n.º 129/2011, publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 8.

Artigo 3º

Estrutura

1 - O MMP é um museu polinucleado e descentralizado no território do município de Pombal, composto pelos seguintes núcleos museológicos: Núcleo Sede e Reservas Museológicas; Núcleo Monográfico Marquês de Pombal e Núcleo de Arte Popular Portuguesa.

2 - Tem em desenvolvimento projetos para futuros núcleos museológicos que se enunciam:



MUNICÍPIO DE POMBAL

- a) *Centro de Estudos Professor Carlos Alberto Mota Pinto, em local da casa onde viveu, localizada na Rua Carlos Alberto Mota Pinto, em Pombal;*
- b) *Núcleo do Pinhal e da Resina (que integre uma exposição permanente alusiva à indústria resinosa e sua importância no concelho de Pombal e uma exposição temática referente ao Equipamento do Bombeiro), em local a definir na Urbanização das Cegonhas, junto às chaminés que pertenceram à unidade fabril SOCER, localizada em Pombal;*
- c) *Núcleo Etnográfico, na Freguesia de Almagreira no Concelho de Pombal;*
- d) *Núcleo Arqueológico, em local a designar no Concelho de Pombal;*
- e) *Outros núcleos museológicos, a criar consoante a programação museológica e de acordo com a identidade cultural local.*

Artigo 4º

Localização

- 1 - *O Núcleo Sede e Reservas Museológicas do MMP situa-se na Praça Marquês de Pombal, no edifício dos Serviços de Apoio ao Museu, 3100-449 Pombal, telefone: 236 210564, fax. 236 210599, e-mail: museu@cm-pombal.pt.*
- 2 - *O Núcleo Monográfico Marquês de Pombal do MMP situa-se na Praça Marquês de Pombal, Edifício da Cadeia Velha, 3100-449 Pombal, telefone: 236 210564, fax. 236 210599, e-mail: museu@cm-pombal. pt.*
- 3- *O Núcleo de Arte Popular Portuguesa do MMP localiza-se na Praça Marquês de Pombal, Centro Cultural de Pombal, 3100-449 Pombal, fax. 236 210599, e-mail: museu@cm-pombal. pt.*

Artigo 5º

Missão

- 1 - *O MMP tem por missão estar ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento velando pela conservação e salvaguarda dos patrimónios e pela perpetuação da memória de toda a vivência económica, social e cultural do concelho.*
- 2 - *É vocação do MMP o estudo da história e património do município de Pombal e nacional e a sua divulgação aos diferentes tipos de públicos, potencializando os valores históricos, culturais e socioeconómicos, num compromisso permanente entre o passado e o presente. As suas coleções são heterogéneas e distribuem-se por diferentes temáticas da história e património quer da região, quer da nação.*

Artigo 6º

Objetivos

- 1 - *Os objetivos programáticos são a recolha, a conservação e preservação, o inventário, pesquisa e documentação, a investigação científica e a comunicação e divulgação da história e património local e nacional para as populações que habitam o território concelhio.*
- 2 - *Para a concretização dos intuitos programáticos, deverá:*
 - a) *Promover o estudo, a conservação, a salvaguarda e a divulgação de todos os objetos históricos e do património cultural móvel e imóvel do concelho de Pombal, enquanto fator de identidade e fonte de investigação;*
 - b) *Pesquisar e recolher, documentação e investigação científica de todos os testemunhos que documentem a história e património nacional e local do século XVIII, particularmente sobre a época pombalina, seu enquadramento e sua influência na cultura portuguesa e no mundo, desenvolvendo programas, projetos e ações que utilizem este património como recurso educacional e de dignificação da pessoa humana;*
 - c) *Promover o estudo, a salvaguarda e a divulgação do património cultural imaterial manifestado nos domínios das tradições orais, das práticas sociais e dos acontecimentos festivos;*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- d) *Promover a salvaguarda e a conservação do património arquitetónico de interesse relevante no concelho, classificado ou não, isolado ou integrado em conjuntos edificados, em meio urbano ou rural;*
- e) *Emitir pareceres, coordenar e fiscalizar os trabalhos arqueológicos necessários à salvaguarda de bens arqueológicos em obras da autarquia;*
- f) *Acompanhar obras municipais em sítios e espaços em meio rural, urbano ou ribeirinho de interesse histórico e patrimonial, que impliquem trabalhos de recuperação estrutural e valorização;*
- g) *Efetuar a conservação e restauro das coleções do MMP e do património móvel concelhio, isolado ou integrado em imóveis de interesse patrimonial relevante, mediante uma ação permanente sobre o património cultural, incluindo o património móvel, imóvel, digital, genético e paisagístico, que impeça a destruição das manifestações e dos bens culturais e naturais e assegure a sua longevidade;*
- h) *Inventariar todo o património móvel e imóvel pertencente ao MMP;*
- i) *Documentar todo o património cultural móvel e imóvel do MMP através do inventário sistemático em suporte manual e informatizado;*
- j) *Investigar a história e o património da região de influência do Museu com os recursos humanos de investigação do MMP ou outros a afetar conforme a especificidade e especialização;*
- l) *Promover e contribuir para o desenvolvimento da investigação nas áreas da história, da história da arte, da antropologia, da arqueologia, arqueologia industrial, museologia, museografia e do património etnográfico;*
- m) *Estabelecer parcerias com outras instituições tendo em vista o apoio e a colaboração na salvaguarda, estudo e divulgação do património cultural móvel e imóvel e implementação de estratégias de valorização da memória coletiva, reforçando a identidade local através da valorização e da dinamização social;*
- n) *Divulgar o património histórico e cultural do MMP aos diferentes públicos através de exposições de longa duração e temporárias, edições do Museu, sessões exteriores de divulgação;*
- o) *Captar e diversificar o maior número de públicos para o Museu, desenvolvendo ações de estudo, documentação, transmissão, sensibilização, educação e divulgação;*
- p) *Apoiar, sempre que possível, a criação, organização e consolidação de novos núcleos museológicos do MMP, ou outros museus da autarquia, ou os que existam ao momento de outras tutelas e com parcerias com o MMP, ou os museus a criar na região, ajudando a difundir as boas práticas museológicas;*
- r) *Promover o Museu enquanto espaço de conhecimento, de comunicação e de lazer, contribuindo para a valorização das coleções e proporcionando a educação e o entretenimento;*
- s) *Atingir e manter padrões de qualidade e de rigor, de forma a assegurar a satisfação da comunidade em que se insere e o reconhecimento oficial da sua qualidade técnica;*

Artigo 7º

Coleções

- 1 - *O acervo patrimonial do MMP é constituído por coleções representativas da história local, nacional e património cultural da região;*
- 2 - *As coleções são muito heterogéneas e distribuem-se pelas seguintes temáticas: arqueologia, arqueologia industrial, instrumentos musicais, desenho, fotografia, mobiliário, escultura, etnografia, gravura, documentos, bibliografia, cerâmica, pintura, vidro, cartazes, medalhista, pedra e artesanato (v. «Política de incorporações do MMP»).*

CAPÍTULO II



MUNICÍPIO DE POMBAL

Orgânica do Serviço

Artigo 8º

Instrumentos de gestão

1 - Os instrumentos de gestão do Museu são o plano de atividades, que engloba toda a programação museológica, o plano educativo e função social, o relatório de atividades, as estatísticas de visitantes e vendas de loja.

2 - O Prazo de elaboração de cada um dos instrumentos de gestão referenciados no artigo anterior é o que se encontra definido nos termos legais em vigor ou o que for definido superiormente pela CMP;

3- São igualmente instrumentos de gestão, o documento «Política de incorporações do MMP», as Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva do MMP e o Manual de Acolhimento I Procedimentos.

Artigo 9º

Estruturação orgânica dos serviços do Museu

O MMP está integrado na Divisão da Cultura, Turismo, Desporto e Juventude e é constituído pelos seguintes serviços:

a) Coordenação - O Museu tem um coordenador, a quem compete a superior direção dos diferentes serviços do Museu, procurando assegurar desse modo a totalidade das funções museológicas. Compete-lhe propor o plano anual de atividades do Museu e a sua gestão, de acordo com o orçamento da autarquia nos seus instrumentos, plano de atividades municipais e plano plurianual de investimentos, os restantes instrumentos de gestão descritos no n.º 1, do artigo 8.º deste regulamento e outros no seguimento das orientações programáticas superiormente definidas pela CMP;

b) Serviços técnicos - os serviços técnicos compreendem as seguintes áreas: estudo e investigação; documentação e gestão de coleções; conservação e segurança; educação; exposição e divulgação;

c) Serviços auxiliares - os serviços auxiliares compreendem: apoio aos serviços técnicos (administrativo e secretariado); apoio ao acolhimento e vigilância e serviços de limpeza/manutenção.

Artigo 10.º

Competências dos serviços do Museu

1 - Compete à Coordenação:

a) Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento;

b) Coordenar e supervisionar os diferentes serviços do Museu, apoiando a gestão técnica dos serviços do MMP,

c) Promover, apoiar e assegurar o cumprimento da totalidade das funções museológicas, definir as linhas de atuação do MMP;

d) Definir e dar seguimento à política de incorporações do MMP;

e) Emitir pareceres sobre incorporações, depósitos e cedências de bens culturais;

f) Propor à tutela o plano anual de atividades do Museu e a sua gestão de acordo com o orçamento da autarquia nos seus instrumentos, plano de atividades municipais e plano plurianual de investimentos, os restantes instrumentos de gestão descritos no n.º1, do artigo 8º deste regulamento e outros no seguimento das orientações programáticas superiormente definidas pela CMP;

g) Elaborar o plano de segurança do MMP, em colaboração com o Gabinete de Proteção Civil;



MUNICÍPIO DE POMBAL

- h) Elaborar trimestralmente o relatório de atividades do MMP, para apresentação à Assembleia Municipal;*
 - i) Promover a qualificação do MMP;*
 - j) Promover o rigor científico e a qualificação das exposições e de outras ações de divulgação do MMP;*
 - k) Promover e apoiar iniciativas de estudo, valorização e divulgação do acervo do Museu;*
 - l) Elaborar a programação e a reprogramação dos atuais e de futuros núcleos museológicos;*
 - m) Analisar e acompanhar projetos de valorização dos núcleos museológicos;*
 - n) Incentivar e propor o estabelecimento de parcerias e protocolos com outras instituições, tendo em vista o desenvolvimento de atividades conjuntas;*
 - o) Promover formações na área da museologia, tendo em vista a valorização profissional do pessoal;*
 - p) Assegurar a gestão dos recursos humanos e materiais afetos ao MMP, promovendo o seu desenvolvimento e aproveitamento.*
- 2- Compete ao Serviço de Estudo e Investigação:*
- a) Desenvolver iniciativas de estudo, valorização e divulgação do acervo do museu e das suas temáticas que abarcam áreas disciplinares da história local e regional, história da arte, arqueologia, arqueologia industrial, história, património, antropologia, etnografia, museologia, programação, museologia e museografia;*
 - b) Desenvolver o estudo e a investigação, no âmbito do Serviço de Incorporação e Inventário;*
 - c) Desenvolver o estudo e a investigação, no âmbito do Serviço de Exposição e Divulgação;*
 - d) Desenvolver o estudo e a investigação, no âmbito do Serviço Educativo;*
 - e) Apoiar o trabalho de investigadores facilitando o acesso à informação e aos bens culturais para fins de estudo;*
 - f) Propor a celebração de protocolos de colaboração e apoio, bem como contratos de prestação de serviços com entidades públicas e privadas, no âmbito da investigação;*
 - g) Gerir a investigação produzida sobre os seus bens culturais;*
 - h) Acompanhar e apoiar estudos referentes aos bens culturais do MMP;*
 - i) Valorizar e dinamizar o património cultural local, através da organização do Centro de Documentação;*
 - j) Dinamizar o Centro de Documentação, promovendo a aquisição, a recolha e a divulgação de documentação;*
 - k) Promover e apoiar a investigação externa;*
- 3 - Compete ao Serviço de Documentação e Gestão de Coleções:*
- a) Promover a incorporação de bens culturais de acordo com a política de incorporações do MMP;*
 - b) Elaborar o registo prévio de bens incorporáveis - ficha de incorporação e registo fotográfico relativamente a cada um dos bens a incorporar;*
 - c) Submeter à aprovação da tutela propostas para incorporação;*
 - d) Documentar o direito de propriedade dos bens culturais incorporados - preparação da documentação;*
 - e) Divulgar e publicar, de forma regular, as incorporações;*
 - f) Proceder ao registo dos bens culturais incorporados e depositados;*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- g) Proceder à marcação dos bens culturais de forma adequada;*
 - h) Efetuar o inventário dos bens museológicos incorporados e depositados e proceder à sua informatização e à sua preservação;*
 - i) Coordenar, elaborar e manter atualizado o inventário museológico, através da adaptação de normas definidas;*
 - j) Realizar documentação fotográfica para o inventário museológico e organizar o arquivo de imagens;*
 - k) Assegurar a gestão dos bens culturais em situação de depósito;*
 - l) Colaborar na preparação de exposições;*
 - m) Preparar a documentação para cedência temporária de bens culturais do MMP;*
 - n) Desenvolver o estudo e a investigação no âmbito do inventário museológico;*
 - o) Apoiar a investigação interna desenvolvida pela equipa do Museu e a externa, que contempla a dos utilizadores externos, tendo fundos documentais nas temáticas de interesse para a investigação desenvolvida, articulando-se com outros centros de documentação já criados ou a criar em futuros núcleos museológicos;*
- 4 - Compete ao Serviço de Conservação e Segurança:*
- a) Garantir a conservação preventiva das coleções museológicas da autarquia e o restauro de bens museológicos efetuados no Laboratório de Conservação e Restauro do MMP, consoante as áreas de intervenção possíveis de realizar;*
 - b) Desenvolver medidas adequadas e necessárias de forma a garantir a segurança e conservação dos bens culturais;*
 - c) Coordenar trabalhos de conservação preventiva - proteção e tratamento de bens culturais;*
 - d) Apoiar tecnicamente a manutenção dos edifícios, dos sistemas e equipamentos de segurança, bem como dos equipamentos de conservação;*
 - e) Definir e proceder à aplicação de normas e procedimentos de conservação preventiva;*
 - f) Emitir pareceres sobre condições de conservação e segurança, no âmbito de depósitos, de cedências temporárias, da realização de registos fotográficos, de gravações e de filmagens relativas aos bens culturais;*
 - g) Promover com regularidade a realização de vistorias de conservação e segurança a todas as instalações do MMP;*
 - h) Garantir condições de conservação e segurança, adequadas a todos os bens culturais;*
 - i) Proceder à monitorização e manutenção das condições ambientais, nos espaços de exposição e reserva;*
 - j) Elaborar planos de conservação preventiva para os diversos espaços do MMP;*
 - k) Elaborar e executar planos de manutenção aos espaços de exposição e reserva;*
 - l) Planificar e coordenar trabalhos de conservação (proteção e tratamento) a efetuar na oficina do MMP;*
 - m) Elaborar relatórios com registo do tratamento efetuado, relativamente a cada um dos bens culturais intervencionados;*
 - n) Definir prioridades e soluções na conservação do acervo do MMP;*
 - o) Propor a realização de intervenções de conservação e restauro a entidades externas qualificadas, sempre que necessário e desde que o MMP não disponha de recursos humanos e técnicos para o fazer;*



MUNICÍPIO DE POMBAL

p) Organizar as reservas, dotando-as de condições adequadas de conservação e segurança, de acordo com o definido pelas normas e procedimentos de conservação preventiva do MMP;

q) Emitir parecer sobre as condições de conservação e de segurança a que devem estar sujeitos os bens culturais cedidos temporariamente;

5 - Compete ao Serviço Educativo:

a) Definir normas e procedimentos inerentes ao seu funcionamento, de acordo com o definido para o MMP e para a entidade tutelar;

b) Cooperar com os serviços do MMP, da unidade orgânica em que se insere e com a tutela, no âmbito das suas competências;

c) Promover atividades educativas, numa perspetiva de educação não formal, culturais e de lazer diversificadas;

d) Desenvolver planos educativos das exposições de longa duração, temporárias e itinerantes;

e) Apresentar uma programação regular que reflita os princípios da política museológica do MMP, que se enquadre nos objetivos que são estabelecidos periodicamente por este e que procure satisfazer as necessidades e interesses dos seus públicos;

f) Dinamizar oficinas educativas no MMP;

g) Apoiar a realização de atividades autónomas, constantes ou não na programação do Serviço Educativo, por educadores, professores ou outros interessados;

h) Elaborar projetos específicos, preparados em conjunto com agentes educativos externos ao Museu;

i) Disponibilizar um conjunto de diferentes materiais, suscetíveis de permitir a realização autónoma de atividades e projetos, ou a preparação e consolidação de atividades a realizar pelo Serviço Educativo;

6- Compete ao Serviço de Exposição e Divulgação:

a) Promover o estudo, a valorização e a divulgação da documentação relacionada com as coleções do MMP, nomeadamente através de exposições e edições;

b) Promover a utilização dos bens culturais incorporados para fins de divulgação, publicação e exploração económica;

c) Desenvolver e apoiar a realização de exposições e a organização de outras iniciativas relacionadas com a divulgação e a investigação, promovendo a exposição de bens incorporados e depositados no MMP;

d) Definir os modos de divulgação mais adequados às coleções e ao público que visita o MMP;

e) Coordenar e acompanhar a montagem de exposições temporárias e permanentes;

f) Implementar e desenvolver a linha editorial do MMP, promovendo a elaboração gráfica do material de divulgação das exposições;

g) Organizar formas de difusão de informação de material impresso e não impresso;

h) Elaborar e apresentar projetos que visem a angariação de apoios mecenáticos;

i) Divulgar as atividades do museu através de vários meios de comunicação, nomeadamente: imprensa local, regional e nacional, rádio e televisão, sítios da Internet, roteiros culturais, folhetos, cartazes, painéis e divulgação sonora;

7 - Compete aos Serviços Administrativos, de Acolhimento e Vigilância:

a) Proceder à abertura e ao encerramento dos núcleos museológicos, de acordo com os respetivos horários de funcionamento;



MUNICÍPIO DE POMBAL

- b) *Prestar atendimento ao público, quer no acesso às instalações quer no acesso às lojas do Museu;*
 - c) *Apoiar os visitantes com necessidades especiais;*
 - d) *Prestar apoio aos visitantes, fornecendo informações sobre as exposições;*
 - e) *Apoiar as diversas atividades de carácter administrativo, nomeadamente a gestão de comunicação telefónica, fax e email, preparação do correio interno para despacho superior, tratamento, receção e envio de correspondência, organização do arquivo corrente de documentação e a sua tramitação;*
 - f) *Supervisionar os serviços de receção e vigilância dos diferentes núcleos museológicos;*
 - g) *Assegurar a gestão financeira e contabilística das lojas do MMP, em articulação com o Serviço de Contabilidade e Tesouraria da CMP;*
 - h) *Assegurar a integridade das coleções museológicas e de todo o património exposto, evitando atos de vandalismo e garantindo o cumprimento das normas regulamentares do Museu por parte dos visitantes;*
 - i) *Efetuar o registo diário de todos os visitantes e organizar a estatística mensal dos visitantes dos núcleos museológicos;*
 - j) *Zelar pelo bom funcionamento dos sistemas de segurança do espaço: alarmes anti-intrusão, anti-incêndio e sistema de videovigilância;*
- 8 - *Compete ao Serviço de Limpeza:*
- a) *Promover e assegurar a limpeza e manutenção das áreas de exposição e dos diferentes espaços do Museu;*

CAPÍTULO III

Gestão do Acervo

Artigo 11.º

Política de incorporações

- 1 - *O MMP apresenta uma política de incorporações, definida de acordo com a sua vocação e objetivos, experimentando um programa que objetiva a continuidade do enriquecimento do acervo museológico no âmbito da temática definida.*
- A política de incorporações deste Museu está criada no documento “Política de incorporações do Museu Municipal de Pombal” de acordo com a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004);*
- 2 - *O MMP aumenta o seu acervo integrando formalmente bens culturais nas modalidades de compra, doação, legado, herança, recolha, achado, transferência, permuta, afetação permanente e dação em pagamento;*
- 3 - *O MMP seleciona, de acordo com o definido na política de incorporações, a integração de bens culturais nas modalidades referidas no número anterior;*
- 4 - *Constituem exceção, ao número anterior, a integração de bens arqueológicos provenientes de trabalhos arqueológicos e de achados fortuitos, bem como os bens culturais que venham a ser expropriados, nos termos previstos na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro;*
- 5 - *Todos os bens culturais a incorporar devem ser submetidos a um registo prévio (ficha de incorporação), sendo recomendável a apresentação de registo fotográfico;*
- 6 - *O MMP documenta o direito de propriedade dos bens incorporados, submetendo a incorporação à aprovação da Câmara Municipal de Pombal;*
- 7 - *O MMP divulga e pública, de forma regular, as suas incorporações.*

Artigo 12.º

Depósito



MUNICÍPIO DE POMBAL

- 1 - O MMP pode constituir-se depositário de bens culturais;
- 2 - O depósito é determinado como medida provisória para a segurança e conservação dos bens culturais - depósito compulsivo - ou por acordo entre o proprietário do bem e o MMP - depósito voluntário;
- 3 - O MMP passa um certificado de depósito identificando o bem ou os bens depositados e descrevendo as condições do depósito;
- 4 - O MMP procede ao registo de todos os bens depositados no livro de depósitos do MMP, atribui-lhes um número individualizado, ao qual corresponderá uma ficha de inventário museológico;
- 5 - O MMP celebra contrato de seguro dos bens culturais depositados;
- 6 - O MMP só deve aceitar o depósito voluntário de bens culturais semelhantes aos que constituem o seu acervo, ou de relevante importância para o Museu;
- 7 - No caso de depósito voluntário, sempre que se trate de um bem cultural classificado ou em vias de classificação, que possa ser exposto e seja de grande importância para o Museu, o depositante pode ser remunerado, consistindo a remuneração na obrigação de restaurar o objeto;
- 8 - Os depositantes podem levantar os bens culturais devendo, para o efeito, comunicar por escrito ao Museu, com uma antecedência de 30 dias úteis, caso não se tenha estabelecido nenhuma cláusula especial;
- 9 - Se os bens depositados integrarem uma exposição temporária, só poderão ser devolvidos ao proprietário no final da mesma.

Artigo 13.º

Cedência

- 1 - O MMP pode autorizar a cedência temporária de bens culturais incorporados e emitir parecer sobre a cedência temporária de bens em situação de depósito;
- 2 - A cedência temporária de bens culturais do MMP só pode ser autorizada quando garantidas as condições de conservação e segurança;
- 3 - A solicitação para a cedência de bens culturais incorporados e em situação de depósito deverá ser apresentada por escrito, com uma antecedência de três meses, fundamentando o pedido, as datas, as entidades envolvidas e as condições de segurança e conservação a que os bens culturais irão estar sujeitos;
- 4 - O MMP deve acautelar a responsabilidade sobre a cedência de bens culturais em situação de depósito;
- 5 - O MMP, ao autorizar a cedência de bens culturais incorporados ou ao emitir parecer sobre a cedência de bens em situação de depósito, pode apresentar as seguintes contrapartidas à cedência:
 - a) Conservação e ou restauro dos bens culturais;
 - b) Oferta do catálogo da exposição em que os bens se integrem;
 - c) Levantamento dos bens culturais mediante apresentação de contrato de seguro na modalidade "Prego a Prego" (contra todos os riscos);
 - d) As imagens recolhidas só poderão ser usadas para inserção no catálogo e noutros materiais de divulgação da exposição para a qual os bens serão cedidos;
- 6) Constituem exceção ao previsto no n.º1, os bens culturais classificados ou em vias de classificação, que podem ser cedidos com autorização da tutela em função do tipo de classificação (tesouro nacional, imóvel de interesse público ou municipal).

Artigo 14.º



MUNICÍPIO DE POMBAL

Inventário

- 1 - *O Inventário museológico é a relação de todos os bens culturais incorporados e que constituem o acervo do Museu, independentemente da modalidade de incorporação;*
- 2 - *São seguidos os princípios gerais de inventário definidos pelo Conselho Internacional dos Museus (ICOM) e pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses no seguimento das normas de inventário aprovadas e publicadas pelo IPM (Instituto Português de Museus);*
- 3 - *O inventário é registado em fichas de registo em suporte informático. Esta tarefa é assegurada pelos serviços de documentação e gestão de coleções;*
- 4 - *Os bens culturais depositados no MMP são alvo de inventário museológico, que corresponde ao número de registo de inventário ou de depósito e uma ficha de inventário museológico;*
- 5 - *O inventário compreende um número de registo de inventário ou de depósito e uma ficha de inventário museológico;*
- 6 - *O MMP dispõe de livro de tombo e de livro dos depósitos;*
- 7 - *No livro de tombo registam-se todos os bens culturais incorporados no MMP, aos quais é atribuído um número de registo de inventário;*
- 8 - *No livro de depósitos registam-se todos os bens culturais depositados no MMP, aos quais é atribuído um número de registo de depósito;*
- 9 - *O número de registo atribuído aos bens culturais incorporados é intransmissível e único, encontrando-se permanentemente associado a uma ficha de inventário museológico;*
- 10 - *Aos bens culturais em situação de depósito é atribuído um número de registo de depósito, intransmissível e único, encontrando-se permanentemente associado a uma ficha de inventário museológico;*
- 11 - *O inventário identifica e individualiza o bem cultural e integra documentação de acordo com normas técnicas adequadas à natureza e características do bem;*
- 12 - *O número de registo de inventário é composto por um código alfanumérico (Abreviatura do Núcleo museológico, seguido do número de registo) de individualização que não pode ser atribuído a qualquer outro bem incorporado, mesmo que aquele a que foi atribuído tenha sido abatido ao inventário museológico;*
- 13 - *O número de registo de depósito é composto por um número sequencial de individualização, que não pode ser atribuído a qualquer outro bem em depósito, mesmo que aquele a que foi atribuído tenha sido abatido ao inventário museológico;*
- 14 - *O inventário museológico do MMP tem como suporte material a ficha de inventário em suporte informático, impressa em papel. Para cada bem cultural é elaborada uma ficha de inventário, acompanhada de registo fotográfico e de outros registos subsequentes que permitam aprofundar a informação sobre o bem cultural;*
- 15 - *O MMP efetuará cópias de segurança com regularidade, que serão conservadas na sede do Museu e no edifício sede da Câmara Municipal, garantindo assim a integridade e segurança da informação.*

Artigo 15.º

Investigação e estudo de coleções

- 1 - *No âmbito da investigação, consideram-se dois tipos de investigação, a interna e a externa:*
 - a) *Investigação interna - é desenvolvida pelos técnicos do MMP e abrange as áreas temáticas que se relacionam diretamente com as coleções do Museu, no âmbito do estudo da história nacional e local e do património do concelho e a sua divulgação aos deferentes públicos, tendo em conta a missão, a vocação, os objetivos, a política de incorporações e os planos de exposição e edições do Museu;*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- b) Investigação externa - o Museu predispõe-se a colaborar com investigadores externos à instituição, disponibilizando informações sobre objetos museológicos, documentação de apoio diversificada ou iconográfica/ fotográfica respeitante às suas coleções museológicas, a entidades ou investigadores presenciais que o solicitem (a título individual, associados, escolas e universidades ou outras entidades públicas ou privadas);*
- 2- O MMP, como instituição pública, facultará, sempre que possível, aos investigadores que o solicitem, informações (documentais e fotográficas) de que é detentor e que os investigadores desejem utilizar em apresentações públicas ou em edições, sendo necessário que o utilizador que pretende a informação cedida pelo MMP ou imagens de objetos e documentação pertencentes a esta instituição, o faça por escrito ou mediante a assinatura de um protocolo em que se explicita o que se pretende obter ou consultar no Museu e a que fins se destina.*
- 3 - O uso indevido e não autorizado de dados pertencentes ao MMP acionará os direitos legais, segundo o estipulado no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, alterado pelas Leis n.ºs 45/85, de 17 de setembro e 114/91, de 3 de setembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 332/97 e 334/97, ambos de 27 de novembro, pelas Leis n.ºs 50/2004, de 24 de agosto, 24/2006, de 30 de junho, 16/2008, de 1 de abril e 65/2012, de 20 de dezembro.*
- 4 - O MMP conserva todos os direitos de autor e direitos conexos de acordo com a legislação vigente, sobre a investigação desenvolvida pelos técnicos do Museu ou ao seu serviço, no âmbito de atividades do Museu, como exposições temporárias, programas educativos e publicações - catálogos, roteiros, desdobráveis, monografias;*
- 5 - O MMP reserva-se o direito de condicionar o acesso às instalações das reservas, por razões de conservação e segurança;*
- 6 - A prestação de alguns serviços pode implicar o pagamento de custos inerentes ao serviço prestado, estabelecido em tabela a aprovar nos termos legais.*

Artigo 16.º

Conservação

- 1 - O Museu promove as condições e as medidas preventivas adequadas à boa conservação dos seus bens culturais, móveis e imóveis, tendo em conta as normas veiculadas pelas entidades competentes nesta matéria;*
- 2 - A conservação do acervo do Museu, bem como a política de conservação da instituição, deve constar do documento de normas e procedimentos de conservação preventiva do MMP, de acordo com as especificidades do próprio Museu e dos princípios e prioridades da conservação preventiva, avaliação de riscos e elaboração de procedimentos adequados;*
- 3 - O MMP deve dispor de um ou vários planos de conservação preventiva (de acordo com os diferentes núcleos) que abranja todas as instalações do Museu, devendo o planificado ser cumprido e atualizado em função de eventuais alterações;*
- 4 - As intervenções de conservação e restauro aos bens culturais incorporados ou depositados no MMP só podem ser efetuadas por técnicos qualificados;*

Artigo 17.º

Segurança

- 1 - O MMP está equipado em todos os seus núcleos museológicos com as condições de segurança indispensáveis que garantem a proteção e a integridade dos bens museológicos nele integrados, dos visitantes, do pessoal e das instalações, designadamente equipamentos de deteção de intrusão, de incêndio, sistema de videovigilância e vigilância presencial.*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- 2 - O Museu deverá dispor também de planos de emergência e segurança, revistos periodicamente de acordo com a legislação em vigor;
- 3 - Constituem medidas de segurança as restrições à entrada, previstas no artigo 23º deste regulamento;
- 4 - A segurança do MMP centra-se e desenvolve-se no cumprimento de três ações: a prevenção, a deteção e a intervenção;
- 5 - Na prevenção, o MMP dispõe de sistemas eletrónicos de deteção de incêndio e de intrusão, de extintores portáteis, de vigilância humana e de videovigilância;
- 6 - A deteção consiste na identificação de situações que ponham em risco as pessoas, os bens culturais e as instalações e na deteção da presença ou existência de pessoas ou ocorrências que possam constituir perigo para o MMP;
- 7 - Para assegurar o cumprimento da ação de deteção, o MMP dispõem de meios humanos e tecnológicos - vigilância presencial e sistemas de deteção de alarme;

CAPÍTULO IV

Acesso Público aos Espaços do Museu

Artigo 18.º

Horário

- 1 - O horário de abertura ao público encontra-se afixado no exterior dos núcleos do MMP, aceitando-se marcação de visitas aos fins de semana, sujeitas a autorização prévia;
- 2 - O Centro de Documentação, sito no Núcleo Sede, encontra-se aberto de segunda a sexta-feira, das 10 às 13 horas e das 14 às 18 horas (a última admissão faz-se às 17 horas e 30 minutos) e as consultas funcionam mediante marcação prévia;
- 3 - O horário dos Serviços Administrativos é de segunda a sexta-feira, das 10 às 13 horas e das 14 às 18 horas;
- 4 - O Serviço Educativo funciona de segunda a sexta-feira, das 10 às 13 horas e das 14 às 18 horas, encontrando-se os ateliers sujeitos a marcação prévia.

Artigo 19.º

Ingresso

- 1 - O ingresso nos núcleos do MMP é gratuito;
- 2 - Qualquer alteração ao regulamento, motivada por circunstâncias excecionais e por estritas razões de interesse público, deverá ser aprovada pela CMP.

Artigo 20.º

Registo de visitantes

- 1 - O MMP procede ao registo diário dos visitantes dos seus núcleos museológicos;
- 2 - O registo de visitantes tem por objetivo o conhecimento rigoroso dos públicos que visitam todos os núcleos do MMP, diferenciando-os por categorias: nacionalidade, naturalidade, sexo, faixa etária;
- 3 - O registo é feito manualmente pelos visitantes na receção dos núcleos museológicos sendo controlado e, posteriormente, informatizado pelo funcionário que se encontra no acolhimento;
- 4 - O tratamento informático servirá para o registo estatístico dos públicos, possibilitando a realização de estudos de forma a melhorar a qualidade do funcionamento do Museu.

Artigo 21.º

Acolhimento e apoio ao público

- 1 - A receção e o acolhimento são feitos nas receções dos respetivos núcleos museológicos;



MUNICÍPIO DE POMBAL

2 - O percurso museológico normal é feito em regime de visita livre, com exclusão das ações desenvolvidas pelo Serviço Educativo do MMP, das visitas guiadas pelo Serviço de Turismo e outras que venham a ser consideradas pelo Município;

3 - Na receção dos núcleos do MMP existem em permanência o livro de honra e sugestões e também um livro de reclamações, de acordo com as normas em vigor.

Artigo 22.º

Restrições à entrada

1 - É interdita a entrada de pessoas com objetos que possam prejudicar a segurança e a conservação dos bens culturais e das instalações, nomeadamente: comida e bebida, malas e outros objetos de grandes dimensões, guarda-chuvas, mochilas e sacos de compras, que devem ser deixados à entrada, junto à receção dos núcleos;

2 - O MMP pode impedir a entrada a visitantes que se façam acompanhar por objetos que pela sua natureza não possam ser guardados, com segurança, na área de acolhimento;

3 - Caso o visitante pretenda guardar na receção objetos que repute de elevado valor, estes deverão ser declarados e identificados pelo visitante e pelo funcionário de serviço;

4 - É proibida a utilização de equipamento de vídeo ou fotográfico sem autorização prévia do coordenador do Museu e ou do Município.

Artigo 23.º

Normas de visita

1 - Durante a visita aos diferentes núcleos do MMP não é permitido:

a) Tocar nos objetos museológicos expostos, exceto nos que se encontrem preparados especificamente para esse fim, como as réplicas museológicas expostas nas exposições;

b) Fumar;

c) Comer ou beber, salvo em situações superiormente autorizadas ou programadas no decurso das iniciativas do Museu;

d) Entrar com animais dentro dos espaços do Museu, com exceção dos cães-guia;

e) Correr nos diferentes espaços de exposição;

f) Fotografar ou filmar sem autorização expressa da coordenação do Museu;

g) Usar telemóveis durante as visitas, quer para manter conversação quer para efetuar imagens e filmagens dentro do Museu;

2 - Nas visitas guiadas pelo Serviço Educativo do Museu, às exposições do MMP ou ao património concelhio, não é aconselhável que o número de visitantes exceda os 30 elementos por grupo;

3 - Nas oficinas educativas que decorram no Serviço Educativo, os participantes não devem exceder os 20 elementos.

Artigo 24.º

Apoio a pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada

1 - O MMP desenvolve todos os esforços com vista a receber os mais diversos tipos de público, sem prejuízo das necessidades especiais que cada cidadão possa ter, disponibilizando para o efeito cadeira elevatória, rampas de acesso, legendagem braille e percurso tátil.

Artigo 25.º

Acesso às reservas museológicas

1 - O MMP possui reservas organizadas, a funcionar no Núcleo das Reservas Museológicas I Serviços de Apoio ao Museu, na Praça Marquês de Pombal. Estão instaladas em áreas individualizadas, adequadas ao acervo museológico, garantindo a sua conservação e segurança;



MUNICÍPIO DE POMBAL

2 - As coleções museológicas, mesmo as que se encontram em reserva, estão acessíveis ao público mediante o cumprimento dos seguintes critérios:

- a) O acesso à reserva é permitido aos técnicos do Museu que mais diretamente trabalham na gestão das coleções, sem prejuízo de, em casos excepcionais e superiormente autorizados, as mesmas possam ser frequentadas pelos demais técnicos da instituição;
- b) O acesso de investigadores aos objetos museológicos guardados nas reservas, para fins de estudo e investigação, pode ser autorizado, devendo a sua consulta ser efetuada sempre com o acompanhamento de um técnico afeto ao MMP, em local do Museu previamente definido pelo coordenador ou pelos técnicos responsáveis pela gestão de coleções, usando o equipamento adequado;

3 - No caso de não ser permitido aos investigadores e visitantes o acesso às reservas e aos objetos, a não autorização de acesso deve ser fundamentada, dando-se a conhecer o motivo ou motivos que levaram à não autorização do acesso;

4 - A interdição de acesso aos objetos museológicos guardados em reserva pode ficar a dever-se a:

- a) Indisponibilidade temporária do técnico do Museu para acompanhar os investigadores que solicitem autorização para acesso aos objetos em reserva;
- b) Causas inerentes à necessidade de cuidados especiais na conservação das espécies museológicas;
- c) Mau estado de conservação dos objetos;
- d) Outros aspetos considerados relevantes pela coordenação do Museu.

Artigo 26.º

Acesso à documentação

1 - Um Museu é um espaço público, pelo que a informação inerente aos objetos museológicos deve também ser considerada de uso público;

2 - O Museu faculta, mediante solicitação escrita e fundamentada, o acesso a dados constantes na ficha do objeto, existente em formato digital e a elementos constantes no processo que muitos objetos possuem;

3 - O acesso à documentação será condicionado sempre que os dados constantes do processo sejam considerados confidenciais pelo Museu, nomeadamente quando a sua divulgação possa colocar em causa a integridade e a segurança das coleções museológicas, ou quando os objetos depositados ou doados ao Museu tenham inerentes normas restritas impostas pelos depositantes ou doadores.

Artigo 27.º

Normas para Utilização das coleções e documentos por investigadores e instituições

1 - Em caso de cedência de informação, incluindo imagens de texto ou objetos, o investigador ou instituição deverá sempre mencionar a autoria e origem da informação disponibilizada pelo MMP;

2 - Os direitos de autor dos textos produzidos pelos técnicos do MMP, no âmbito das suas funções enquanto técnicos do Museu, pertencem à própria instituição;

3 - Cada técnico do Museu que produza textos que venham a ser publicados pelo MMP ou pelo Município de Pombal terá direito a receber dois exemplares da referida obra.

CAPÍTULO V

Normas do Centro de Documentação do MMP

Artigo 28.º

Missão e objetivos



MUNICÍPIO DE POMBAL

- 1 - O MMP integra um espaço que reúne informação bibliográfica de apoio à investigação sobre temáticas locais e que se designa de Centro de Documentação (CD);
- 2 - O CD tem especificamente a missão de pesquisar, selecionar, processar e disponibilizar ao público de forma rápida e eficaz a documentação reunida sobre as temáticas dos seus núcleos museológicos;
- 3 - Insere-se num plano global de divulgação da informação recolhida e produzida pelo MMP, que tem vindo a ter expressão através das pesquisas efetuadas para a realização regular de exposições temporárias e estudos sobre as coleções museológicas;
- 4 - O CD fornece apoio documental nas áreas temáticas dos núcleos museológicos e orienta e acompanha os utilizadores nas pesquisas.

Artigo 29.º

Utilizadores

- 1 - São utilizadores dos serviços e recursos do CD os interessados na temáticas e áreas disciplinares e de investigação do MMP, nomeadamente investigadores, estudantes, professores e também os técnicos do MMP e de outros serviços municipais;
- 2 - O CD disponibiliza aos seus utilizadores um atendimento personalizado, garantido por pessoal técnico especializado.

Artigo 30.º

Acesso e utilização dos fundos documentais

- 1 - O acesso à documentação é livre e de consulta presencial, entendendo-se por consulta presencial a que é efetuada no CD;
- 2 - O CD não disponibiliza serviço de empréstimo domiciliário de documentos, pelo que a consulta se faz exclusivamente em regime de presença;
- 3 - O acesso à utilização dos fundos documentais é orientado pelos técnicos do CD, que atuam como mediadores entre as necessidades de informação expressas pelos utilizadores e os recursos e produtos de informação geridos e produzidos pelo serviço;
- 4 - Os pedidos de consulta, de reserva de documentação e permanência no CD fazem-se mediante o preenchimento de uma ficha individual de utilizador, com identificação do utilizador, objetivo da consulta e temas a consultar, não podendo ultrapassar o limite de quatro documentos por cada pedido;
- 5 - Sempre que os documentos não estejam disponíveis para consulta imediata por motivos de utilização interna ou conservação, os utilizadores podem solicitar a reserva dos mesmos para data a acordar.

Artigo 31.º

Fundos Documentais

- 1 - O CD está dotado de um fundo geral que integra monografias, livros diversos, publicações periódicas, vários tipos de documentação impressa, documentação manuscrita, cartazes, fotografias, postais, desdobráveis, relacionados com as áreas de investigação do MMP;
- 2 - O CD possui um fundo local que integra trabalhos académicos relacionados com o património, a história local e as temáticas do MMP;
- 3 - O CD dispõe de um fundo especial que integra um núcleo de acervos relacionados com a museologia.

Artigo 32.º

Devolução de Documentos

- 1 - Após consulta, os documentos devem ser devolvidos ao técnico do CD que se encontra na sala de leitura, que procederá posteriormente à sua arrumação;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Artigo 33.º

Áreas temáticas

O CD disponibiliza informação nas seguintes áreas temáticas reportadas às disciplinas de base do MMP, sem prejuízo de outras que venham a ser criadas:

ANT- antropologia;

ARQ - arqueologia;

ART- arte;

CRE - conservação e restauro;

ETN- etnologia e artesanato;

FLO- fundo local;

HIS - história;

MUS - museologia;

PAT- património;

PP - publicações periódicas.

Artigo 34.º

Serviço de referência

1 - Através deste serviço, os utilizadores do CD são acolhidos, apoiados e orientados na utilização e exploração eficaz dos recursos e serviços de informação disponíveis;

2 - Compete aos técnicos desta área apoiar os utilizadores no manuseamento dos instrumentos e pesquisa e recuperação da informação do CD nas pesquisas de informação na Internet, na utilização da coleção de referência, responder a pedidos de informação sumária presenciais, via telefone, carta, fax ou correio eletrónico, aceitar e encaminhar sugestões de aquisição bibliográfica, aceitar e encaminhar sugestões ou reclamações relativas ao funcionamento do CD, reencaminhar os utilizadores para outros serviços de documentação.

Artigo 35.º

Serviço de empréstimo local

1 - Compete a este serviço aceitar e processar os pedidos de empréstimo local e reserva de documentos, bem como prestar todo o apoio e esclarecimentos pelos utilizadores durante o processo de consulta;

2 - O empréstimo domiciliário só é permitido aos técnicos internos, sempre que o serviço o justifique;

3 - O período de tempo disponível é de 15 dias, renováveis por igual período.

Artigo 36.º

Serviço de reprodução de documentos

1 - Através deste serviço é processado o pedido de reproduções de documentos que integram o fundo documental do CD, quer através de fotocópia quer através de processo fotográfico, digitalização ou impressão de documentação solicitada previamente;

2 - Para além dos pedidos presenciais são igualmente aceites pedidos de reproduções remetidos através de carta, fax ou correio eletrónico;

3 - Os documentos reproduzidos podem ser levantados diretamente no CD ou, quando solicitado, enviados por correio, acrescentando neste caso o valor dos respetivos portes;

4 - A reprodução de documentos deve respeitar a legislação em vigor sobre direitos de autor e direitos conexos;

5 - O CD reserva-se no direito de não proceder à reprodução de documentos por razões operativas ou de preservação e conservação das espécies documentais;



MUNICÍPIO DE POMBAL

6 - As reproduções, impressões e digitalizações encontram-se sujeitas à cobrança de taxas. O preçário destes serviços é fixado anualmente pela CMP através do regulamento e tabela de taxas e outras receitas do Município.

Artigo 37.º

Difusão de informação

O CD desenvolve e disponibiliza produtos diversificados de difusão de informação visando a promoção e o conhecimento dos recursos e serviços que gere, potenciando a sua utilização nomeadamente, boletim de informação bibliográfica, pastas de informação, catálogo de publicações e atividades de extensão cultural, como exposições e visitas de estudo.

Artigo 38.º

Normas e condições gerais de utilização dos espaços do CD

- 1 - Os espaços do CD destinam-se exclusivamente à consulta de documentos que integram os seus fundos documentais;
- 2 - Por razões de preservação e segurança do fundo documental não é permitido comer ou beber na sala de leitura, anotar, sublinhar, dobrar, rasgar ou danificar, sob qualquer forma, os documentos consultados;
- 3 - Para não perturbar a qualidade do ambiente de trabalho e a concentração dos utilizadores, não é permitido fumar ou utilizar telemóveis;
- 4 - A escolha de imagens nos espaços do CD está condicionada à solicitação e à autorização prévias da coordenação do Museu;
- 5 - A utilização de computadores pessoais portáteis é permitida na sala de leitura desde que desprovidos de som;
- 6 - O não cumprimento das normas e condições de utilização expressas no presente regulamento implica a suspensão dos direitos de utilização do CD.

CAPÍTULO VI

Instrumentos de divulgação

Artigo 39.º

Exposições

- 1 - O MMP promove a divulgação dos bens culturais incorporados e em situação de depósito através das exposições permanentes e temporárias, constituindo a exposição uma das formas de comunicar com os públicos, dentro ou fora do Museu;
- 2 - Os bens culturais podem ser retirados temporariamente das exposições permanentes, por motivos de cedência temporária ou tratamento de conservação e/ou restauro;
- 3 - O previsto no número anterior impõe a afixação de informação sobre o motivo de ausência do bem cultural, acompanhada de registo fotográfico.

Artigo 40.º

Educação

- 1 - O Serviço Educativo tem a seu cargo a função museológica de educação que, em conjunto com as exposições, difunde os acervos museológicos aos diferentes públicos.
- 2 - Está vocacionado para a colaboração com as escolas e IPSS na promoção e incentivo da educação patrimonial, apoiando projetos de estudo em diferentes áreas.
- 3 - Em cada ano letivo, o MMP deverá implementar um plano que contemple um conjunto de atividades de animação educativa e de exploração das exposições de longa duração e temporárias, dirigidas à comunidade escolar.
- 4 - As ações promovidas pelo Serviço Educativo devem alargar-se ao público sénior e à população ativa.



MUNICÍPIO DE POMBAL

5 - O Serviço Educativo deve valorizar as pessoas e os seus contributos, individuais e coletivos e promover ações capazes de fomentar a participação da comunidade e de estabelecer diálogos intergeracionais e interculturais, fomentando a educação permanente e o desenvolvimento cultural e da cidadania.

Artigo 41.º

Difusão de acervos

1 - A difusão da informação dos acervos do MMP faz-se com recurso aos seguintes meios:

- a) Documentação impressa;
- b) Registo fotográfico e audiovisual;
- c) Internet;
- d) Réplicas e reproduções;
- e) Cedência temporária de objetos do acervo museológico, ou material de carácter museográfico, a outras instituições;

2 - O MMP deve acompanhar a divulgação e a execução de réplicas de bens culturais incorporados, garantindo a qualidade e a fidelidade das mesmas.

3 - É proibida a divulgação e a execução de reproduções ou réplicas de bens culturais do MMP sem autorização prévia da tutela, sob parecer técnico do Museu.

4 - As imagens cedidas ou executadas só podem ter os fins para os quais foram solicitadas e consequentemente autorizadas, sendo que a utilização efetuada fora do âmbito que foi autorizado incorre em sanções previstas na legislação em vigor.

5 - As imagens cedidas para efeitos de produção multimédia seguem as regras previstas para a cedência de imagens para publicações em suportes tradicionais.

6 - A cedência temporária de objetos do acervo museológico ou material de carácter museográfico é efetuada, desde que as condições de segurança e de conservação sejam garantidas. Caso contrário, o MMP reserva-se o direito de não cedência. Em simultâneo, o Museu deve documentar a cedência e assegurar as condições de integridade do objeto e da sua devolução.

Artigo 42.º

Divulgação/ publicidade

Considerando a importância da comunicação social para a divulgação das atividades desenvolvidas nos museus, o MMP usará todos os meios ao seu alcance para a divulgação das suas iniciativas, dispondo dos meios internos facultados pelos serviços da autarquia através dos Gabinetes de Imprensa e de Informação, fazendo-se divulgação institucional, interna e externa, nos diferentes meios de comunicação, imprensa local, regional e nacional, bem como rádio, Internet e televisão.

Artigo 43.º

Atividades comerciais

1 - Os produtos expostos para venda são da responsabilidade do MMP, privilegiando-se a produção que se relaciona com a temática e o âmbito de ação de cada núcleo museológico.

2 - A título excecional, poderá ser admitida a venda de produtos em regime de consignação.

CAPÍTULO VII

Recursos humanos, financeiros e instalações

Artigo 44.º

Recursos humanos

1 - O MMP deve dispor de coordenação técnica assegurada por um técnico superior qualificado, a quem compete dirigir e coordenar os serviços, assegurar o cumprimento das funções museológicas e o bom funcionamento do Museu;



MUNICÍPIO DE POMBAL

2- O MMP deve dispor de pessoal qualificado, em número suficiente e com formação diversificada, para assegurar as funções museológicas;

3 - Sempre que se considere relevante e imperioso para atingir determinados objetivos, o MMP deve recorrer a parcerias com entidades afins, a programas de estágio e à contratualização de profissionais da área;

4 - O MMP deve promover a participação da comunidade no Museu, incentivando o voluntariado, através do grupo de amigos do MMP;

5 - Compete ao MP afetar o pessoal necessário ao funcionamento do MMP, bem como promover a sua atualização e valorização, proporcionando o acesso a formação adequada.

Artigo 45.º

Recursos financeiros

1 - Compete ao MP garantir e afetar ao MMP os recursos financeiros adequados.

Artigo 46.º

Instalações

1 - O MMP deve dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções museológicas, ao acolhimento dos visitantes e à prestação de trabalho do pessoal do Museu;

2 - O MMP dispõe de espaços de acesso público e condicionado:

a) Espaços de acesso público

Espaços de acolhimento (receção, cafetaria e “loja”);

Espaços de exposição;

Centro de documentação;

Espaço para atividades educativas;

b) Espaços de acesso condicionado:

Espaços de reservas e depósitos museográficos;

Serviços técnicos;

Oficina de conservação e restauro.

CAPÍTULO VIII

Colaborações

Artigo 47.º

Outros museus e instituições

O MMP colabora com outros museus e instituições do concelho de Pombal e do país.

Artigo 48.º

Voluntariado

O MMP pode aceitar voluntários maiores de idade que acedam participar, de forma desinteressada e não remunerada, em atividades superiormente definidas pela coordenação do Museu e aprovadas pela CMP, em horário a combinar e integradas no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção, sempre desenvolvidas sem fins lucrativos, de acordo com o estipulado nas Bases do Enquadramento Jurídico do Voluntariado.

CAPÍTULO IX

Taxas

Artigo 49.º

Definição de taxas

1 - O regulamento e tabela de taxas e outras receitas do Município de Pombal, estabelece, nos termos da lei, as taxas municipais e fixa os respetivos quantitativos a aplicar no município para cumprimento das suas atribuições no que respeita aos interesses próprios, comuns e específicos, das populações;



MUNICÍPIO DE POMBAL

2 - O regulamento referido no n.º 1 deste artigo é objeto de revisão anual;
 3 - As reproduções, impressões e digitalizações fornecidas aos utilizadores do CD do MMP encontram-se sujeitas às seguintes taxas:

a) *Fotocópias (por cada laude ou face)*

Preto e Branco:

Formato A4 - € 0,15

Formato A3 - € 0,31

Cores:

Formato A4 - € 0,26

Formato A3 - € 0,50

b) *Impressões, formato A4- papel comum (por cada laude ou face)*

Preto - € 0,15;

Cores - € 0,50;

c) *Impressões a partir de digitalizações, formato A4 - papel comum:*

Preto - € 0,20;

Cores- € 0,60;

d) *Suporte Informático (por unidade)*

CD – ROM ou similar - € 25,80.

CAPÍTULO X

Disposições finais

Artigo 50.º

Revisão do presente regulamento

1 - *Este regulamento é revisto e atualizado sempre que sejam criados novos núcleos museológicos do MMP e quando exista matéria que justifique essa revisão.*

2 - *A responsabilidade da revisão é da coordenação do MMP com a aprovação da CMP.*

Artigo 51.º

Casos omissos

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação do presente regulamento resolver-se-ão nos termos da legislação em vigor.

Artigo 52.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia a seguir ao da sua aprovação."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Projecto de Regulamento dos Museus Municipais de Pombal, supra transcrito.

Mais deliberou, por unanimidade, remeter o referido Projeto de Regulamento à Assembleia Municipal, para efeitos de apreciação e aprovação, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com o pedido da deliberação a ser tomado por minuta, para efeitos de imediata execução."

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição pelo que se passou à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.8 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o fornecimento de energia elétrica para instalações alimentadas em média tensão



MUNICÍPIO DE POMBAL

e baixa tensão especial do Município de Pombal ao abrigo do acordo quadro para o fornecimento de electricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental da ANCP – autorização de despesa nos termos do n.º 1 e 6 do Artº 22º do DL 197/99 de 08/06 e autorização de assunção de compromisso para os exercícios seguintes, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artº 6º da Lei 08/2012 de 21/02 (LCPA)

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu, sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

“ Ponto 5.4. Fornecimento de energia eléctrica para instalações alimentadas em média e baixa tensão especial do Município de Pombal, ao abrigo do acordo quadro para o fornecimento de electricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental, da ANCP

Foi presente à reunião a informação de despesa n.º 72/DGME/13, da Divisão de Gestão e Conservação de Equipamentos, que a seguir se transcreve:

"Assunto: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉCTRICA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO E BAIXA TENSÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE POMBAL AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA O FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA PORTUGAL CONTINENTAL DA ANCP

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara,

1. FUNDAMENTO DA NECESSIDADE

Torna-se necessários garantir o fornecimento de energia eléctrica pelo mercado liberalizado, para diversas novas instalações alimentadas quer em média tensão quer em baixa tensão especial, englobando fundamentalmente as novas instalações da rede de abastecimento de água ao concelho, a etar de Almagreira, e outras instalações de naturezas diversas conforme discriminado no Anexo III.

2. OBJECTO DO FORNECIMENTO OU CONTRATAÇÃO

O procedimento tem por objecto a aquisição do serviço de fornecimento de Energia Eléctrica para os locais de consumo identificados no Anexo III – Modelo de Quantificação e Avaliação da Proposta. O fornecimento compreende dois lotes, sendo admitidas propostas para a totalidade dos lotes ou para cada um deles, com o seguinte agrupamento: Lote 1 – n.º 11.18.02.XXX – Média Tensão (MT); Lote 2 – n.º 11.18.01.XXX – Baixa Tensão Especial (BTE). A presente prestação de serviços terá a duração de um ano, renovável pelo mesmo período até três anos.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DO CONTRATO

Para o presente procedimento é fixado o preço global de € 3.900.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo o valor para o período de 12 meses de € 1.300.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, distribuído pelos seguintes lotes: Preço base anual para o Lote 1 – Média Tensão (MT) é de € 1.100.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Preço base anual para



MUNICÍPIO DE POMBAL

o Lote 2 – Baixa Tensão Especial (BTE) é de € 200.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

4. FUNDAMENTO DO PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO *O presente Ajuste Directo é efectuado ao abrigo do “Acordo Quadro para o Fornecimento de Electricidade em Regime de Mercado Livre para Portugal Continental da ANCP”, nos termos da alínea h) do nº 1 do artigo 27º, conjugado com os artigos 257º, 258º e 259º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).*

5. FUNDAMENTAÇÃO PARA AJUSTE DIRECTO DE VALOR IGUAL OU SUPERIOR A € 5.000,00, NOS TERMOS DO ARTIGO 127.º DO CCP, ALTERADO PELA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO

Não aplicável por força do nº 4.

6. REDUÇÃO REMUNERATÓRIA NOS CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 75.º DA LOE PARA 2013.

Não aplicável.

7. INSCRIÇÃO NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Esta acção enquadra-se no orçamento municipal de 2013, na classificação orgânica/ económica 02/020201.

8. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PARA A DESPESA RELATIVA A ANOS SEGUINTE

Dado o prazo de execução a despesa a assumir para os exercícios seguintes carece de autorização do órgão deliberativo, nos termos do nº 6 conjugado com o nº 1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho.

9. PROPOSTA DE ENTIDADE A CONVIDAR

Propõe-se convidar as empresas constantes no Acordo Quadro da ANCP para o Fornecimento de Electricidade em Regime de Mercado Livre para Portugal Continental.

- EDP Comercial – Comercialização de Energia, SA

- Iberdrola Generacion, SAL

- GALP Power, SA

10. PROPOSTA DE CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

O mais baixo preço.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO

Trinta e seis meses.

12. CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

Presidente: Diogo Mateus

Membro efectivo: Nuno Elias

Membro efectivo: Álvaro Lopes

Membro suplente: Bruno Fernandes

Membro suplente: Paulo Neves

13. SESSÃO DE NEGOCIAÇÃO

Não aplicável.

14. ESPECIFICAÇÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

Segue em anexo, “Convite à Apresentação da Proposta”, “Caderno de Encargos” e “Anexo III – Modelo de Quantificação e Avaliação da Proposta”, para efeitos de aprovação.”

Encontram-se ainda apostos na informação, dois pareceres, um do Chefe de Divisão de Gestão e Conservação de Equipamentos, bem como um do Chefe de Divisão de Finanças Municipais, respetivamente e que a seguir se transcrevem:

"Nuno Elias Gomes; Joaquim Costa; Alvaro Lopes; António Monteiro; Bruno Fernandes"



MUNICÍPIO DE POMBAL

"Fica condicionada a abertura do procedimento, à autorização prévia da Assembleia Municipal nos termos do n.º 1 e 6 do Art.º 22.º do DL 197/99 de 08/06 e, em simultâneo, autorizar previamente a assunção do compromisso para o ano seguinte, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Art.º 6 da Lei 08/2012 de 21/02 (LCPA)."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento, bem como, o programa de concurso e o caderno de encargos, nos termos da informação supra transcrita. Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a constituição do júri do procedimento, nomeando para seus elementos: Nuno Elias Gomes; Joaquim Costa; Álvaro Lopes; António Monteiro e Bruno Fernandes, com fundamento no n.º 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos, delegando neste, a prestação de esclarecimentos e retificação das peças, nos termos do artigo 50.º do citado Código.

Deliberou ainda, por unanimidade, remeter a presente informação à Assembleia Municipal, com vista à obtenção da autorização de despesa nos termos do n.º 1 e 6 do artigo 22.º do D.L 197/99 de 08/06, bem como para a autorização de assunção de compromisso para os exercícios seguintes, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei 08/2012 de 21/02 (LCPA).

Mais deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal que a deliberação a tomar, seja por minuta, para efeitos de imediata execução."

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição pelo que se passou à votação tendo sido aprovado por unanimidade autorizar a despesa nos termos do n.º 1 e 6 do artigo 22.º do D.L 197/99 de 08/06, bem como autorizar a assunção de compromisso para os exercícios seguintes, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei 08/2012 de 21/02 (LCPA).

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.9 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre contratação de um serviço para o abastecimento contínuo de gás natural a duas instalações do Município de Pombal – autorização de despesa nos termos do n.º 1 e 6 do Art.º 22 do DL 197/99 de 08/06 e autorização de assunção de compromisso para os exercícios seguintes, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Art.º 6º da Lei 08/2012 de 21/02 (LCPA)

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu, sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

"Ponto 19.2. Contratação de um serviço para o abastecimento contínuo de gás natural a duas instalações do Município de Pombal

Foi presente à reunião a informação de despesa n.º 71/DGME/13, da Divisão de Gestão e Conservação de Equipamentos, que a seguir se transcreve:

"Assunto: CONTRATAÇÃO DE UM SERVIÇO PARA O ABASTECIMENTO CONTÍNUO DE GÁS NATURAL A DUAS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMBAL

Exmo. Senhor



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Câmara,

1. FUNDAMENTO DA NECESSIDADE

Tendo chegado ao seu termo o contrato de fornecimento anterior, torna-se necessário promover novo concurso para garantir o fornecimento de gás em abastecimento contínuo às instalações da Piscina Municipal Coberta e do Cineteatro, ambas em Pombal.

2. OBJECTO DO FORNECIMENTO OU CONTRATAÇÃO

Aquisição do serviço de abastecimento contínuo de gás natural para as instalações da Piscina Municipal Coberta e do Cineteatro.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DO CONTRATO

O preço base estimado para o contrato é de € 199.800,00, acrescido de IVA à taxa legal e demais impostos em vigor.

4. FUNDAMENTO DO PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO

O procedimento de contratação tem enquadramento na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.

5. FUNDAMENTAÇÃO PARA AJUSTE DIRECTO DE VALOR IGUAL OU SUPERIOR A € 5.000,00, NOS TERMOS DO ARTIGO 127.º DO CCP, ALTERADO PELA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO

Não aplicável.

6. REDUÇÃO REMUNERATÓRIA NOS CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 75.º DA LOE PARA 2013.

Não aplicável.

7. INSCRIÇÃO NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Esta acção enquadra-se no orçamento de 2013 na classificação orgânica/ económica 02/02010299.

8. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PARA A DESPESA RELATIVA A ANOS SEGUINTE

A despesa a assumir para os anos seguintes carece de autorização do órgão deliberativo nos termos do n.º 6 da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro.

9. PROPOSTA DE ENTIDADE A CONVIDAR

Não aplicável por força do n.º 4.

10. PROPOSTA DE CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

O mais baixo preço.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO

Vinte e quatro meses.

12. CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

Presidente: Diogo Mateus

Membro efectivo: Nuno Elias

Membro efectivo: Álvaro Lopes

Membro suplente: Bruno Fernandes

Membro suplente: Paulo Neves

13. SESSÃO DE NEGOCIAÇÃO

Não aplicável.

14. ESPECIFICAÇÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

Segue em anexo, “Programa de Concurso”, “Caderno de Encargos” e “Anexo 1 – Matriz de Avaliação das Propostas”, para efeitos de aprovação.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Encontram-se ainda apostos na informação, dois pareceres, um do Chefe de Divisão de Gestão e Conservação de Equipamentos, bem como um do Chefe de Divisão de Finanças Municipais, respetivamente e que a seguir se transcrevem:

"Proponho o seguinte júri: Nuno Elias Gomes; Alvaro Lopes; José Paulo Oliveira (desporto); Sónia Fernandes (cultura); Bruno Fernandes (aprovisionamento)"

"Fica condicionada a abertura do procedimento, à autorização prévia da Assembleia Municipal nos termos do n.º 1 e 6 do Artº 22º do DL 197/99 de 08/06 e, em simultâneo, autorizar previamente a assunção do compromisso para o ano seguinte, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artº 6 da Lei 08/2012 de 21/02 (LCPA)."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento, bem como, o programa de concurso e o caderno de encargos, nos termos da informação supra transcrita. Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a constituição do júri do procedimento, nomeando para seus elementos: Nuno Elias Gomes; Álvaro Lopes; José Paulo Oliveira (desporto), Sónia Fernandes (cultura) e Bruno Fernandes (Aprovisionamento), com fundamento no n.º 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos, delegando neste, a prestação de esclarecimentos e retificação das peças, nos termos do artigo 50.º do citado Código.

Deliberou ainda, por unanimidade, remeter a presente informação à Assembleia Municipal, com vista à obtenção da autorização de despesa nos termos do n.º 1 e 6 do artigo 22.º do DL 197/99 de 08/06, bem como para a autorização de assunção de compromisso para os exercícios seguintes, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei 08/2012 de 21/02 (LCPA).

Mais deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal que a deliberação a tomar, seja por minuta, para efeitos de imediata execução."

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição pelo que se passou à votação tendo sido aprovado por unanimidade autorizar a despesa nos termos do n.º 1 e 6 do artigo 22.º do D.L 197/99 de 08/06, bem como autorizar a assunção de compromisso para os exercícios seguintes, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei 08/2012 de 21/02 (LCPA).

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.10 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo – Portaria n.º 221 – A/2013 de 8 de Julho

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu, sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*“Ponto 23.1. Programa de Rescisões por Mútuo Acordo
- Portaria n.º 221- A/2013, de 8 de Julho*

Foi presente à reunião a informação n.º 184/DMRHMA/13, do Departamento Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, que a seguir se transcreve:

*"ASSUNTO: Programa de Rescisões por Mútuo Acordo - Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho
Considerando que:*



MUNICÍPIO DE POMBAL

I. Foi deliberada, em reunião do Órgão Câmara Municipal, de 12/09/2013, e em sessão do Órgão Assembleia Municipal, de 16/09/2013, a adesão ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo, nos termos previstos na Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho;

II. Através de e-mail, datado de 16 de setembro de 2013, foram informados todos os trabalhadores pertencentes ao Mapa de Pessoal deste Município, das condições necessárias para adesão ao referido programa e no caso de assim o desejarem poderiam solicitar a rescisão do seu contrato de trabalho, no período compreendido entre 1 de setembro e 30 de novembro de 2013, através da apresentação do requerimento, anexo àquele e-mail, conforme previsto no n.º 1, do artigo 8.º, da referida Portaria 221-A/2013;

III. Na sequência daquele e-mail, foram registados 10 pedidos de Adesão ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo, respeitantes a trabalhadores deste Município, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme infra se indica na tabela I;

Tabela I

Nome	Categoria	Remuneração	Unidade Orgânica	Tempo de Serviço relevante para o cálculo da compensação à data de 30/11/2013				Idade	% cálculo	Cálculo provisório da Indemnização
				Anos	Meses	Dias	Total Dias			
Teresa Paula Pereira Conceição	Assistente Técnica	923,42 €	Secção de Contabilidade	25	6	29	209	51	1,25	29.517,82 €
Luís Filipe Gomes	Assistente Operacional	817,01 €	Unidade de Águas	33	1	20	50	57	1	27.073,25 €
Ana Cristina Mendes Branco Almeida Silva	Assistente Técnica	789,54 €	Secção de Educação	10	9	17	287	53	1,25	10.645,27 €
Natália Graça Oliveira Rodrigues	Assistente Operacional	485,00 €	Unidade de Rede Viária	10	7	8	218	51	1,25	6.424,59 €
Fernanda Maria Jesus Ferreira	Assistente Operacional	518,35 €	Secção da Educação / Jardim Infância de Carnide	14	11	1	331	46	1,5	11.590,45 €
Rita Marina Duarte Fernandes	Assistente Técnica	683,13 €	Secção de Taxas, Licenças e Metrologia	10	10	6	306	31	1,5	11.106,01 €
Paula Margarida Jesus Gaspar	Assistente Operacional	518,35 €	Secção da Educação / Pólo Escolar de Vieirinhos	13	8	0	240	35	1,5	10.619,07 €
Karina Andrea Blanche Guergous	Assistente Operacional	485,00 €	Unidade de Desporto e Juventude	1	11	0	330	39	1,5	1.385,24 €
Maria Cristina Costa Gonçalves	Assistente Técnica	837,60 €	Unidade de Desporto e Juventude	25	6	5	185	51	1,25	26.705,67 €
André Miguel Domingues	Técnico de Informática	1.139,69 €	Divisão de Informática	7	1	26	56	30	1,5	12.229,03 €
										147.296,40 €

IV. Após análise dos requerimentos apresentados pelos trabalhadores, verificadas as condições de admissibilidade e efetuados os cálculos provisórios, cfr. descrito na tabela I, se pode concluir, salvo melhor opinião, que a eliminação dos postos de trabalho atualmente ocupados pelos trabalhadores acima referidos, em caso de aceitação das Rescisões por Mútuo Acordo, não irá trazer prejuízos para a prossecução das atividades a que este Município está obrigado;

V. Se encontra previsto na rubrica 01.02.12 - Indemnizações por cessação de funções, do Orçamento Municipal para o Ano de 2014, o qual será apresentado na presente reunião do Órgão Câmara Municipal e pressupondo a sua aprovação, o montante necessário para o pagamento das referidas rescisões.

Face ao exposto, propõe-se que o Órgão Executivo delibere no sentido de:

(i) se pronunciar quanto à aceitação provisória dos pedidos de rescisões por Mútuo Acordo, requeridos pelos trabalhadores constantes na tabela I, e reconhecer que a eliminação dos postos de trabalho dos trabalhadores acima referidos não irá trazer prejuízos para a prossecução das atividades a que este Município está obrigado, a qual será tomada em consideração para efeitos da decisão final; e,

(ii) remeter a presente informação à Assembleia Municipal, para que igualmente, aí seja tomada a decisão final acerca da aceitação das referidas rescisões por Mútuo Acordo para, a partir daí,



MUNICÍPIO DE POMBAL

serem celebrados os respetivos acordos de rescisão nos termos da Portaria 221-A/2013 com os trabalhadores que declararem aceitar as condições propostas."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os pedidos de rescisão por Mútuo Acordo, nos termos da informação supra transcrita.

Mais deliberou, por unanimidade, remeter a presente informação à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação dos pedidos de rescisão por Mútuo Acordo, com o pedido da deliberação a ser tomado por minuta, para efeitos de imediata execução."

O Senhor Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos:

"Dos Municípios Portugueses, apenas dois aderiram a este sistema de rescisões por mútuo acordo: o Município de Viseu e o Município de Pombal. Esta proposta, que foi aprovada por unanimidade, na Câmara, no último mandato, tem como propósito o estabelecimento da adesão ao regime jurídico, que viabiliza a possibilidade de haver uma rescisão por mútuo acordo com vários colaboradores desta casa.

Foi aberto o procedimento, tivemos várias inscrições e os pressupostos que foram utilizados para a proposta que aqui vos chega são os seguintes: todas as propostas que nos chegaram constituíam casos em que o Município podia dispensar os funcionários, sendo que não havia necessidade imediata de os substituir ou, nalguns casos, já estavam substituídos, porque já não estavam a laborar connosco. Foram estes dez que aqui temos e 60% das situações prendem-se com união familiar, com a saída de um dos membros do casal, para poder fazer essa reunião familiar, em países diferentes do nosso. Por força da separação das famílias, por razões económicas, a Câmara teve a sensibilidade, não só, de acatar aquilo que era o seu interesse próprio - na perspetiva da redução dos seus encargos e da viabilização, com estas saídas, da entrada de outros lugares que são mais prementes – mas também a sensibilidade social, para poder contar com esta opção, que vai ter que financiar para corresponder aos valores de indemnização que aqui estão apresentados.

Posso, nesta altura, dizer-vos que, depois da aprovação da Câmara, foram todos os funcionários contactados. Ainda temos duas situações em que não nos responderam, mas, nesta altura, temos, para além destas duas, uma terceira que ainda não manifestou a sua vontade de sair, porque, como sabem, a vontade que a pessoa tem e o valor que julga que recebe é diferente do apuramento dos valores, para efeitos formais e definitivos deste processo jurídico.

Portanto, nesta altura, ainda existem situações que não têm adesão dos colaboradores, porque há uma cláusula que salvaguarda dez dias úteis, após a decisão. O legislador entendeu que o trabalhador, ao fim de semana, não pensa e, portanto, interrompe o prazo. Mas nós respeitaremos a norma, no sentido de, depois de saberem exatamente as condições, tomarem, em liberdade e em consciência, a decisão que assim entenderem.

A proposta vai neste sentido e com estes fundamentos, correspondendo a todos os pedidos que foram apresentados à Câmara de Pombal."

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição pelo que se passou à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.11 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a ratificação dos apoios atribuídos às freguesias – Lei 75/2013 de 12 de Setembro



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu, sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

“Ponto 24.1. Proposta da Câmara sobre ratificação de apoios atribuídos às freguesias - Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

Foi presente à reunião a proposta do Senhor Presidente que a seguir se transcreve:

"PROPOSTA

Considerando que:

1. Na sequência da publicação da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual estabelece o regime jurídico das autarquias locais, o Órgão Deliberativo Assembleia Municipal passou a ter a competência, prevista na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, que a seguir se transcreve: “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprio das populações”, competência esta que, até aqui estava prevista no âmbito das competências da Câmara Municipal;

2. Foi deliberado em reuniões do Órgão Câmara Municipal, datadas de 22 de novembro e 06 de dezembro de 2013 a atribuição dos seguintes apoios a Juntas de Freguesia do concelho de Pombal:

“ Apoiar a Junta de Freguesia de Carnide, com um subsídio no montante de 2.359,00€, destinado a minimizar as despesas com o cantoneiro Paulo Jerónimo dos Santos;

“ Apoiar a Junta de Freguesia de Pombal, com o fornecimento das manilhas solicitadas, no montante de 565,80€, com IVA Incluído;

“ Apoiar a União de Freguesias de Santiago e S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, com um subsídio no montante de 326,64€, para minimizar as despesas com o processo de execução fiscal instaurado pela Autoridade Tributária na sequência das ações de providência cautelar levadas a cabo pelas Juntas;

“ Apoiar a Junta de Freguesia de Carnide, com um subsídio no montante de 15.000€, destinado a minimizar as despesas com a aquisição de mobiliário e outros materiais;

“ Apoiar a Junta de Freguesia da Redinha, com um subsídio no montante de 1.968,00€, destinado às comemorações dos 500 anos da outorga do Foral Manuelino à Vila da Redinha; e,

“ Apoiar a Junta de Freguesia de Vila Cã, com um subsídio no montante de 10.577,06€, destinado à contratação de um motorista.

3. No início do presente mandato foi entendido que aqueles apoios se enquadrariam na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da citada Lei n.º 75/2013 no qual se prevê que Câmara Municipal pode “Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos”, razão pela qual foram os mesmos submetidos às referidas reuniões do Órgão Executivo, e aprovados ao abrigo dessa alínea;

4. Aquela interpretação não é consensual no seio das autarquias locais, havendo entendimentos que defendem que a alínea o) se deverá apenas aplicar a entidades não pertencentes ao universo autárquico,



MUNICÍPIO DE POMBAL

Entendo, apesar de não perfilhar as interpretações mencionadas no ponto 4 da presente, que o bom senso recomenda que as deliberações tomadas na Câmara Municipal para concessão dos apoios acima referidos, sejam ratificadas em reunião da Assembleia Municipal.

Assim, face ao que antecede, e em conformidade com o disposto no art.º 137.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, na sua atual redação, proponho que a Assembleia Municipal delibere no sentido de ratificar as deliberações da Câmara Municipal, datadas de 22 de novembro e 06 de dezembro de 2013, constantes das atas daquelas reuniões, respetivamente nos pontos 11.1.1., 11.1.2., 11.1.3., e 19.1.1., 19.1.2.; 19.1.3..”

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto na informação supra transcrita.

Mais deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal.”

O Senhor **Presidente da Câmara** prestou os seguintes esclarecimentos:

“Senhores Deputados, nós vamos proceder a uma das mais insólitas votações que algum dia eu podia pensar que o Legislador Português traria a esta Assembleia. Isto resulta da entrada em vigor da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, que estabelece os termos de organização e funcionamento das Autarquias e esta norma, que várias interpretações tem tido, que distingue os termos em que a Câmara Municipal pode proceder aos apoios a todas as entidades, por um lado, e em especial às freguesias, por outro. Uma situação absolutamente insólita, de que eu discordo em absoluto, por entender ser um atestado de incompetência aos Municípios. Não percebo o nível de desconfiança que o Legislador quis introduzir neste processo, quando nós já tínhamos matérias que regulavam de forma mais formal as relações e a articulação de atividade entre a Câmara e as freguesias, nomeadamente, os Protocolos de Colaboração e o Protocolo de Delegação de Competências. Recordo que o Protocolo de Delegação de Competências é apreciado por mais entidades do que o Orçamento de Estado. O Orçamento de Estado é apreciado no Governo e no Parlamento e o Protocolo de Delegação de Competências é apreciado na Câmara, na Assembleia Municipal, na Junta de Freguesia e na Assembleia de Freguesia.

Um dos Senhores, que possa ser simultaneamente Dirigente Associativo e Presidente de Junta, se pedir um apoio municipal para uma intervenção na coletividade, a Câmara pode proceder a esse apoio, pagar-vos, e vocês executam os trabalhos. Mas, se os Senhores forem Presidentes de Junta, o Legislador entendeu que isto não era suficiente e que tínhamos que trazer à Assembleia para podermos formalizar este apoio.

Não subscrevo este princípio de desconfiança, não acho que isto traga nenhum nível de transparência, nem de articulação, nem de rapidez, nem de boa execução àqueles que entendem que as freguesias são partes determinantes para a construção social e municipal, em termos colectivos.

Portanto, manifestei o meu desagrado ao Senhor Ministro da Presidência, ao senhor Secretario de Estado da Administração Local, demonstrando que, de facto, assim o nosso país não se desenvolve e não conta com aqueles que mais fazendo pelos cidadãos, são aqueles que menos custam, e que, com uma opção política com estas características, nos remetem para níveis de desconfiança impensáveis.

Vamos, em fevereiro, apresentar-vos uma proposta de Regulamento que estabeleça os termos em que estes apoios possam ser feitos, de forma a ultrapassarmos esta situação. De qualquer modo, até lá, temos que usar esta solução. Evidentemente que esta decisão que aqui está não compromete as decisões que já estavam tomadas antes de entrar em vigor a lei e, nomeadamente,



MUNICÍPIO DE POMBAL

o Protocolo de Delegação de Competências e os pagamentos do 4.º trimestre, que as Juntas de Freguesia têm o direito a receber e que já foram processados.

Portanto, Senhores Presidentes e Senhores Membros da Assembleia, são estas as condições. Eu aguardo, desde o dia 25 de novembro, a resposta do Senhor Secretário de Estado da Administração Local a este pedido de esclarecimentos que apresentámos e a que apenas informalmente obtivemos resposta, mas não podemos fazer as Juntas de Freguesia depender dela muito mais tempo, visto que têm obrigações para cumprir e que já tinham tido deliberações municipais para proceder a pagamentos. Daí esta solução.”

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição pelo que se passou à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Terminados os pontos agendados para esta sessão, o Senhor **Presidente da Câmara** pediu a palavra para dizer o seguinte:

“Senhores Deputados, aproveitando para vos desejar um bom ano 2014, queria, formalmente, agradecer a todos os colaboradores do Município que nos ajudaram a preparar estes documentos, a fazer estas discussões e a encontrar estas soluções técnicas e financeiras que aqui apresentámos hoje.

Queria dizer-vos que vai ser entregue, para além da agenda que tradicionalmente é distribuída e do livro dos 20 anos de atividade municipal, entre 1994 e 2013, uma lembrança da vossa tomada de posse, enquanto membros da Assembleia Municipal, que resulta das fotografias que tirámos, aquando desse momento.

Queria também dizer-vos que desafiei o Conselho Municipal da Juventude para preparar um plano, uma proposta, para as comemorações dos 40 anos do 25 de abril e teremos, durante o mês de janeiro, uma primeira reunião, em que vamos conhecer essas propostas. Como sabem, a Assembleia Municipal também está representada no Conselho Municipal da Juventude e, portanto, o teor dessas propostas poderá chegar a todos os membros, através dos seus representantes. O objetivo principal é esta oportunidade de termos a juventude que integra o Conselho a preparar e a escolher as atividades que melhor podem representar este interesse, mas, principalmente, manter o espírito do 25 de abril de 1974.

Bom ano a todos.”

Não havendo público inscrito para usar da palavra o Senhor Presidente da Assembleia deu por finalizados os trabalhos, eram vinte horas, tendo-se lavrado a presente ata, que eu (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: